

1  
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

---

# MENSAGEM

APRESENTADA AO

# CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

DA

TERCEIRA SESSÃO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Washington Luis P. de Sousa

RIO DE JANEIRO

1929

632  
3311  
2019

# MENSAGEM

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

---

*Brasil. Presidente* MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

DA

TERCEIRA SESSÃO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Washington Luis P. de Sousa



RIO DE JANEIRO

1929

*Senhores Membros do Congresso Nacional, dignos  
representantes da Nação Brasileira*

Ao dar conta da situação do paiz, durante o transcurso do anno de 1928, indicando-vos as providencias indispensaveis para o bom encaminhamento dos negocios publicos, nos termos do art. 48, n. 9, da Constituição Federal, corre-me o agradavel dever de apresentar-vos logo as homenagens do meu profundo respeito, ante a maneira serena, digna, elevada e patriótica com que estudastes e resolvestes as questões sujeitas á vossa deliberação.

Dessa serenidade e desse patriotismo não vos afastaram jamais as criticas acrimoniosas e violentas, por momentos, quasi sempre injustas, partidas dos impacientes, que querem precipitar; dos negativistas, que de tudo duvidam; dos derrotistas, que nada amam e que tudo deprimem. Todas as questões, que interessam o Brasil, foram debatidas, ardentemente por vezes, mas sempre estudadas com cuidado e decididas com independencia, mesmo sob ambiente em pressão, a desconhecer taes propositos para, diminuindo, enfraquecer e obter capitulações.

Problemas diversos foram discutidos, tendo sido resolvidos alguns, hoje consubstanciados em leis sabias, que regem o paiz, esperando outros, não menos importantes, as ultimas e necessarias deliberações.

A actual legislatura tem trabalhado de modo a merecer a estima e o respeito de todo paiz.

O programma governamental do quadriennio em curso continúa a desenvolver-se com prudencia, com segurança e com tenacidade, sem que nelle nada tivesse sido abandonado ou substituido, o que se reconhece immediatamente, conferindo-se a sua acção com as palavras da plataforma inicial.

Nas informações por prestar agora só haveria repetições das anteriores, si as de hoje não estivessem corroboradas por circumstancias mais promissoras, robustecidas por algarismos mais volumosos, fortalecidas por estatisticas mais favoraveis.

Assim:

1º. Continúa mantida a ordem publica em todas as suas manifestações, com absoluta garantia de todos os direitos individuaes e perfeita segurança de todas as liberdades communs.

As medidas excepcionaes, declaradas na Constituição Politica do paiz, não foram postas em pratica. O ultimo estado de sitio foi suspenso ha mais de dois annos e não houve necessidade de renova-o.

As medidas extraordinarias autorizadas nas leis da Republica, como o fechamento das sédes e a interdicção do funcionamento das associações perigosas e a suspensão de jornaes nocivos, por tempo determinado, não foram utilizadas. Os homens pensam como podem, as associações se reúnem quando querem, os comicios se realizam quando convocados, os jornaes escrevem como entendem.

A Policia tem limitado a sua acção á guarda e á protecção das pessoas e das cousas; o Exercito e a Marinha disciplinadamente se reorganizam; a Justiça funciona com independencia, sem a qual não seria possivel a sua existencia, não obstante os interesses pessoaes, que se chocam, e as paixões individuaes que exacerbam animos e deformam factos.

A segurança collectiva é completa, não só na Capital Federal, como em todo territorio da Republica. Não ha ambiente para desordens e motins, para revoltas e revoluções. O povo brasileiro confia nas leis e nos seus executores e acredita nos seus destinos.

2º. A ordem politico-administrativa, nos Estados da federação, permanece inalteravel, com proveito para o crescente bem-estar das populações.

3º. A ordem financeira se restabelece na União, pela compressão das despesas, sem desorganização dos serviços publicos existentes, e pelo augmento de receita, em melhor arrecadação, com a suppressão das isenções e reduções de impostos, e com uma vigilancia severa nas estações fiscaes, assim chegando ao equilibrio entre a receita e a despesa, e, mais do que ao equilibrio, ao regimen dos saldos orçamentarios.

Em alta se manteve a cotação dos titulos da nossa divida publica, quer externa, quer interna.

4º. A ordem cambial da moeda se conservou e se manifestou, durante estes dois annos, entre o minimo de  $5^{27}/_{32}$  e o maximo de  $5^{31}/_{32}$ , extremos diminutos, que não chegam a valer o transporte do ouro em especie de paiz a paiz (*gold point*), e que constituem indice irrecusavel da bôa situação da balança de contas.

As nossas reservas-ouro quasi se duplicaram na Caixa de Estabilização.

5º. A ordem economica se organiza, garantindo a produção, melhorando os transportes, procurando alargar o consumo. Os productos agricolas, pecuarios e mineraes estão em posição a deixar lucros aos que com elles lidam.

Os fabris, sempre em crise após o termino da guerra mundial, implantados e mantidos, em parte, pela protecção alfandegaria, ainda não entraram todos em franca prosperidade, mas medidas acauteladoras da sua existencia têm sido tomadas de modo a fazer esperar o seu restabelecimento.

As nossas estradas de ferro se restauram, diminuindo consideravelmente os seus *deficits*, algumas apresentando saldos, como a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Noroéste e a Goyaz.

6º. A nossa exportação, em ouro, foi, em 1928, maior de 9.137.000 libras esterlinas do que a de 1927; a nossa importação foi também maior, de modo que o saldo na balança commercial, em 1928, foi menor que em 1927; mas, facto incontestavel, houve saldo.

O movimento bancario passou de 20.734.729:000\$, em 1927, para 24.800.209:000\$, em 1928.

Os depositos das caixas economicas subiram de 124.287:122\$128, em 1927, para 133.829:559\$162, em 1928, ou mais 9.542:236\$934.

7º. A ordem internacional foi respeitada, havendo o Brasil continuado a manter dignas e amistosas relações com todos os paizes, de modo a infundir confiança aos grandes e não inspirar receios aos pequenos.

8º. As nossas instituições de defesa interna e externa e sanitaria se recompõem e se reorganizam, e as moraes e scientificas se reformam e se desenvolvem.

Esta Mensagem, por esta fórma synthetizada, sem extremos de optimismo e sem rigores de pessimismo, poderia ser aqui interrompida; mas muitas das asserções enumeradas reclamam analyse minuciosa e desenvolvida para demonstrar que o que foi dito é a verdade, e que, portanto, não ha razão para carpir, antes para confiar.

Orçamento de 1928

As leis orçamentarias para 1928 foram votadas com um *deficit* de 151.990:288\$603.

Por essa razão, o Governo foi obrigado a vetar-as parcialmente, afim de que, supprimindo e reduzindo verbas autorizadas, pudesse collocar a despesa dentro das forças da receita marcada.

Como se sabe, as leis de despesa contêm simples autorização e, conseguintemente, na sua execução, póde o governo della se utilizar até quantia que não ultrapasse a receita fixada, caso queira manter o equilibrio orçamentario.

Mas, como tive occasião de vos informar, na occasião opportuna, o objectivo primordial do véto foi o de affirmar á Nação, de modo solenne, que o Executivo estava firme e deliberadamente resolvido a cumprir o dever de fazer o equilibrio financeiro no exercicio, que se ia iniciar.

Equilibrado o orçamento no papel, pelo véto, era honestamente indispensavel que elle o fosse tambem na execução.

Como o Governo se desempenhou desse compromisso, vão demonstrar os algarismos seguintes.

Após o véto, o orçamento para 1928 ficou assim disposto:

VERBAS	OURO	PAPEL	TOTAL CONVERTIDO
Receita.....	182.332:000\$000	1.254.262:000\$000	2.088.933:223\$000
Despesa.....	139.115:760\$984	1.452.153:090\$193	2.088.816:370\$336
Saldo.....	—	—	116:852\$664

Na sua execução, na parte relativa á receita, apresenta elle o seguinte resultado, conforme mostram os algarismos extrahidos dos balanços fornecidos pelas repartições arrecadoras e coordenados todos pela Contadoria Central da Republica:

RECEITA	OURO	PAPEL	TOTAL CONVERTIDO
Orçada.....	182.382:000\$000	1.254.262:000\$000	2.088.933:223\$000
Arrecadada.....	198.858:683\$631	1.308.324:926\$881	2.216.512:535\$023
Mayor arrecadação	+ 16.476:683\$631	+ 54.062:926\$881	+ 127.579:312\$023

Na parte relativa á despesa, de accôrdo com os numeros apresentados pelas diversas contabilidades dos Ministerios e das repartições publicas, examinados e escripturados pela Contadoria Central da Republica, encontra-se o seguinte resultado:

DESPESA	OURO	PAPEL	TOTAL CONVERTIDO
Orçamentaria.....	139.115:760\$984	1.452.153:090\$193	2.088.816:370\$336
Supplementar.....	—	10.000:000\$000	10.000:000\$000
Realizada.....	125.401:346\$063	1.349.453:397\$491	1.922.161:344\$960
Menor despesa..	— 13.714:414\$921	— 112.699:692\$702	— 176.655:025\$376

Com o véto, o Governo reduziu a despesa autorizada, na lei orçamentaria, em 151.990:288\$603, deixando um saldo de 116:852\$664; com a sua execução, augmentou a receita no valor de 127.579:312\$023, e diminuiu a despesa na quantia de 176.655:025\$376, obtendo um resultado notavel, como se vê:

Saldo na lei orçamentaria.....	116:852\$664	
Receita a mais.....	127.579:312\$023	
Despesa a menos.....	176.655:025\$376	304.351:190\$063
Creditos supplementares.....	10.000:000\$000	
Creditos extraordinarios e es- peciaes.....	95.996:993\$407	105.996:993\$407
Saldo de 1928.....		198.354:196\$656

Ou, por outros termos:

Receita total arrecadada.....	2.216.512:535\$023
Despesa realizada, inclusive creditos supplemen- tars.....	1.922.161:344\$960
	294.351:190\$063
Despesa extraorçamentaria.....	95.996:993\$407
Saldo de 1928.....	198.354:196\$656

A receita a mais proveio unicamente do crescimento natural das nossas rendas, em virtude de melhor arrecadação sobre maior volume de negocios, sem que tivessem sido creados impostos novos ou augmentados os existentes, salvo o reajustamento das taxas.

Os quadros do Anexo I (quadros 1 a 9) revelam as arrecadações de 1928, comparadas com as de 1927, pelos quaes se vêem os augmentos parciaes de cada uma das rubricas e as pequenas diminuições de algumas, o que, balanceado, indica o crescimento total verificado.

Destacamos as principaes progressões na receita.

A Alfandega do Rio de Janeiro rendeu, em 1928, 456.246:189\$440, papel, ou mais 59.537:478\$685 que em 1927, dos quaes 22.822:777\$913, no primeiro semestre, e 36.714:700\$772, no segundo, periodo em que, por conveniencia do serviço publico, foi mudada a direcção superior dessa estação fiscal.

A renda total da Alfandega de Santos subiu a 455.559:370\$509, resultando um accrescimo, sobre a do anno de 1927, de 59.396:224\$562.

Na Alfandega do Rio de Janeiro ha mais uma fonte de renda federal, que consiste na cobrança de 2% sobre o valor das mercadorias importadas, que, na de Santos, corresponde mais ou menos ás taxas cobradas pela Companhia Docas.

O imposto de sello adhesivo attingiu a importancia de 130.538:199\$000.

O imposto de consumo subiu a 440.308:080\$506, ou mais 33.228:139\$099 que em 1927.

A Recebedoria do Districto Federal rendeu, em 1928, 213.009:636\$904, ou mais 13.269:176\$509 que no anno anterior.

Esta Recebedoria se encarrega da fiscalização e arrecadação das rendas internas na Capital da Republica, e, portanto, inclue, no seu total, o imposto de consumo, no valor de 101.354:648\$696, para completar a somma atrás indicada de 213.009:636\$904.

O imposto sobre a renda produziu 63.156:752\$413, mais que em 1927, porém menos que o previsto no orçamento.

A minoração na despesa publica foi realizada sem desorganização dos serviços existentes, que todos foram mantidos, tal qual foram encontrados.

Muito concorreu tambem para essa diminuição de despesa a previdencia contida na lei n. 5.426, de 7 de janeiro de 1928, art. 8º, que manda que todas as nomeações de empregados sejam feitas pelo Presidente da Republica e que todos os contractos de serviço sejam effectuados pelos Ministros. A fiscalização das verbas, por parte dos Ministros, foi efficiente e mui ainda se poderá obter.

Aproveitando da autorização das leis n. 3.970, de 31 de dezembro de 1919, e n. 5.384, de 30 de novembro de 1928, tem o Governo supprimido centenas de empregos que se têm vagado.

Os seguintes quadros mostram as reduções conseguidas nas despesas pelos diversos Ministerios:

#### Ouro

MINISTERIOS	DESPESA FIXADA	DESPESA REALIZADA	REDUCÇÃO
Justiça.....	222 :541\$600	218 :341\$600	4 :000\$200
Exterior.....	6.014 :153\$033	6.014 :134\$803	18\$230
Marinha.....	1.100 :000\$000	1.044 :768\$428	55 :231\$572
Guerra.....	200 :000\$000	200 :000\$000	—
Agricultura...	676 :340\$000	671 :199\$492	5 :140\$508
Viação.....	13.563 :288\$936	13.230 :186\$640	333 :102\$296
Fazenda.....	117.339 :437\$415	104.022 :715\$100	13.316 :722\$315

#### Papel

Justiça.....	150.159 :924\$128	144.377 :628\$713	5.782 :295\$415
Exterior.....	3.648 :562\$000	3.635 :126\$257	13 :435\$743
Marinha.....	139.718 :408\$216	129.499 :003\$242	10.219 :404\$974
Guerra.....	254.632 :428\$347	241.797 :331\$947	12.835 :096\$400
Agricultura.....	77.600 :942\$200	61.907 :762\$782	15.693 :179\$418
Viação.....	471.413 :066\$184	415.766 :808\$132	55.646 :258\$052
Fazenda.....	364.979 :759\$118	352.469 :736\$418	12.510 :022\$700
Total, papel.....	1.462.153 :090\$193	1.349.453 :397\$491	112.699 :692\$702
Total, ouro, convertido.....	636.663 :280\$143	572.707 :947\$469	63.955 :332\$674
Total da despesa a menos.....	—	—	176.655 :025\$376

O Annexo n. I (Quadro I) desdobra minuciosamente esses numeros.

Todas as despesas, orçamentarias e extraorçamentarias, os serviços integraes das nossas dividas, externa e interna, foram pontualmente pagos. Sobre esta ultima parte, é de notar que, no actual quatriennio, retomamos o pagamento da amortização da divida externa, suspenso desde o anno de 1902.

O Governo Federal, após isso, reservou, economizou a quantia de 198.354:196\$656, no anno de 1928, saldo em dinheiro verificado no encerramento definitivo do exercicio, confirmado pelo balanço em 15 de abril, tudo de accordo com as informações escriptas da Contadoria Central da Republica, que vai ser escripturada, no exercicio corrente de 1929, como renda extraordinaria eventual (art. 12 do dec. n. 18.554, de 31 de dezembro de 1928).

No anno de 1928, já sob o regimen das leis ns. 5.426, de 7 de janeiro de 1928, e 5.623, de 29 de dezembro de 1928, regulamentadas pelo dec. n. 18.554, de 31 de dezembro de 1928, que, reformando a nossa contabilidade, supprimiram o periodo adicional e o substituiram pelo "Exercicio Findo", foi o exercicio financeiro definitivamente encerrado a 31 de dezembro de 1928, e balanceado e liquidado antes de 15 de abril de 1929.

Reforma parcial da contabilidade

As despesas que, antes, empenhadas até 31 de dezembro, podiam ser pagas no periodo adicional ao exercicio financeiro, até 31 de março, agora só poderão ser pela verba "Exercicio Findo", do exercicio em curso, mas restrictas ás do exercicio immediatamente anterior e relativas ás dividas certas e liquidas, provenientes de serviços prestados, obras acceitas e fornecimentos recebidos, correspondentes a creditos orçamentarios empenhados e devidamente registrados, e que, encetados, não tenham sido esgotados (art. 7º do dec. n. 18.554, de 31 de dezembro de 1928).

Para pagamento destas despesas, neste exercicio de 1929, reconhecidas e liquidadas em 205:456\$072, ouro, e de 11.867:821\$869, papel, nos termos da autorização do n. III do art. 9º, paragrapho unico, da lei n. 5.610, de 24 de dezembro de 1928, foi aberto o respectivo credito suplementar á verba "Exercicio Findo", do exercicio financeiro, pelo dec. n. 18.691, de 8 de abril de 1929.

Essas despesas de "Exercicio Findo" vão ser pagas em 1929, e por ellas responde, com margem larguissima, o saldo indiscutivel, insophismavel de 198.354:196\$656, cujas immensas sobras vão beneficiar o exercicio em curso, demonstrando que o Governo cumpriu rigorosamente o seu dever, e muito além do compromisso, porque fez mais do que o equilibrio, apresentou saldo orçamentario e volumoso.

Esse saldo, augmentando as forças da receita no exercicio de 1929, permittirá ao Governo, com os recursos ordinarios, satisfazer ás despesas permanentes, extra-orçamentariamente votadas em 1928, a serem pagas em 1929, como sejam, entre as principaes, os augmentos de 100 % sobre os vencimentos do funcionalismo, para o seu reajustamento, 80.000:000\$; para as despesas com a construcção do dique da Ilha das Cobras, 21.000:000\$; para installação da arma da Aviação, 20.000:000\$; para as obras do Porto do Rio de Janeiro, 20.000:000\$; para terminação da Fabrica de Piquete, 10.000:000\$; para defesa sanitaria e outras.

A politica financeira do Governo, executada com firmeza, além das vantagens expostas, autoriza ainda a esperar, desde já, que o exercicio de 1929 se encerre em equilibrio, si não apresentar igualmente saldo, conforme previsões justificadas.

Transcorridos todos os periodos de arrecadação e de despesas, de escripturação, de balanço do exercicio de 1927, com todas as tolerancias possiveis, podem todos verificar, mais uma vez, que o saldo do exercicio de 1927 ainda foi maior que aquelle que vos indicou a Mensagem de 3 de maio de 1928.

Em 31 de dezembro de 1927, feito o balanço entre a receita arrecadada e a despesa realizada, houve uma differença a mais, a favor do Thesouro, no valor de reis 559.779:749\$112, saldo que ha muitos annos não se verificara, dizia eu na Mensagem que vos foi apresentada em 3 de maio de 1928.

Com essa quantia foram pagas todas as despesas extraorçamentarias, feitas por creditos especiaes e por creditos extraordinarios, mesmo as do periodo addicional, e o exercicio financeiro de 1927 fechou-se com um saldo de 25.579:798\$264.

O facto, por inesperado, esquecido desde muito tempo, causou surpresa e pasmo. Ao invés, porém, de provocar applausos, fez surgir a negação no espirito dos que pretendem dirigir a opinião e, em seguida, levantou uma verdadeira campanha que, longe de ferir o governo, só o realçava, mas que infelizmente recaiu em cheio sobre o credito do Brasil, e tão em cheio que os titulos da nossa divida publica, em alta, em Londres, durante 1927, pela retomada, em especie, de seu serviço de juros e amortização, tiveram ligeira baixa na cotação, durante alguns dias.

Aliás essas fluctuações de bolsa não têm grande importancia, movidas, como são, por especulações conhecidas.

Tão desabalado, porém, foi o escarcéu, contra o que só louvores poderia merecer, que se viu o governo na contingencia de, por meio de suas agencias financeiras no exterior, mostrar a veracidade indiscutivel da palavra da Mensagem.

Prudentemente havia a Mensagem affirmado que, não obstante estar tudo pago — despesas orçamentarias, até despesas extraorçamentarias, as despesas do periodo adicional a 1927 — periodo adicional “cujo computo, neste momento, em vista de disposição legal, não se póde fazer com precisão”, e acrescentava que “Em todo o caso, pelos algarismos apurados até agora pela Contadoria Central da Republica e que insignificante modificação soffrerão. . .”, se encontrava o saldo de 25.579:798\$264.

De facto, o saldo existia, realmente estava verificado; e, com a liquidação do periodo adicional ao exercicio financeiro de 1927, após 31 de março, só poderia ser augmentado.

Segundo as disposições do Codigo de Contabilidade, naquella época em vigor, o “exercicio financeiro começava a 1 de janeiro e terminava em 30 de abril do anno seguinte”, coincidindo o anno financeiro com o anno civil (art. 8º, n. 5, do Codigo de Contabilidade). Ao exercicio financeiro pertenciam sómente as operações relativas aos serviços feitos pela ou para a União e aos direitos adquiridos por ella ou contra ella, dentro do anno financeiro (art. 9º). Havia um periodo adicional, que era empregado, até 31 de março, na realização das operações de receita e despesa, que não se ultimassem dentro do exercicio financeiro, e de 31 de março até 30 de abril mais o destinado á liquidação e encerramento das contas do exercicio (art. 10). Entretanto, não se podia, dentro do periodo adicional, empenhar despesa nova por conta do exercicio, sinão pagar, apenas, as que tivessem sido empenhadas até á expiração do anno financeiro, que, coincidindo com o anno civil, terminava a 31 de dezembro (art. 10, § 1º; art. 8º, paragrapho unico), sendo, entretanto, expressamente determinado que a despesa empenhada dentro do anno financeiro, e que não tivesse sido paga até 31 de março (§ 2º do art. 10), dentro

do anno financeiro e de seu periodo adicional, só poderia ser paga como divida de exercicios findos e, portanto, já em outro exercicio.

Por divida de "Exercicios Findos" (art. 73), entende-se a que provier de fornecimento ou serviço feito á União no decurso do anno financeiro do exercicio encerrado (art. 74). Para não haver duvida alguma, ainda se declarava que, depois de 31 de março, perderiam o vigor todos os creditos orçamentarios, bem como os supplementares e extraordinarios, na parte não empenhada (art. 11). Essas disposições são textualmente transcriptas, com o rigor impessoal de cópia inalterada, conforme se verifica.

Em maio, pois, quando a Mensagem communicava á Nação o resultado financeiro do exercicio anterior, apoiada em dados fornecidos pela Contadoria Central da Republica, repartição unica competente para fazer a contabilidade da administração (art. 1º), cujo chefe é pessoalmente responsavel pela exactidão e preparo opportuno da escripturação, contas, balanços e demonstração dos actos relativos á receita e despesa federaes, em maio, pois, podia-se já affirmar que os algarismos apurados, até fins de abril, soffreriam insignificante modificação, e, então, si esta houvesse, seria para augmentar o saldo encontrado, e nunca para diminuil-o.

Obtendo da Contadoria Central da Republica, em balancetes fornecidos e assignados pelo Contador Geral, confirmação da existencia do saldo, foi expedido o dec. n. 18.256, de 23 de maio de 1928, mandando incinerar as notas correspondentes aos 25.579:798\$264.

Perante as leis de contabilidade, no Brasil não haveria outra solução: ou reconhecer o saldo ou duvidar dos balancetes levantados e fornecidos pelo Contador Geral da Republica.

Para que não pairasse a menor duvida sobre a contabilidade das finanças da Republica, e afim de fazer

desaparecer o menor resquicio a respeito, o Governo nomeou, a 18 de outubro de 1928, uma comissão composta de integros e competentes contabilistas — Srs. João Ferreira de Moraes Junior, Eugenio Pourchet e Eurico de Miranda Horta — para fazer o exame da escripturação da Contadoria Central da Republica durante o exercicio financeiro de 1927.

A 24 de novembro de 1928, a comissão nomeada apresentou minucioso, deduzido, claro e inatacavel relatório, que chegou ás seguintes conclusões:

«E' de notar que os orçamentos do exercicio de 1927 foram sancionados com um *deficit* previsto de reis 107.298:858\$750, a saber:

**Balanço prévio do orçamento**

(CORRIGIDO O ERRO DE 100:000\$, VERIFICADO NA SOMMA DA RECEITA)

	Ouro	Papel	Total (Convertido o ouro á taxa de 4\$567)
Receita orçada.....	140.605:000\$000	1.155.836:000\$000	1.797.979:035\$000
Despesa fixada.....	118.486:319\$068	1.364.150:874\$567	1.905.277:893\$750
<i>Deficit</i> previsto.....	—	—	107.298:858\$750

Entretanto, na execução dos orçamentos, esse *deficit* previsto se transformou em um grande saldo, assim demonstrado:

a) *Execução do orçamento da Receita* (feita a rectificação quanto á emissão de apolices):

	Ouro	Papel	Total (Convertido o ouro á taxa de 4\$567)
Receita orçada.....	140.605:000\$000	1.155.836:000\$000	1.797.979:035\$000
Receita realizada.....	177.124:701\$511	1.230.577:199\$820	2.039.505:711\$620
Maior receita.....	36.519:701\$511	74.741:199\$820	241.266:676\$620

b) *Execução do orçamento da Despesa:*

	Ouro	Papel	Total (Convertido o ouro à taxa de 4\$567)
Despesa orçamentaria fixada.....	118.486:319\$068	1.364.150:874\$567	1.905.277:893\$750
Despesa orçamentaria paga.....	108.567:910\$537	1.127.341:554\$249	1.623.171:201\$671
Menor despesa.....	9.918:408\$531	236.809:320\$318	282.106:692\$079

## RECAPITULAÇÃO

	Total (Convertido o ouro à taxa de 4\$567)
a) Maior receita do que a prevista	241.526:676\$620
b) Menor despesa do que a autorizada.....	282.106:692\$079
Total do benefício alcançado	523.633:368\$699

Foi justamente com esse excesso de arrecadação, na importância de 241.526:676\$620, e com essa economia de 282.106:692\$079, resultante da compressão das despesas dentro das dotações orçamentárias, produzindo ambas o benefício total de 523.633:368\$699, que o Governo conseguiu:

	Total (Convertido o ouro à taxa de 4\$567)
1, cobrir o <i>deficit</i> previsto.....	107.298:858\$750
2, pagar o aumento provisorio...	127.597:426\$913
3, pagar os creditos especiaes e extraordinarios.....	171.593:331\$001
4, pagar as despesas excedentes dos creditos votados.....	71.405:052\$857
5, applicar a receita de fundos especiaes.....	14.887:338\$682
Total.....	492.782:008\$203
6, produzir o saldo de.....	30.851:360\$496
Total geral.....	523.633:368\$699 »

Até aqui o extracto do relatório da comissão nomeada.

Destino do saldo

O saldo foi incinerado para mostrar a sua existência material, para mostrar a orientação do Governo na execução da lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, relativa á reforma monetaria do paiz. As razões legaes, que permittiram tal incineração, estão deduzidas nos considerandos que precedem o dec. n. 18.256, de 23 de maio de 1928.

O fim da reforma monetaria, consubstanciada na lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, foi estabelecer no paiz a circulação metallica, por meio de notas conversiveis em ouro, á vista, ao portador, immediatamente á sua apresentação.

Essa conversão se faz actualmente na Caixa de Estabilização e mais tarde será feita no Banco Central de Emissão, para onde será essa Caixa transferida.

Será declarada a conversibilidade da circulação actual, *fim principal da lei n. 5.108*, desde que haja quantidade de ouro depositada na Caixa, em determinada relação com a circulação, afim de que possa ser feito o troco immediato das notas.

Essa determinada relação é encontrada, ou augmentando-se o deposito de ouro, ou diminuindo-se a massa de papel, de modo que entre os dois se ache a percentagem necessaria.

Dois são, pois, sem duvida alguma, os meios pelos quaes se attinge a finalidade da lei de reforma monetaria.

Depositando ouro na Caixa de Estabilização, como tem sido feito, usou o Governo do primeiro meio; assim como, incinerando o saldo de 25.579:726\$264, diminuindo a circulação do papel, usou do segundo.

A serio, ninguem póde acoimar de illegal o uso dos dois meios, pelos quaes se executa a lei, pelos quaes se attinge o fim primordial da reforma monetaria.

Mas, si tal autorização não estivesse no proprio espirito da lei, encontra-se ella no seu texto.

Os recursos financeiros, para a conversibilidade em ouro, OBJECTIVO da lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, são constituídos, diz o seu art. 4º, pelas quantias-ouro já arrecadadas e depositadas nos termos *das leis em vigor* e nestas destinadas ao resgate, garantia, e conversão do papel-moeda (§ 1º), mais ainda pelas quantias que, em virtude *dessas leis*, se vierem a arrecadar (§ 2º) e também pelos saldos orçamentarios, depois de definitivamente reduzidos a ouro (§ 3º).

Assim, pois, a propria lei n. 5.108, de 1926, não só reconheceu a existencia de recursos para a conversibilidade da circulação por meio do producto do resgate, da garantia e da conversão do papel-moeda, já arrecadado e depositado, pela fórmula e pelo processo estabelecidos *nas leis em vigor*, como também previu outros identicos áquelles e que se arrecadassem, em virtude *das mesmas leis*, e que deveriam ser igualmente depositados, pela fórmula e pelo processo por que já o foram os existentes, visto como outros não indica.

Quer dizer que a lei n. 5.108, de 1926, não revogou as leis que crearam o resgate, a garantia e a conversão do papel-moeda; ao contrario, reconheceu expressamente a sua vigencia, referindo-as e mandando utilizar os recursos por ellas já produzidos e mais aquelles que viessem ainda a produzir.

Uma das leis, que continuaram em vigor, é a de n. 427, de 9 de dezembro de 1896, justamente a que creou o resgate, a garantia e a conversão do papel-moeda.

Resgate, garantia e conversão de papel-moeda são tres operações diversas, tendentes todas para o mesmo fim, que actualmente é a conversibilidade em ouro da circulação existente.

Resgatar, na sua accepção propria, é remir ou livrar do captiveiro a troco de presentes ou de dinheiro; por extensão, na accepção financeira, é remir, é retirar

da circulação, a troca de dinheiro, um titulo da divida publica; na accepção restricta da lei n. 427, caracteriza-se em remir o papel-moeda, em retiral-o da circulação. Assim foi entendido pelo dec. n. 2.412, de 26 de dezembro de 1896, que regulamentou a lei citada n. 427, mandando no art. 2º, § 4º, que os saldos verificados na liquidação do orçamento, no exercicio financeiro, fossem applicados ao resgate do papel-moeda em circulação, e, no art. 5º, determinando as regras a serem observadas na incineração do papel-moeda resgatado.

As leis em vigor, pois, que autorizam o resgate, tambem autorizam a incineração.

E é natural que assim o fizessem, porque, si sempre com o papel-moeda resgatado fosse comprado ouro, esse papel-moeda voltaria á circulação, alongando, por consequencia, a conversibilidade, objectivo immediato em vista.

Ainda o Codigo de Contabilidade, no seu art. 443, determina que "o papel-moeda resgatado pelo The-souro Nacional será incinerado na Caixa de Amortização, pela fórmula prevista no regulamento dessa repar-tição".

Mais uma lei em vigor que autoriza a incineração do papel-moeda resgatado.

A lei n. 5.108, consequentemente, não se oppõe á incineração; antes a prevê e a autoriza, com referencias expressas.

O § 3º do art. 4º da citada lei n. 5.108, que transforma os saldos orçamentarios em recursos financeiros para a conversibilidade do papel circulante, expressa e immediatamente estabelece a restricção "depois de definitivamente reduzidos a ouro".

É insophismavel, por consequencia, que, na vigencia dessa lei, ha saldos que não são reduzidos a ouro, e ha saldos que são definitivamente reduzidos a ouro.

Não ha nas leis palavras inuteis, e essas ahi apparecem intencionalmente, prevendo, de modo inequivoco, hypotheses diversas, que se iriam apresentar. Os saldos orçamentarios, que não forem definitivamente reduzidos a ouro, são applicados ao resgate do papel-moeda, que, em seguida, é incinerado (§§ 1º e 2º do art. 4º da lei n. 5.108, lei n. 427, de 9 de dezembro de 1896, art. 3º, c), dec. n. 2.412, de 26 de dezembro de 1896, arts. 4º e 5º); os saldos orçamentarios, *depois de reduzidos definitivamente a ouro*, constituirão, então, recursos financeiros para a conversibilidade da circulação (§ 3º do art. 4º da lei n. 5.108, de 1926). Ao criterio do executor da lei fica incontestavelmente a escolha do destino a dar ao saldo orçamentario: ou ao resgate de papel-moeda e respectiva incineração ou á reducção definitiva a ouro e o conseqente deposito na Caixa de Estabilização.

Quando o deposito-ouro, na Caixa de Estabilização, tenha attingido a percentagem julgada necessaria para a conversibilidade, melhor será dar-lhe o destino do § 3º do art. 4º da lei n. 5.108, afim de augmentar o encaixe metallico e chegar á paridade.

Em 1928, julgou o Governo mais acertado applicar o saldo orçamentario no resgate do papel-moeda e em seguida incineral-o, por quatro razões:

1ª, porque assim diminuiu a circulação fiduciaria e caminhou mais rapidamente para a relação em que se admite a conversibilidade;

2ª, porque evitou a concorrência official, no mercado cambial, com a compra de 628.805 libras esterlinas, que a tanto equivalem 25.579:798\$264;

3ª, para convencer os santomés financistas sobre a veracidade do saldo orçamentario em 1927;

4ª, finalmente, não havendo contraindicação, para mostrar, praticamente, aos que ainda não compreenderam a reforma monetaria e o seu alcance, as modalidades da lei n. 5.108, de 1926, que a instituiu.

Verifica-se que o exercicio financeiro de 1927 se liquidou com saldo orçamentario e que a sua applicação, no resgate de papel-moeda e a sua consequente incineração, além de conveniente, foi absolutamente legal.

Divida fluctuante

A liquidação da divida fluctuante está quasi terminada.

Essa divida proveio, em grande parte, da insufficiencia das verbas votadas, orçamentarias ou especiaes, e tambem de despesas feitas sem credito, pela urgencia e imperio da sua necessidade, originando-se tambem em rescisões de contracto com estradas de ferro, em encampações de portos, em concertos inadiaveis de navios de guerra, em despesas militares com motins e revoltas, em sentenças judiciaes, em differenças de reformas e de vencimentos e outras, como consta minuciosamente na Mensagem que tive a honra de vos enviar em 30 de novembro de 1927.

A lei n. 5.420, de 4 de janeiro de 1928, autorizou o pagamento dessa divida, no valor de 13.771:407\$411, em ouro, e 334.761:061\$671, em papel.

Só a 11 de março de 1928, com o dec. n. 18.149, puderam ser abertos os respectivos creditos.

Outras leis especiaes tambem autorizaram operações de credito para pagamento de despesas da mesma natureza, embora não tivessem sido relacionadas na "divida fluctuante".

As relações dos creditos que constaram da Mensagem Presidencial de 30 de novembro de 1927 e que foram reproduzidas na relação que acompanhou a lei n. 5.420, de 4 de janeiro de 1928, tiveram a publicação legal no *Diario Official* de 13 de janeiro de 1928, e a maior divulgação possivel pela imprensa periodica.

Grande celeuma se levantou em volta do pagamento desses compromissos do Thesouro Nacional, parecendo immoral ou delictuoso tudo o que com elles

se relacionara e que a critica inconsiderada chamara pejorativamente de "divida fluctuante".

Basta ler a relação desses creditos, reler os nomes dos credores, examinar as suas causas e sommar as suas quantias, para se ver quão violenta e injuriosa foi a grita que em torno della se levantou.

Essas despesas vêm desde o anno de 1920 e vão até 1926, abrangendo sete exercicios financeiros; quasi todas ellas foram opportunamente solicitadas, por mensagens presidenciaes, ao Congresso Nacional, como creditos supplementares ás verbas próprias dos respectivos orçamentos, e, depois, como creditos especiaes, e, por fim, foram reiteradas, na maxima parte, globalmente, na Mensagem de 30 de novembro de 1927. Essa mensagem não fez mais que reunir em um só pedido a maior parte das solicitações especiaes anteriores.

Nessas solicitações de creditos supplementares, nada se occultou, quer nas primeiras, quer nas ultimas, e nada havia que occultar.

Na sua quasi totalidade, são despesas communs, habituaes nas administrações, tendo havido, apenas, demora na concessão dos creditos solicitados. Tudo isso se passou durante um periodo completamente perturbado na vida politica e administrativa do paiz. Basta lembrar que, nesse periodo, annos houve em que não se votou o orçamento da despesa e, quando este se transformava em lei, faltava o da receita, tendo o Executivo que administrar com leis de meios em prorrogação.

Não é de extranhar, pois, que, em época em que não houve leis de receita e de despesa, tivessem ficado de lado numerosas solicitações de creditos indispensaveis que, amontoadas em sete exercicios, formassem a quantia global, que se achou vultosa.

Percorrendo-se a relação dos creditos solicitados e que constituíram o que se chamou a "divida fluctuante",

reconhece-se a urgencia e a inadiabilidade de todos elles.

São etapas de soldados, no valor de 19.175:370\$, em 1924, e de 18.520:069\$, em 1925; concerto de navios, em Brooklin (E. U. da America do Norte), \$ 4.500.000, ou cerca de 37.600:000\$; concerto dos cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, 44.642:356\$; reparos no dique "Affonso Penna", 11.957:521\$; transportes maritimos e fluviaes de tropas e tambem em estradas de ferro, por empresas particulares; soldos de officiaes, fardamentos de praças e outros identicos, inclusive, reis 15.658:399\$521 para parte de adiantamentos a generaes e a directores de serviço para pagamento de fardamento, de alimentação de tropas, durante os movimentos sediciosos que perturbaram a vida nacional.

Demorada a concessão dos creditos, que os deviam autorizar, tomou o Governo a resolução de realizar os pagamentos de muitos delles logo que a sua necessidade se impoz.

Justamente por terem esses pagamentos excedido ás respectivas autorizações, ou terem sido feitos sem autorização, não obstante haver anteriores e reiteradas solicitações ao Congresso, entendeu o Governo de dirigir a Mensagem de 30 de novembro já referida, insistindo pela autorização legal para fazer a liquidação de taes contas, o que afinal foi concedido pela lei n. 5.420, de 4 de janeiro de 1928.

Antes da expedição da lei n. 5.420, de 4 de janeiro de 1928, era possivel, com procedencia, acoimar de illegaes taes despesas, porque para ellas não tinha havido autorização legislativa.

Tal sabia o Governo e, por isso, solicitou a autorização legislativa; tal sabia o Congresso e, por isso, a concedeu.

Decretada, porém, pelo Poder Legislativo, o unico competente para autorizar despesas ( §§ 1º e 2º do

art. 34 da Constituição Federal) e sancionada pelo Executivo (art. 48 da mesma Constituição) só pela violencia, pela força se poderia contestar a legalidade de taes despesas.

“Qualquer que seja o aspecto, sob o qual se queira encarar essa lei”, já assim foi informado, “qualquer que seja a feição que se lhe empreste, sempre se ha de nella encontrar, e expressamente, a autorização, dada pelo poder competente, para se fazerem os pagamentos, e a legitimação dos actos do Governo, que taes despesas ordenou”.

Essa legitimação, que se contém na lei n. 5.420, de 1928, foi dada ao Governo, que autorizou os pagamentos ou adiantamentos, sem leis ou excedentes ás leis, e jamais ás partes, quaesquer que ellas sejam, que não tenham feito a applicação devida dos dinheiros publicos recebidos.

O acto do Governo tornou-se legal; mas o interessado, funcionario ou particular, qualquer que elle seja, que ordenou ou recebeu as quantias em pagamento ou em adiantamento, fica por ellas responsavel.

Quer isto dizer que a legalização da despesa não legitima a fraude que, por ventura, tenha havido na sua applicação. Tal jamais se pretendeu.

Sempre os responsaveis hão de prestar as contas das despesas feitas, quer para ellas tenha havido autorização prévia ou posterior, em qualquer hypothese, na fórmula e no tempo determinados pelo Código de Contabilidade.

Muitas das despesas, relacionadas pela lei numero 5.420, de 1928, já haviam sido pagas aos credores primitivos pelo Governo, que para isso havia sacado as quantias necessarias no Banco do Brasil e por avisos reservados.

No contacto com o Banco do Brasil se quiz ver a grande immoralidade, e profundamente aggravada com a reserva que levavam os avisos sacadores.

Ora, esse contacto existiu sempre, é contractual, legal, imprescindível e honesto; e a reserva das transacções, entre bancos e interessados, foi sempre a norma commum em todas as praças commerciaes.

Pela clausula setima de seu contracto, lavrado a 23 de abril de 1923, com o governo da Republica, o Banco do Brasil assumiu a obrigação de abrir ao Thesouro Federal, annualmente, um credito, que não póde exceder da quarta parte da receita-papel orçada para o anno respectivo, credito cuja liquidação deve ser effectuada dentro do exercicio, para que possa ser renovado no exercicio seguinte.

Esse credito, denominado "Conta de Antecipação de Receita", foi sempre aberto pelo Banco do Brasil e delle sempre se utilizou o Thesouro. E' elle contractual.

Foi essa conta convencionada entre o Thesouro e o Banco do Brasil, em virtude da expressa autorização da lei n. 4.635 A, de 8 de janeiro de 1923, art. 1º, letra b), condição 6ª, e a sua situação financeira foi sempre publicada, em titulo especial, nos balancetes mensaes e nos balanços semestraes do Banco do Brasil. E' ella, pois, legal.

O Thesouro Federal sempre exerceu o direito de, por essa conta, sacar dinheiros, determinar adiantamentos, fazer todos os pagamentos destinados ás despesas publicas, e sempre o exerceu em virtude da natureza de suas funcções, pela sua propria razão de ser.

Basta lembrar que, em periodo em que arrecadação alguma foi ainda feita, nos primeiros dias de janeiro de cada anno, por exemplo, ha logo a pagar os juros e amortizações semestraes dos titulos da divida publica, e, nos primeiros dias de fevereiro, os gastos normaes da administração, os vencimentos mensaes da magistratura, do funcionalismo em geral, dos militares de terra e mar, etc., que absorvem, nesse curto prazo, cerca de metade do credito contractual.

Como poderia a União cumprir o comezinho dever de pagar as suas dividas inadiaveis, si tal recurso não houvesse sido previsto, autorizado e contractado ? E' ella pois, imprescindivel e honesta.

A "Conta de Antecipação de Receita" é, não ha duvida, e não pôde deixar de ser, reservada, emquanto feita com o Banco, como reservadas são todas as contas commerciaes.

Essa "Conta de Antecipação de Receita", como se vê do contracto e da lei que a autorizou, é uma verdadeira operação de credito, pela qual o Banco do Brasil se obriga a fornecer ao Thesouro Nacional até uma certa somma de dinheiro, durante um anno, a juros combinados, e o Governo se obriga a salda-la, nesse prazo, com os juros vencidos.

Como se vê, e decorre da sua propria natureza essa operação não é ainda despesa publica; apenas a previdente formação de recursos para que possam ser realizadas, em tempo, as despesas publicas, afim de que a administração se desenvolva normalmente. Essa conta, movimentada e escripturada entre o Thesouro e o Banco, constitue uma transacção contractual e legal, por sua natureza reservada.

Não ha inconveniente na reserva habitual, porque só depois de obtidos os recursos por essa conta, vão elles ao Thesouro, e com elles faz então a administração os seus gastos, e, consequentemente, os escriptura, discriminando os nomes dos que recebem, sejam elles portadores de apolices, funcionarios, fornecedores, ou contractantes de obras, caracterizando-se então a despesa publica, para a qual deve haver a maior divulgação, com a completa responsabilidade de todos que nella intervieram.

Emquanto operações de credito, são essas relações reservadas; quando pagas no Thesouro essas despesas, tornam-se publicas. Então, por isso mesmo que são despesas publicas, nenhum segredo se guardou sobre ellas,

tanto assim que constam todas discriminadamente na mensagem global de 30 de novembro de 1927, como já constavam, e devidamente especificadas, nas mensagens parciais anteriores.

Precisamente por serem despesas publicas, o seu exame e estudo, a respectiva prestação de contas hão de ser feitos pela escripturação publica, por onde corre a contabilidade da administração nacional, e não pela do Banco do Brasil, que marca operações commerciaes ou de credito, de natureza particular.

Como se vê, nesses pagamentos, nada se occultou e nada se subtrahiu ao exame, constando tudo na contabilidade publica, pela qual se faz a prestação de contas.

Muitos dos creditos relacionados, e, portanto, muitos credores originarios já haviam sido pagos pelo Thesouro e com os recursos fornecidos pela "Conta de Antecipação de Receita", aberta no Banco do Brasil.

O desequilibrio orçamentario, com grandes *deficits*, condição permanente da liquidação dos exercicios financeiros, entre nós, nos annos anteriores, não permittiu, jamais, saldar, em dinheiro, a "Conta de Antecipação de Receita".

Para que houvesse administração, para que, no anno seguinte, pudesse ser aberta a "Conta de Antecipação de Receita", o seu saldo credor era liquidado com emissão de notas promissorias, ou com outras operações de credito, para as quaes esteve sempre o Governo amparado na autorização constante para fazer operações de creditos, que acompanham invariavelmente as leis de despesa, causas desses *deficits*.

Estavam já pagos muitos desses credores, e os respectivos pagamentos se achavam escripturados na contabilidade da administração publica, mas as importancias, com que os liquidara, continuava o Thesouro a deval-as, e, então, ao Banco do Brasil, em virtude de operações feitas pela "Conta de Antecipação de Receita".

Si verdadeiro era o debito, si legaes erám as operações da "Conta de Antecipação de Receita", legaes não eram ainda os pagamentos feitos sem credito ou excedentes dos creditos.

Concedendo, pela lei n. 5.420, de 4 de janeiro de 1928, a abertura dum credito especial para saldar as dividas pormenorizadas e divulgadas pela Mensagem de 27 de novembro de 1927, o Congresso, no rigoroso cumprimento da sua principal attribuição constitucional, autorizou, de modo expresso, o pagamento dessas contas, todas referentes aos compromissos do Thesouro, quer se conservassem ainda com os credores primitivos, quer tivessem sido transferidas a outros portadores, legalizou os pagamentos já feitos e legitimou a escripturação publica a elles relativa.

Assim o entendeu e assim o declarou ainda o Congresso, quando teve que se manifestar, mais uma vez e em ultima instancia, sobre tal assumpto, com a lei n. 5.621, de 28 de dezembro de 1928.

O Quadro, Anexo n. I, mostra o movimento da "divida fluctuante" durante o exercicio de 1928.

A circulação monetaria foi reduzida, em 1928, na sua parte fiduciaria, na importancia de 25.579:798\$264, valor do saldo orçamentario de 1927, incinerado por força do dec. n. 18.256, de 23 de maio de 1928. Era essa circulação de 2.569.304:350\$500 em 31 de dezembro de 1927; ficou, pois, a 31 de dezembro de 1928, em reis 2.543.724:552\$236.

DIVIDA PU-  
BLICA DO  
BRASIL  
CIRCULAÇÃO MO-  
NETARIA  
Notas do Thesouro

A circulação conversivel em ouro foi, ao contrario, muito augmentada.

Em 31 de dezembro de 1927 existiam, na Caixa de Estabilização, 78.400.805.883 milligrammas de ouro fino correspondente a 10.706.946 libras esterlinas, equivalentes a 435.560:032\$680.

Em 31 de dezembro do anno de 1928 existiam

150.354.203.983 milligrammas de ouro fino, valendo 20.533.389 libras esterlinas, correspondentes a reis 835.301 :133\$240.

Em um anno, o deposito-ouro quasi se duplicou na Caixa de Estabilização.

Sommado esse deposito com os 10.000.000 de libras esterlinas, retirados do Banco do Brasil, em virtude da encampação da sua emissão pela União, por força da lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, verifica-se que as reservas-ouro do paiz attingiram 30.533.389 libras esterlinas em 31 de dezembro de 1928.

Nesta parte, a progressão é incontestavel.

Percentagem entre  
o ouro e a cir-  
culação

Em 31 de dezembro de 1926, o encaixe-ouro de £ 10.000.000 representava 15,833 % da circulação em papel, que era 2.569.304:350\$500.

Em 31 de dezembro de 1927, o encaixe-ouro de £ 20.706.946 guardava a proporção de 28,033 % para com a circulação de 3.004.864:383\$180.

Em 31 de dezembro de 1928, o encaixe-ouro, então existente na somma de £ 30.533.389, mantinha a relação de 36,759 % para com a circulação de 3.379.025 :685\$540.

Em 8 de abril de 1929, a relação era de 37,051 %, pois que o encaixe-ouro subiu a £ 30.919.000 para uma circulação de 3.394.712:408\$190.

Nas quantias em circulação foi computada a emissão de 592.000:000\$ do Banco do Brasil, a qual não soffreu alteração desde 18 de dezembro de 1926, data em que o governo assumiu a sua responsabilidade.

O seguinte graphico melhor figura a progressão ha-vida desde 31 de dezembro de 1926 a 8 de abril de 1929 nas reservas-ouro do paiz e na sua relação para com a circulação.

ANNOS	CIRCULAÇÃO MONE- TARIA	RESERVAS-OURO EM LIBRAS ES- TERLINAS	RELAÇÃO ENTRE O OURO E A CIRCULAÇÃO
31 de dezembro de 1926.....	2.569.304 :350\$500	10.000.000	15,833 %
31 de dezembro de 1927.....	3.004.864 :383\$180	20.706.946	28,033 %
31 de dezembro de 1928.....	3.379.025 :685\$480	30.533.389	36,759 %
8 de abril de 1929.....	3.394.712 :408\$190	30.919.000	37,051 %

O Anexo VIII mostra o movimento do ouro na Caixa de Estabilização.

Da circulação total, 3.379.025:685\$540, em 31 de dezembro de 1928, foi conversível imediatamente em ouro, na base de 200 milligrammas por milreis, ao titulo de 900 millesimos, em cambio inglez, sempre acima de  $5 \frac{114}{128}$ , a quantia de 1.242.102:522\$120, e o restante, no total de 2.136.923:163\$360, foi tambem sempre conversível em cambiaes, nos bancos, em taxas acima sempre de  $5 \frac{114}{128}$ , no cambio inglez, e, portanto, acima do valor legal estabelecido para o milreis na lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, o que não deixa de ser lisonjeiro para a situação monetaria do paiz.

Em virtude do dec. n. 18.052, de 7 de janeiro Caixa de Conversão de 1928, foram resgatadas 35.059 notas da Caixa de Conversão, no valor de 3.735.900\$, ao cambio de 16 pence por milreis, equivalente, em moeda corrente, a 10.131:760\$800, que importaram em 10.111:804\$281, com o desconto legal que lhes foi marcado, ou menos 19.956\$519.

Esse resgate foi feito na importancia de reis 1.733:750\$ até 31 de março de 1928 e o restante até 31 de dezembro de 1928.

Foi elle realizado com parte do producto do emprestimo contrahido para o pagamento da "divida fluctuante". Resta, ainda, a resgatar dessa circulação a quantia de 3.266.940\$, ao cambio de 16 p., que até agora não foi apresentada a troco e que vai soffrendo os des-

contos legaes successivos, de modo que, em 31 de janeiro de 1931, nenhum valor mais terá.

Todas as notas resgatadas foram incineradas.

Como vos informei na Mensagem de 3 de maio de 1928 "foram incineradas não só as notas, agora apresentadas a troco e que se achavam — 75.013 notas, no valor de 12.322:320\$, na Thesouraria Geral do Thesouro Nacional; 9.878, no valor de 1.710:850\$, no Banco do Brasil, bem como o *stock* de notas novas, sem uso, que não haviam entrado em circulação, representando a quantia de 24.937:530\$000".

Divida externa

E' de notar, circumstancia que não devemos deixar de frisar e repetir, que, em 1927, retomámos o pagamento, em especie, da amortização da divida externa, suspenso desde 1902, o que veio avolumar as nossas despesas.

Os juros e amortizações dessa divida externa foram pagos pontualmente e os seus titulos se mantiveram em alta nas praças estrangeiras.

Essa divida se decompõe em libras esterlinas, em dollars e em francos.

Foi ella reduzida no exercicio que findou, como se póde ver pelo confronto do seu estado a 31 de dezembro de 1927 com o de 31 de dezembro de 1928.

	Libras
Em 31 de dezembro de 1927...	109.284.477,09,02
Em 31 de dezembro de 1928...	106.968.592,11,11
Menos.....	<u>2.315.884,17,03</u>

	Dollars
Em 31 de dezembro de 1927...	156.890.267,20
Em 31 de dezembro de 1928...	152.800.427,00
Menos.....	<u>4.089.840,20</u>

	Francos
Em 31 de dezembro de 1927...	335.553.830,00
Em 31 de dezembro de 1928...	333.577.086,20
Menos.....	<u>1.976.743,80</u>

O serviço de juros e amortização, tudo convertido a libras esterlinas, importou, em 1928, em £ 11.613.080,8,5.

Amortização da dívida interna

A dívida externa dos Estados e Municípios, conforme relação levantada e que vai publicada em Anexo n. X, convertida também a libras, somma 79.061.640 e o seu serviço annual de amortização e juros absorve, nessa mesma moeda, £ 6.853.590. O serviço annual da dívida externa federal, estadual e municipal consome, pois, £ 18.446.670, 8,5.

Desde muitos annos, diversos meios pecuniarios haviam sido destinados, pelas nossas leis, ao resgate da dívida publica interna.

O dec. n. 4.382, de 8 de abril de 1902, expedido para execução da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, reformou a legislação a respeito e creou um "fundo especial para amortização dos empréstimos internos, papel", constituído, além de outros recursos, pelas apolices já adquiridas por força do art. 48 da lei n. 514, de 28 de outubro de 1848, então no valor de 15.440.000\$ e pelos juros que essas apolices rendessem.

Em março de 1913, esse "fundo" attingia a somma de 31.990.100\$; nessa época, porém, foram suspensas as suas operações.

Reconhecendo o acerto das medidas contidas no dec. n. 4.382, de 8 de abril de 1902, resolveu o actual governo reconstituir o fundo de amortização dos empréstimos internos, papel, e, para tanto, foram contados os juros em atraso das suas apolices. Foi verificado, em maio de 1928, que alcançavam esses juros a quantia de 24.526.641\$600, á qual foi dado o destino legal, adquirindo-se com ella 32.709 titulos da dívida publica, no valor nominal de 32.709.000\$, que, juntos ao existente, perfazem 64.699.100\$000.

Na aquisição dessas 32.709 apolices foram empregados 24.526.194\$, retirados do producto do empres-

timo contrahido para pagamento da "divida fluctuante", da qual fazia parte esse compromisso do Thesouro.

A divida publica interna em apolices de 1:000\$, a 5% annuaes, foi, como se vê, amortizada na importancia de 32.709:000\$ no anno de 1928.

As apolices assim amortizadas são titulos emittidos pelo devedor e que, encontrando-se em seu poder, fazem presumir, e no caso importa, pagamento. Não são ellas negociaveis, nem por qualquer fórma transferiveis; saíram da circulação, reduzindo o montante da divida publica interna, objectivo legal.

Rendem ainda juros, constituindo, por essa razão, um mecanismo engenhoso e inilludivel de, pela votação nos orçamentos das quantias a elles correspondentes, forçar e continuar a amortização.

Amortizar é, como se sabe, extinguir gradualmente uma divida.

Amortizadas, extinctas essas apolices da divida publica, não podem mais estar em circulação, e, por consequencia, no montante da divida publica não devem ellas figurar.

Na circulação das apolices foi, por consequencia, reduzida a quantia de 64.699:100\$000.

Foram, porém, emittidas, em 1928, 75 apolices de 1:000\$, em virtude dos decs. ns. 15.470, de 10 de maio de 1922, e 16.475, de 31 de dezembro de 1924. Foram uniformizadas 371 apolices, no valor de 351:300\$, sendo 343 de 1:000\$, 9 de 500\$ e 19 de 200\$, incluída a bonificação de que trata o dec. n. 2.907, de 11 de junho de 1898

Obrigações Ferro-  
viarias

Foram mais resgatados titulos da Divida Publica Interna, sob a denominação de "Obrigações Ferroviarias", reguladas pelo dec. n. 16.842, de 24 de março de 1925, no valor de 12.597:000\$000.

Provenientes de compromissos anteriores ao actual

quatriennio, foram emittidos, em 1928, 3.472:000\$ desses titulos.

Actualmente, a sua circulação sobe a 107.090:000\$, tendo ellas, para a sua amortização, um fundo especial, constituido por 10 % additionaes sobre o rendimento bruto das tarifas de estradas de ferro.

Foram tambem resgatadas "Obrigações do The- Obrigações do The-  
sourosouro", ao portador, emittidas em virtude do dec. numero 14.946, de 15 de agosto de 1921, por compra abaixo do par, e por sorteio ao par, no valor nominal de 35.555:000\$, ficando reduzida a circulação desses titulos a 117.260:000\$000.

Para se concluir, com rapidez, a construcção de al- Apolices rodoviarasgumas das estradas de rodagem encetadas, foi autorizada, pela lei n. 5.525, de 5 de setembro de 1928, uma emissão de apolices, cujos juros e cuja amortização, em 20 annos, são pagos pelo "fundo especial" creado pela lei n. 5.141, de 5 de janeiro de 1927.

Pelos decs. n. 18.438, de 22 de outubro, e numero 18.503, de 21 de novembro, ambos de 1928, foi autorizada a emissão de 80.000 desses titulos, que tiveram bôa acceitação na praça, tendo sido collocados 66.683, em 1928.

O movimento dos titulos da Divida Publica Interna, em 1928, foi o seguinte:

Resgate das notas da Caixa de Conversão.....	—	10.131:760\$800
Resgate de Obrigações Ferroviarias.....	—	12.597:000\$000
Resgate de Obrigações do The- souro .....	—	35.555:000\$000
Incineração de Papel-Mocda....	—	25.579:798\$264
Restauração do Fundo de Res- gate de Apolices.....	—	32.709:000\$000
Parte do Fundo que não deve figurar na circulação.....	—	31.990:100\$000
Emissão de Ferroviarias.....	3.472:000\$000	—
Emissão de Rodoviaras.....	66.683:000\$000	—

Emissão de Nominativas.....	3 :000\$000	—
Diversas emissões ao portador..	72 :000\$000	—
Redução da Divida Publica Interna.....	78.332 :659\$064	—
Total.....	148.562 :659\$064	148.562 :659\$064

A Divida Interna foi amortizada em 78.332:659\$064; a Divida Externa foi reduzida de £ 2.315.884,17,3, \$ 4.089,840,20, fr. 1.976.743,80, os quaes, convertidos a papel nacional, fazem 131.586:451\$358, o que, consequentemente, diminuiu o nosso compromisso pecuniario no valor de 209.919:110\$422.

Ha a notar que na circulação da Divida Interna houve diminuição de 78.332:659\$064 porque agora della foi excluida, como foi explicado, a quantia de 31.990:100\$, correspondente a apolices amortizadas antes de 1928, de modo que a amortização da divida interna foi, em 1928, de 46.342:669\$064.

Cotação dos títulos  
internos

Os títulos da Divida Publica Interna tiveram, em 1928, maior cotação que em 1927, que, por sua vez, esteve acima da de 1926.

As apolices nominaes de 5 % tiveram, em março de 1929, a cotação média de 780\$, as Obrigações do The-souro de 7 % e as Ferroviarias de 7 % estiveram ao par, 1:000\$, e, ás vezes, acima do par, enquanto que em 1927 foram ellas cotadas, respectivamente, a 656\$, 874\$ e 817\$, e em 1928 a 741\$, 929\$ e 899\$000.

Emquanto a Divida Publica diminuiu, a fortuna particular augmentou.

Produção brasileira

*Produção agricola, pecuaria, fabril, mineral e seu commercio.*

Café

O café continuou a avultar, e muito sensivelmente, na produção agricola brasileira.

Na exportação total, em 1928, no valor de reis 3.970.273:000\$ ou 97.426.000 libras esterlinas, o café

contribuiu com 2.840.414:596\$ ou £ 69.701.259 com um volume de 13.881.441 saccas de 60 kilos.

Na producção mundial do café, que attingiu, em 1928, a 36.337.000 saccas de 60 kilos, pertencem ao Brasil 28.334.000 e aos outros paizes 8.003.000, cabendo-nos, nella, por consequencia, 77,97 % do total.

Na riqueza nacional, na economia mundial, o café occupa, portanto, uma posição, que forçosamente chama a attenção sollicita de todos os brasileiros.

A defesa, pois, dessa mercadoria, sobre a qual repousa cerca de 70 % da nossa exportação, cerca de 70 % do ouro ou das cambiaes, com que o paiz paga as suas importações, reclama e impõe reflexão séria, estudo continuo, não só por parte dos agricultores directamente interessados e do commercio em geral, como tambem dos Estados productores, da União e de todo paiz.

Em julho de 1927, os Estados productores de café celebraram um convenio de defesa, nos termos do artigo 65, § 1º, da Constituição Federal.

Com fundamento no art. 48, n. 16, da Constituição Federal e *ex-vi* da lei n. 5.378, de 14 de dezembro de 1927, baseada esta no art. 34, § 5º, tambem da Constituição Federal, deu-lhe a União todo o seu apoio.

Nenhuma ligação tem ou teve esse Convenio com a antiga Valorização do Café, abandonada e extincta ha muitos annos. Entre os dois, só ha de commum os elevados e dignos intuitos, de que ambos procederam, do proposito que tiveram em vista, isto é, do desejo de auxiliar a lavoura caféeira, salvaguardando os interesses pecuniarios dos lavradores, os fiscaes dos Estados e os economicos do paiz.

A antiga Valorização do Café, com o concurso financeiro do Estado de São Paulo e com a responsabilidade administrativa deste, emfim com o proprio Estado de São Paulo, procurou attingir os seus fins, comprando café,

Antiga Valorização  
do Café

retirando-o do mercado, armazenando-o em Hamburgo, para assim diminuir a oferta, e, com essa diminuição, levantar os respectivos preços.

A Valorização do Café era compradora de café, estabelecia concorrência com os consumidores, armazenava mercadorias, entrava e permanecia no mercado, corria os riscos das operações commerciaes e de credito.

Foi essa situação que a guerra de 1914 liquidou definitivamente, consumindo os *stocks*, que estavam em Hamburgo, e por cuja diferença de valor, em ouro, pelo Tratado de Versalhes, ficou a Allemanha responsavel perante o Brasil, pela razão de não ter representação externa o Estado de São Paulo, a quem tal valor pertence.

Nessa parte, o Tratado de Versalhes não foi ainda executado, mas finda, terminada está a Valorização do Café.

Os baixistas, ás vezes, procuram confundir a defesa actual com a valorização já abandonada, para induzir a crer que se procura levantar preços por especulação.

Convenio para de-  
fesa do café

O Convenio de 1927, já vos informara a Mensagem Presidencial de 3 de maio de 1928, é simples e facil; consiste na regularização collectiva dos transportes de café para os mercados de exportação, em quantidade necessaria ao consumo, e no financiamento do excedente, que fica depositado nos armazens reguladores.

Essa regularização e consequente financiamento são necessarios, uteis e estão dentro das strictas normas administrativas, por mais escrupulosamente que sejam ellas julgadas.

Antigamente as safras de café chegavam e eram vendidas, nos mercados nacionaes, em tres ou em quatro mezes. A abundancia da oferta aviltava os preços da safra em curso, permittindo a aquisição de quantidades

superiores de muito ao consumo do anno, com as quaes se formavam os *stocks* no exterior.

Adquiridas as grandes colheitas a baixo preço, formados os *stocks* exteriores, os armazenadores, muito commercialmente, podendo abster-se de comprar durante um anno ou mais, e diante de um productor que não podia, por falta de organização de credito, deixar de vender nesse anno, os armazenadores, repitamos, dictavam o preço baixo para as pequenas safras seguintes.

Nas grandes safras, os preços eram baixos, porque havia abundancia da mercadoria; nas safras pequenas, continuavam baixos, porque os *stocks* formados inexoravelmente lhe prescreviam tal valor.

Accrescia ainda que as vendas de café, feitas para o exterior em ouro, em tres ou quatro mezes, traziam, nesse curto prazo, abundancia de letras e saques cambiaes-ouro, em regra de 70.000.000 de libras esterlinas, o que determinava a alta do nosso cambio e, como consequencia, o recebimento, por parte do productor, de menor quantidade em papel-moeda brasileiro. O cambio subia.

O café produzido em cambio baixo, na base de 40\$ por £ 1, a 6 pence por milreis, passava a ser vendido com o cambio alto, a 30\$ a libra, que dá 8 pence por milreis.

Era a ruina certa para o productor e sem vantagem para o consumidor, que sempre pagava pela mesma quantidade de mercadoria a mesma quantidade de ouro.

Terminada a venda de cambiaes, producto da safra, voltava o milreis ao valor anterior, e, ás vezes, a valor inferior.

Oriundos da offerta excessiva e das oscillações cambiaes, "esses prejuizos se renovavam todos os annos, e explicam amplamente as difficuldades, em que se debateram sempre todos os productores brasileiros, e as amarguras e desalentos que na alma lhes ficavam".

Terminados os sacrificios da fortuna pessoal, esgotados os recursos possiveis fornecidos pelos poderes publicos, a lavoura de café ficaria ameaçada de desaparecer, supprimindo dos mercados mundiaes o precioso producto.

Essa era a situação anterior, que urgia ser remediada, o que, entretanto, só foi conseguido por diversas causas, duas dellas, as principaes, inteiramente extranhas á vontade e até mesmo aos desejos dos brasileiros. Uma internacional, como foi a guerra européa de 1914, outra determinada por um phenomeno climaterico, como foram os rigores do frio em 1918.

Impedindo os transportes durante annos, a guerra européa, logo transformada em guerra mundial, fez consumir os *stocks* de café no exterior, e a grande geada de 1918, destruindo os caféeiros na sua quasi totalidade, supprimiu algumas safras no interior. Essa situação permittiu a organização da defesa actual, cujo mecanismo vamos rapidamente descrever.

Tomada por base a exportação da colheita anterior, accrescida de uma percentagem equivalente a seu augmento, sempre crescente, é calculado, e com grande margem, o consumo do mundo em relação á safra em curso.

Para o consumo mundial previsto entram os outros paizes com as suas colheitas, exportando o Brasil as quantidades necessarias para completal-o.

A parte brasileira restante é distribuida proporcionalmente pelos nossos Estados productores, os quaes, por sua vez, fazem a respectiva repartição pelas estradas de ferro, na conformidade dos transportes passados. As estradas de ferro realizam identica operação entre as estações que recebem os despachos do café. Sendo esses despachos nominaes, sabem os agentes das estações, e tambem ficam sabendo os productores, a quota que cada um póde exportar e, por consequencia, a que será retida.

As quotas retidas, com todas as indicações que as caracterizam, são depositadas em "armazens reguladores", a esse fim especialmente destinados, e, mediante certificados authenticos, podem ser warrantadas, recebendo os lavradores, por adiantamento, parte de seu valor.

A primeira parte, como todos vêem, é a regularização da entrega ou da venda da mercadoria, providencia que não pôde ser recusada a qualquer productor, e a segunda é um ensaio do credito agricola, indispensavel em toda a parte, constituindo ambas a defesa do café.

O financiamento é feito por bancos que, com todas as garantias do penhor em mão de terceiro, adiantam, em regra, 80 % do valor estimado, com que o fazendeiro faz as despesas do custeio e pôde esperar as safras pequenas, que permittam absorver os excessos assim retidos.

Alguns dos Estados productores promoveram a organização de bancos, com carteiras especiaes para esse financiamento.

Em São Paulo, todas as operações da defesa são realizadas pelo Instituto do Café, reconhecido pela lei n. 4.984, de 31 de dezembro de 1925, art. 58, e por ella autorizado a fazer operações de credito e a emittir obrigações, e de cuja directoria fazem parte o Secretario da Fazenda, como presidente, o Secretario da Agricultura, como vice-presidente, e mais tres membros escolhidos entre pessoas de notoria competencia em assumptos agricolas ou commerciaes e bancarios.

E' o Convenio, como se vê, uma cooperação, na qual entram os Estados productores, as empresas de transportes, os lavradores e o commercio de café. A elle deu a União o seu apoio indefectivel e indispensavel, com as leis citadas que crearam o Instituto do Café, com a aprovação das organizações bancarias para operar sobre warrantes de café, com a lei n. 5.378, de 14

de dezembro de 1927, que regulou o commercio brasileiro, exterior e interior, autorizando limitações exigidas pelo bem publico; com a sua acção, pelo Ministerio da Viação, para o exacto cumprimento, por parte das estradas de ferro, sob a fiscalização federal, do transporte do café; pelo Ministerio da Fazenda, quanto ás exportações pelas alfandegas, e, pelo Ministerio da Justiça, para a propositura e defesa de acções, perante o Poder Judiciario, contra alguns poucos recalcitrantes que, desconhecendo os beneficios das medidas ou delles querendo aproveitar-se indevidamente, contra ellas se insurgiram.

Mas principalmente o concurso da União se mostra, de maneira evidente, na estabilização do valor da moeda, com a lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, sem a qual nenhuma acção economica será proveitosa.

Nem poderia ser outra a attitude da União, tendo os olhos postos nos altos interesses do Brasil.

Numa exportação de 98.000.000 de libras esterlinas, o café representa 70.000.000, o que quer dizer que, sem cambio estavel, não ha café em prosperidade; do mesmo modo que, no momento actual, sem café não ha cambio.

O julgamento mais severo, por juiz escrupuloso, só poderá condemnar tal Convenio, cujos primeiros resultados só em 1928 se apresentaram, si, por principio, condemnar todas e quaesquer operações commerciaes, realizadas de accordo com o direito, com a moral e com os preceitos economicos.

Estão citadas as leis em que se fundam o Convenio e a acção dos seus collaboradores. Os preços convenionados para a venda do café são os justos e os remuneradores, conforme estudos conscienciosos sempre feitos. Não lesam elles os paizes concorrentes, que participam, sem despesa alguma, das suas vantagens, e absolutamente não prejudicam os mercados consumidores, que sempre pagam as compras em ouro.

Com os *stocks* no interior, na organização actual, poderia o Convenio dictar os preços arbitrarios dos lucros exaggerados. Não o fez. Os preços médios por sacca de café de 60 kilos, posta a bordo, em libras esterlinas, no ultimo quinquennio, foram os seguintes, conforme se vê no Anexo n. V, da Directoria de Estatistica Commercial:

	Libras
1924-1925.....	5.11
1925-1926.....	5.4
1926-1927.....	4.16
1927-1928.....	4.3
1928-1929.....	5.2

Si o preço médio, em 1928-1929, esteve acima das duas safras anteriores, em compensação esteve abaixo das duas primeiras.

Si recorreremos ao quinquennio anterior, de 1919 a 1924, veremos ainda que, si houve preços acima de £ 3, tambem os houve acima de £ 6 por sacca de café.

O preço actual é um preço médio. Não o levantou o Convenio acima do justo; não o levantará, porque sabe que, para tal, não teria apoio moral e juridico, e sabe mais que as leis economicas o impediriam. Do mesmo modo que os preços do custo superiores aos do consumo destroem a producção, os preços superiores aos justos fazem desaparecer o consumo.

Consumo e producção têm que se conhecer intimamente, pois que só por essa fórma podem viver harmonicamente.

Não se violam as leis que os regem, sem que ambos desapareçam.

Dispõe o Convenio dos meios financeiros para armazenar os excessos das colheitas de café, que, seja dito de passagem, melhoram com o decurso do tempo, e sabe que as grandes safras não se reproduzem successivamente, como já o sabiam os estadistas pharaonicos, nos

primeiros tempos da civilização, como o demonstrou, no Egypto, José, filho de Jacob.

O café exportado durante o anno de 1928 produziu, em libras esterlinas, 69.701.259 ou, em moeda-papel, a quantia de 2.840.414:596\$, mais 7.012.708 libras esterlinas ou, em papel, mais 364.789:659\$ do que no anno de 1927, não obstante ter sido menor a quantidade exportada, exactamente 1.233.616 saccas a menos.

Em relação, pois, a seu valor, rendeu mais que no anno de 1927, concorrendo, por consequencia, com mais 364.789:659\$ para a economia nacional, com mais 7.012.708 libras esterlinas em ouro entrado, para formação dos saques para o exterior, para as letras cambiaes, para o saldo, em summa, da nossa balança commercial, e ainda conservando, em reserva, 1.233.616 saccas de 60 kilos para serem vendidas nos annos de safras pequenas.

Ao café não póde ser imputada, com justiça, qualquer depressão economica que se pretenda encontrar no anno de 1928.

Alguns outros productos da riqueza brasileira soffreram baixas devidas a motivos de ordens varias, perfeitamente removiveis uns, modificaveis outros, e que, portanto, não nos devem impressionar.

O estudo minucioso dos quadros comparativos da exportação brasileira, em 1927 e 1928, levantados pela Directoria de Estatistica Commercial, muito elucida esse aspecto da nossa questão economica.

Embora fastidioso, merece um demorado olhar o assumpto relativo á exportação dos productos brasileiros, componentes da classe dos vegetaes. Sobre alguns delles, deveremos fazer minucioso exame, como fizemos sobre o café.

Assucar

Confrontando o movimento do assucar dos annos de 1927 e 1928, vê-se que neste o assucar diminuiu na

exportação, quanto ao peso e quanto a seu valor, quer em reis, quer em ouro. A sua importação decresceu também, tendo vindo do exterior pouco mais de duas e meia toneladas, no valor de 4.990\$ ou £ 121. O valor no consumo interno esteve mais alto, pois passou de \$563 a \$720 por kilo.

A situação não é má; mas, no momento actual, não deve ser muito alargada a sua produção.

No algodão, no fumo, na madeira e nas fructas de mesa ha que observar a circumstancia, que não nos deve escapar, de que não só a sua exportação baixou, como a sua importação se elevou, quer em peso, quer em valor-papel ou ouro. Constituem materias primas que o paiz, pela qualidade das terras e pela propriedade do clima, está em condições de produzir e deve produzir, si quizer prosperar.

Algodão

A taxa actual do cambio, média dum quinquennio, e sob a qual foi feita a produção, só poderia amparal-a, estimulal-a.

A razão deve ser procurada em outra parte.

No algodão, em 1928, a differença da exportação, £ 920.938, sobre a importação, £ 1.412.596, esteve na razão inversa do peso exportado, kilos 10.680.639, para o importado, kilos 2.801.135. Exportámos principalmente a rama de algodão e importámos fio para tecer.

E' indispensavel seleccionar o producto, trabalhal-o melhor, afim de que as industrias textis se libertem da importação da materia prima e se tornem realmente factores da riqueza nacional.

Sobre o fumo, que guardou identicas proporções com o algodão, poderíamos repetir os mesmos commentarios.

Fumo

Os preços quer do algodão, quer do fumo estiveram, entretanto, mais remuneradores em 1928 que em 1927.

Madeiras

Nas madeiras, em que o Brasil passa por ser um dos paizes mais ricos, não só a exportação diminuiu, como a importação augmentou.

A maior importação de madeiras consistiu em pasta, para fabricação de papel, a qual se elevou a 618.277 libras esterlinas. As industrias de algodão e do papel concorreram para o augmento da importação em £ 1.539.215.

Desde que dependam de tarifas proteccionistas das alfandegas, só podem as industrias contar com o consumo interno para poderem viver e prosperar.

E' evidente que o producto estrangeiro, vindo a nosso mercado por preço mais barato do que o que resulta do custo do nacional, delle só será excluido, si tal preço fôr elevado acima do nosso, o que se consegue augmentando-lhes os tributos da importação.

Mas o producto, assim protegido, só poderá sustentar a concorrência extranha unicamente dentro do paiz, que o protege.

Nos mercados exteriores, onde não se faz sentir o effeito das leis proteccionistas, não poderão elles competir com os similares de outras origens, e delles serão afastados irremediavelmente.

Na revisão das tarifas alfandegarias, actualmente sob estudo do Poder Legislativo, devem ser corajosamente encaradas todas as faces deste problema, para ser elle resolvido com prudencia, tendo em vista os interesses economicos do paiz, nos quaes devem pesar, tambem evidentemente, o capital e o braço, já nessas industrias empregados.

Borracha

A borracha, por causas conhecidas, continuou em baixa. Fundam-se, entretanto, grandes esperanças na sua melhoria, com o estabelecimento de usinas para ser aqui industrializada essa materia prima extractiva do paiz.

O cacau teve depressão nos seus preços em 1928 em relação aos de 1927, mas que se mantêm muito bem em confronto com os dos outros annos anteriores.

Cacau

A herva-matte e os fructos para oleo, si bem que tivessem tido menor tonelagem, obtiveram melhores preços em ouro e em reis na sua exportação, o que avolumou a columna do credito da balança commercial.

Herva-matte e oleos

Em segundo lugar, na nossa exportação, se apresentam os productos animaes, que se desdobram em carnes, couros, pelles, pennas.

Animaes

E' consideravel o seu augmento em 1928 sobre 1927, quer em tonelagem, quer em reis, quer em libras esterlinas.

Para 123.427 toneladas, no valor de 281.898.632\$, £ 6.857.380, em 1927, exportámos, em 1928, 171.702 toneladas, valendo 425.164.241\$ ou £ 10.432.443, ou mais, respectivamente, 48.275 toneladas, 143.265.609\$, £ 3.575.063.

Tiveram grande augmento tambem os productos mineraes que, de 259.265 toneladas, no valor de reis 40.398.090\$, ou £ 983.421, em 1927, passaram, em 1928, a 379.815 toneladas, valendo 58.721.698\$, ou £ 1.441.092, mais 120.550 toneladas, mais 18.333.608\$ ou mais £ 457.669.

Mineraes

Confrontando os annos de 1927 e 1928, verifica-se que nas tres classes de productos, em que se reparte a riqueza brasileira, houve augmento geral na exportação, que, de 2.017.219 toneladas, no valor de 3.644.117.555\$, ou £ 88.688.829, em 1927, subiu a 2.075.048 toneladas, valendo 3.970.273.454\$, ou 97.426.147 libras esterlinas.

Volume da exportação

Na totalidade da sua exportação, o anno de 1928 foi superior ao de 1927, augmentando a riqueza nacional

em 326.155.899\$, ou £ 8.737.318, com apenas mais... 57.829 toneladas.

A somma da exportação de 1928 foi maior, que a de 1927, em £ 8.737.318, circumstancia de relevo, porque tal somma, em 1927, tinha sido inferior á de 1926, que, por sua vez, ficara abaixo da de 1925. Excepto o volume exportado em 1925, que attingiu £ 102.875.000, o nosso commercio exterior, relativo á exportação em 1928 (97.426.147), foi superior a qualquer dos annos que o precederam, a contar de 1920 exclusive.

O valor das exportações brasileiras vinha em decrescimento continuo, e só agora reagiu, superando respectivamente as duas anteriores.

#### Importação

E' verdade que o volume da importação, em 1928, tambem cresceu, sendo bem maior que o de 1927 e do que todos os annos anteriores até 1920, inclusive, em que ella attingiu £ 125.005.000, exercicio commercial em que houve *deficit* na respectiva balança, e na importancia de £ 17.484.000.

#### Balança commercial

A situação do exercicio de 1928 ainda é melhor, pois que houve saldo na balança commercial, que attingiu £. 6.757.463.

Anhelavamos todos, tinhamos justas razões para esperar que essa differença, a nosso favor, no commercio exterior, fosse maior; mas o facto incontestavel é que, embora menor que o nosso desejo, houve saldo.

As importações e exportações, sabem-no todos, não dependem da acção directa dos governos. As produções do paiz, bem como o seu consumo, se fazem sob o conhecimento dos governos, não ha duvida, mas não podem elles influir para que as estações climatericas corram á feição, augmentando as colheitas, ou para que o commercio importador diminua as suas necessidades.

É verdadeira infantilidade responsabilizar os governos pela diminuição da exportação ou pelo crescimento da importação, em determinado período.

Devem os governos providenciar para remediar esses factos, mas os resultados só se farão sentir posteriormente, dependendo ainda da collaboração de productores, consumidores, de todo Brasil.

No momento só ha que constatar o facto, e extrahir-lhe as lições para os remedios posteriores.

Mas podemos affirmar, com toda segurança, nada haver de impressionante ou de alarmante nesse saldo menor do que o de 1927.

O período da safra de 1927-1928 apresentou-se sob bons auspícios, em situação de tranquillidade de espirito e de promissora prosperidade, de modo que se formou ambiente favoravel a maiores gastos, indispensaveis á reconstituição e á restauração do paiz, que havia atravessado duros momentos de revoltas e motins, em que tudo se perturbou e muito se arruinou.

De modo geral, todos os artigos de importação, em 1928, tiveram augmento sobre os de 1927; mas avultaram principalmente os de manufacturas de ferro e aço, de machinas, engenhos de assucar, utensilios e ferramentas, os referentes a automoveis, caminhões, gazolina, material todo elle destinado á producção e ao transporte, ao augmento futuro da nossa riqueza.

Porventura se póde considerar o pagamento desses Balança de contas artigos como deficitario na economia do paiz?

Os materiaes comprados pela Sul-Mineira, Sul-Rio Grandense, Paulista e Sorocabana, pelas tres primeiras para restauração e melhoria de suas rêdes e pela ultima para construcção do ramal de Mayrink a Santos, augmentaram eventualmente as parcellas da importação.

As grandes obras que a Light and Power realiza na Serra do Cubatão, em São Paulo, para augmento de

ções por ter havido saldos na balança commercial; em segundo, não ha que se arrecear dos *deficits* na balança de contas.

Na balança de contas, a saída do ouro tem por causas principaes as remessas correspondentes á amortização e juros dos empréstimos federaes, estaduaes e municipaes; as remessas dos dividendos das companhias e empresas estrangeiras, que aqui applicaram os seus capitaes; as remessas, em dinheiro, feitas pelos immigrants para os seus paizes de origem; os dispendios de brasileiros, em viagem no estrangeiro, e o valor das importações clandestinas.

Todas essas verbas de debitos têm sido sempre calculadas arbitrariamente, bem mais quando se quer encontrar *deficits*, bem menos quando se desejam os saldos. Não offerecem seguranças de estatistica. Com identicos intuitos e identica incerteza, têm sido examinadas tambem as verbas de credito na balança de contas, isto é, as entradas de ouro.

Não ha, de facto, elementos precisos para um balanço exacto. Entretanto, póde chegar-se a resultados bem approximados.

Um exame consciencioso mostra que algumas dessas verbas se contrabalançam, eliminando-se reciprocamente.

Assim, as despesas realizadas pelos brasileiros no estrangeiro são compensadas pelas que os estrangeiros fazem no Brasil. Nestas, estão as das classes diplomaticas e consulares daqui e de lá, as das visitas de navios e esquadras, as de excursões e de turismo etc. Do mesmo modo, admittindo-se a importação clandestina, seria ingenuidade suppôr que não houvesse exportação da mesma natureza. Essas especies se nullificam. Si não o forem completamente, deixarão entre si differenças insignificantes, que não terão influencia importante na liquidação do balanço.

As remessas de dinheiro por immigrants para os seus paizes de origem não são avultadas. Os immigrants, ordinariamente, se localizam no paiz com suas familias, não enviam, em regra, recursos para sua terra natal. Aqui applicam o producto de suas economias. E' facil acompanhar a sua vida, em São Paulo, por exemplo, onde o seu numero é maior, desde as difficuldades iniciaes em ajuntarem os primeiros milreis, até á progressiva transformação de colonos agricolas em pequenos commerciantes, em grandes commerciantes, em industriaes, em capitalistas. Essa transformação só se faz applicando elles aqui as suas economias. Nem todos chegam aos ultimos postos. Na mediania fica a maior parte; mas, só com o emprego aqui do fructo do seu trabalho, poderiam elles permanecer nas suas posições economicas.

Não está nessa remessa de recursos, que é pequena, a vantagem da emigração; está em evitar a superpopulação e estabelecer o intercambio commercial entre os paizes migratorios.

Pouco, muito pouco, terão recebido a Italia, a Hespanha, a Allemanha e a Polonia, em virtude da remessa de economias de colonos.

Em resumo, as duas parcellas que constituem debitos na balança de contas são as das remessas de ouro, para pagamento de juros e amortização dos emprestimos publicos e as destinadas aos dividendos das empresas estrangeiras, aqui estabelecidas.

À pagina 55 desta Mensagem, mencionamos exactamente as quantias destinadas á amortização de capital e juros de todos os emprestimos brasileiros em moeda estrangeira, quer federaes, quer estaduaes, quer municipaes. Convertidas todas a libras esterlinas, montam a £ 18.464.670,8,5 annuaes.

Com a mesma exactidão, não é possivel declarar a somma correspondente aos dividendos das empresas estrangeiras aqui estabelecidas.

Pelo Ministerio da Viação foram levantados quadros, que constituem o Anexo n. IV, nos quaes se reuniram os provaveis elementos para um conhecimento approximado.

Nesses quadros se encontram as despesas-ouro das subvenções de juros a empresas de estradas de ferro, de portos, de serviços e melhoramentos urbanos, de concessões federaes ou sob a fiscalização federal, e algumas sem essas dependencias, que forneceram esclarecimentos.

Sobem ellas a £ 2.253.225, a dollars 3.447.663 e a francos 4.375.012, todas, convertidas ao mesmo denominador, libra esterlina, perfazem £ 2.997.185.

São essas, sem duvida alguma, as mais importantes e as mais volumosas; mas ha a considerar fóra dahi as de concessões ou sob fiscalizações estaduaes e municipaes. Estas, no momento actual, consumirão menor quantia que as primeiras.

Qual?

Guardarão a mesma proporção verificada nos serviços dos empréstimos, isto é, em £ 18.466.670, £ 11.613.080 federaes, £ 6.853.590 estaduaes e municipaes, isto é, guardarão a relação de cerca de 33 %?

Mas, sejamos optimistas e, exaggerando, consideremos á razão de 50 %, ou melhor em pé de egualdade.

A' remessa proveniente de concessões federaes £ 2.997.185, ajuntando-se-lhe outrotanto equivalente ás estaduaes e municipaes, elevariam a £ 5.994.370 as saidas do ouro correspondentes aos dividendos.

Amortizações, juros dos empréstimos, dividendos das empresas estrangeiras sommam um total de £ 24.460.370, do qual, subtrahida a importancia do saldo da balança commercial, £ 6.757.463, restaria a quantia de £ 17.702.907, evidentemente bem menor que a desejada e proclamada pelos que atacam o milreis estabilizado.

Sae annualmente ouro proveniente de empréstimos estrangeiros, que para aqui entraram, e o de empresas que no paiz applicaram os seus capitaes.

Más esses empréstimos não se interromperam, essas applicações não se suspenderam. Continuam ambos a entrar em massa e sair em pequenas percentagens.

Não constituem elles favores, de que possamos nos envergonhar, mas negocios, puramente negocios, em que se interessam ambas as partes, em que lucram, quer credores, quer devedores. Dahi não têm vindo, dahi não virão desequilibrios.

Os empréstimos só serão inconvenientes quando ultrapassarem o nosso credito, que é mais bem aferido pelo capital do que pela critica, ou quando não tiverem o destino devido ou forem mal applicados, revestindo-se então do aspecto moral ou technico, e jamais do economico-financeiro, sob o qual têm sido elles encarados tendenciosamente. Um paiz novo, ainda em formação, com recursos conhecidos, mas ainda inexplorados, não pôde dispensar o concurso dos empréstimos externos. Delles se tem utilizado o Brasil e com elles tem creado tudo que existe no seu territorio, em apparelhamento de portos, em construcção de estradas de ferro, em melhoramentos urbanos, na implantação da industria agricola, pecuaria, nos ensaios das fabricas. Nada disso foi aqui encontrado, nada disso é nativo, nada disso surgiu espontaneamente.

Porventura os empréstimos contrahidos por alguns Estados, para continuação de empreendimentos anteriores, como o alargamento e defesa de suas culturas, augmento e melhoria de seus portos, desenvolvimento e restauração de suas estradas de ferro, serão inconvenientes?

Porventura aquelles, que algumas municipalidades contractaram e obtiveram, destinados aos serviços urbanos de saneamento, commodidade e segurança, como

calçamento, iluminação, canalização de aguas e esgotos, transportes, serão inconvenientes?

Mas esses empréstimos, dizem, hão de acabar, porque a capacidade de tomar emprestado ha de cessar. Como se continuará?

Não podendo negar o presente, procuram obscurecer e agoirar o futuro.

Nos paizes novos, repetimos, com recursos conhecidos e ainda inexplorados, com um povo trabalhador e energico, mantida a ordem publica, assegurada a estabilidade do valor da moeda, a capacidade de contrahir empréstimos só cessará quando começar a capacidade de fornecer empréstimos.

Perdurem as condições de ordem, sob diversos aspectos, trabalhe o homem, e fatalmente chegará a nossa vez de emprestar tambem.

Mas não é só sob a fórmula de empréstimos que o ouro entra para o paiz; elle para aqui tem vindo, e muito, por conta propria, a inverter-se nas industrias nacionaes, principalmente nas de electricidade, em concessões de serviços urbanos, constituídas quasi todas em sociedades anonymas, cuja transmissão se faz pela transferencia das acções, que não fica notada officialmente e nem mesmo figura no movimento das bolsas.

Desde que o valor da moeda se estabilizou, desde que a ordem publica se manteve, a corrente do capital estrangeiro se intensificou, e numerosas, frequentes, continuas, quasi diarias têm sido as compras de empresas de luz e de força e as aquisições de serviços urbanos, sem que esse capital, sem que esse ouro estrangeiro se apresente ao registro da Balança de Contas. As direcções dessas empresas, na sua maioria, continuam as mesmas, apenas com alguns technicos substituidos, e as suas sédes permanecem no Brasil, sob as leis do paiz.

Além disso, esse ouro entra em massa e sae em percentagens exactamente como o dos empréstimos; aqui

se reproduz magnificamente, collaborando na riqueza e no progresso do Brasil, nacionalizando-se. Attrahir, reter, nacionalizar esse ouro e essa gente, que nos procuram, é o problema vital do Brasil moderno.

Não ha que recear nem que carpir, porque importações dessa natureza, si dão apparencias de *deficits* momentaneos ás vistas curtas ou cansadas, constituem, ao contrario, verdadeiras capitalizações de forças vivas, que vêm collaborar connosco nesta terra, cooperando para a nossa riqueza, para a nossa independencia economica.

O balanço da situação brasileira não deve ser extrahido somente de numeros automaticos, em estatisticas incompletas ou conjecturaes, ao sabor de interesses de occasião; ha de surgir do estudo leal e consciencioso da nossa vida economica, cujo indice verdadeiro é a estabilidade do valor da nossa moeda.

E' nesse quadro que se encontra o marcador do equilibrio da Balança de Contas.

Além disso, é erro crasso suppôr que o valor da importação só é pago com as letras de exportação. Os bancos estrangeiros, que aqui operam, com capitaes, emittem cambiaes para o exterior a troco de dinheiro nacional, quando aqui encontram applicações seguras e mais remuneradoras que alhures.

Hoje só o atraso, em materia financeira, póde se assustar com a movimentação das balanças de contas ou commercial.

Da estabilidade do nosso milreis, da estabilização do cambio, em 1927, já vos contou a Mensagem anterior; a actual corrobora e confirma a posição segura da nossa moeda, em 1928, como se póde verificar pelos graphicos que se reproduzem em seguida, de accordo com os quadros cambiaes, fornecidos pela Camara Syndical de Corretores, e com os publicados pela Directoria de Estatistica Commercial.

Examinando-se o quadro cambial, do quinquennio de 1924 a 1928, publicado pela Directoria de Estatistica Commercial e pela Camara Syndical de Corretores, verifica-se que as linhas indicativas do cambio em 1924 a 1926, antes da estabilização, oscillam nervosas, subindo e descendo, a tremer, continuamente, entre os extremos de  $7 \frac{27}{32}$  a  $5 \frac{15}{64}$ , valendo a libra esterlina desde 30\$355 a 45\$850. Mesmo no anno de 1926, apontado como um dos melhores para exprimir a nossa riqueza em ouro, nos ultimos tempos, o milreis, si chegou a valer  $7 \frac{27}{32}$ , tambem chegou á taxa de  $5 \frac{23}{32}$ , a que jamais desceu no transcorrido biennio de estabilização. Nesse louvado periodo de um anno, os valores soffreram differenças de 11\$612, ou seja a de cerca de 30 %, e differenças prejudiciaes a productores e consumidores, só convenientes ás especulações cambiaes.

A linha de 1927, já sob a acção da estabilização, mas ainda em inicio, se desenvolve em pequenas rectas, compreendendo, em média, 20 dias, a ligar estremecimentos que se contiveram, entretanto, entre os limites de  $5 \frac{25}{32}$  a  $5 \frac{30}{32}$ , ou differença de cinco trinta e dois avos de dinheiro, equivalente apenas a 1\$092 por libra.

A linha correspondente á posição do cambio em 1928 se endireita mais, estendendo-se absolutamente em linha recta inflexivel, desde os principios de janeiro até aos principios de junho. Desta data até 31 de dezembro, as suas variações são tão insignificantes, que se limitam entre  $5 \frac{30}{32}$  a  $5 \frac{31}{32}$ .

No primeiro semestre, o valor da moeda conservou-se inalteravel; e, no segundo semestre, as differenças maximas são de  $1/32$  dinheiro, quer dizer cerca de meio por cento ou \$212 por libra esterlina, rigorosamente dentro do *gold-point*.

Confiram-se os dois quadros do Anexo VII.

A estabilização foi completa e natural.

Nenhum artificio foi feito para o seu resultado.

Nenhum empréstimo para tal fim tomou o Governo e nenhum sacrificio pecuniario fez.

Em 1927, o Governo Federal havia contrahido um empréstimo externo destinado ao pagamento da divida fluctuante, o qual, entretanto, como se sabe e se pôde ver, não serviu para operações cambiaes, porque foi elle trazido para o paiz em ouro, e nessa especie metallica foi depositado na Caixa de Estabilização, onde ainda se acha.

No primeiro trimestre deste anno, entretanto, periodo que escapa ao relato que ora fazemos, mas cuja exposição é conveniente e opportuna, nesse primeiro trimestre o milreis foi victima de uma offensiva reiterada, de que se saiu galhardamente, demonstrando o acerto e a solidez do aparelhamento com que o Brasil se vai revestindo.

Aproveitando-se de causas geraes, como a situação monetaria mundial em estado de agitação, e de causas peculiares nossas, como a ligeira diminuição de tonelagem na exportação das nossas safras, devido ás seccas e ás especulações commerciaes do segundo semestre do anno passado, como tambem das grandes e antecipadas procuras de cambiaes para o commercio importador de tecidos estrangeiros, no primeiro trimestre deste anno, com o fim de evitar a elevação dos impostos de importação, como ainda do desejo immoderado de retornar ás faceis e proveitosas explorações cambiaes de antanho, e ainda mais da vontade infatigavel dos baixistas em arrebentar a defesa do café, e de outras causas, pequeninas e mesquinhas, que não são dignas de referencia em uma mensagem, diversos interesses colligados, em comparsaria e em grande alarido, desenvolveram contra o milreis um ataque demorado que, em outros tempos, teria produzido séria crise de damnosas consequencias para o Brasil.

Agora, porém, foi elle facilmente dominado, concorrendo apenas para demonstrar, com evidencia, que o

paiz vai se libertando visivelmente da antiga debilidade financeira, de que tanto se abusava.

Realmente, sob esse aspecto, de dois annos para cá, a nossa situação melhorou consideravelmente.

Actualmente o paiz possui mais de 30.000.000 de libras esterlinas, em deposito e na Caixa de Estabilização.

Depois de vendida a ultima safra de café, restaram ainda, nos Armazens Reguladores acima de 10.000.000 de saccas, que, a £ 5 por sacca, representam 50.000.000 de esterlinos, ou 25.000.000 a preços de derrubada, isto é, a 2  $\frac{1}{2}$  libras por sacca, a demonstrar que as nossas reservas-ouro e transformaveis em ouro attingem a 80.000.000 de libras esterlinas, ou a 55.000.000 na peor das hypotheses.

Possue mais ainda a confiança do povo brasileiro na acção do seu governo.

O ataque inconsiderado contra o milreis, durante o primeiro trimestre de 1929, esqueceu-se de todas essas circumstancias valiosas e mais ainda de que as compras exaggeradas de cambias-ouro, além das necessidades economicas do paiz, realizadas exclusivamente contra o Banco do Brasil, não obstante os seus exames e cuidados, avolumaram extraordinariamente os depositos desse estabelecimento. Esqueceu-se tambem de que os depositos do Banco do Brasil estavam, na sua maior parte, constituídos em notas conversiveis em ouro na Caixa de Conversão.

Devendo o Banco do Brasil conservar os seus depositos para o possivel troco das notas conversiveis em ouro, para cobertura dos seus saques e para minorar os effeitos da especulação, teve elle que restringir os seus descontos e emprestimos.

A consequencia inevitavel, creada exclusivamente pela especulação inconsiderada, foi a deflação do numerario, a falta de dinheiro na praça, obrigando as cambias

a voltarem ao mercado a troco do dinheiro brasileiro, restabelecendo-se assim a normalidade das taxas cambiais e a calma nos negocios.

Esqueceu-se tambem de que a situação orçamentaria do governo era de grandes saldos depositados no Banco do Brasil, delles não precisando no momento, não havendo necessidade de emittir nem papel-moeda nem apolices, nem emprestimos.

O Banco do Brasil, ainda não organizado definitivamente, mas cuja cooperação competente, intelligente e proba se manifestou, refaz as suas coberturas, mantendo-se as taxas cambiais anteriores. A Caixa de Estabilização a 8 de abril, data de seu segundo anniversario e dia posterior á terminação da agitação bancaria, estava com os seus depositos superiores aos existentes em 31 de dezembro de 1928, conforme demonstram os quadros desse instituto, no Anexo VIII. Aliás, poderia ter saído o ouro, que é cousa prevista, sem que se invalidasse o systema. O café continúa a sair, em maior exportação, pelos preços mantidos anteriormente pelo Convenio de Defesa.

Estabilizado o valor da moeda durante o biennio decorrido, pôde a Nação resolver o problema de seu reajustamento economico. Antes, sob o dominio das oscillações cambiais, faltava-lhe a fixidez de um de seus termos essenciaes, a moeda, para se estabelecer a relação do custo da vida.

#### Reajustamento

Depois do desequilibrio economico do mundo em 1914, intentaram todas as nações reajustar-se á nova ordem de cousas, logo que se fizeram sentir as primeiras consequencias da paz.

Alguns governos tentaram fazer o reajustamento em baixa, isto é, tentaram baixar o valor da producção, collocando-o ao alcance dos preços das remunerações e dos salarios, cotados em moeda desvalorizada.

Appareceram, então, as leis creadoras de limites aos valores das utilidades e as instituidoras de abastecimento de viveres a baixos preços, as leis sobre o inquilinato e sobre entraves ás exportações, para o combate contra o que se chamou desde então a carestia da vida.

Tal processo fracassou em toda a parte, porque comprimir o valor da produção, impondo-lhe para venda preço inferior ao custo, condemna o productor á ruina e a seu consequente desaparecimento.

Entenderam outros governos de resolver a situação em alta revalorizando a sua moeda, isto é, levantando-a ao valor da paridade anterior, por meio de empréstimos e outras operações de credito ou com contribuição de meios heroicos.

Nenhum o conseguiu, excepto a Inglaterra, cuja libra esterlina tinha tido relativa depreciação e por pouco tempo, e excepto os Estados Unidos, cujo dollar, a bem dizer, havia soffrido ligeiras e rapidas oscillações, e excepto os poucos paizes neutros, cuja situação monetaria ficara inalterada.

Todos os mais baquearam, não obstante a competencia e o patriotismo de seus dirigentes, e a abnegação e o espirito de sacrificio de seus povos.

Aquelles que, apesar dessas experiencias, ainda dispunham de forças, procuraram fazer o reajustamento com a estabilização da moeda, e levantaram o valor das remunerações e dos salarios ao nivel do valor corrente das utilidades.

Como todas as outras nações, o Brasil fizera as duas primeiras tentativas, sentindo, porém, os mesmos efeitos e soffrendo as mesmas consequencias. Não deveria renovar-as. Para alguma cousa deveria servir a alheia e, principalmente, a propria experiencia.

Procurou o reajustamento com a estabilização, conservando o valor da produção, uma das bases de riqueza do paiz, sem alterar o valor do capital onde fora encon-

trado, outra base da riqueza nacional, augmentando porém, a remuneração do trabalho, factor indispensavel dessa mesma riqueza, de modo que ficassem os tres elementos em nivel em que se estabelecesse a relação do custo da vida, que, para ser duradouro, deveria ter por base a moeda estavel.

Eis o que principalmente se consubstanciou na lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926. Procurou ella resolver o problema economico do Brasil, sem, entretanto, isolal-o no mundo, sob o aspecto do trabalho, do capital e da producção, com a estabilização da moeda, como meio para chegar á circulação metallica.

Reajustamento de vencimentos

Desde muito tempo os poderes publicos tinham reconhecido a necessidade de augmentar os vencimentos do functionalismo federal, comprehendido este na sua mais larga accepção; e, de accôrdo com as forças financeiras da União, jamais se recusaram a esse dever.

Numerosas e continuas leis parciaes se occuparam solicitamente do assumpto, embora, ás vezes, tumultuariamente, já estabelecendo melhorias e vantagens, auxilios e gratificações para os cargos, já determinando equiparações de cargos e de repartições a outros com superiores remunerações, já concedendo geraes augmentos provisorios, enquanto se considerou transitoria a situação economica do paiz, acabando por tornal-os permanentes e incluil-os nos vencimentos, quando do contrario se convenceu, como demonstra a organização da Tabella Lyra, da sua applicação e da sua incorporação definitiva.

Entretanto, não havia conseguido solução satisfactoria, e jamais a conseguiria sem a estabilização do valor da moeda.

De facto, si a exiguidade dos vencimentos do functionalismo provinha em parte do alto preço das utilidades, nascia ella principalmente da depreciação,

cada vez maior, do valor da moeda, em que eram pagos taes vencimentos.

As oscillações continuas, as quédas frequentes do valor do milreis, expressas nas variações e baixas do cambio, nullificavam as deliberações tomadas e estorvavam resultados duradouros.

Augmentados hoje os vencimentos, na moeda corrente e legal, já amanhã eram insufficientes, porque essa moeda tinha já diminuido de valor.

Os augmentos votados eram logo absorvidos pela differença para menos na especie em que eram pagos.

Só a estabilização da moeda consentiria augmentos permanentes e correspondentes á remuneração do trabalho prestado, ás despesas a realizar, á relação, em summa, do custo da vida.

Por essa razão, depois de examinar os valores successivos da moeda e a sua influencia na economia brasileira, e encontrada a differença de 150 % entre os de 1914 e os de 1926, como qualquer outro anno poderia ser indicado, já vos informava a Mensagem passada: "Tomada a base de 150 %, fornecida por esses calculos, que se controlam, ou qualquer outra que justificadamente se apresente, e, diante das forças financeiras do paiz, merece estudo a questão do reajustamento"

O reajustamento foi reconhecido indispensavel, mas sujeito, como impunha o simples bom senso, ás forças financeiras da União, calculado sobre a base suggerida ou sobre outra qualquer que melhor correspondesse á situação e que mais justificadamente se apresentasse.

Tendo a administração federal entrado no regimen dos saldos orçamentarios e estando estabilizado ha dois annos o valor da moeda, pôde a Nação atacar com segurança o problema do reajustamento dos vencimentos. Com esse intuito, e sob esses auspicios, votou o Congresso a lei n. 5.622, de 28 de dezembro de

1928, que, regulamentada pelo dec. n. 18.588, de 30 de janeiro de 1929, já está plenamente em execução.

Todos os vencimentos estipulados em 1914 foram augmentados de 100 %; os vencimentos actuaes, que, accrescidos com os augmentos posteriores a 1914, ultrapassaram os 100 % determinados, foram, entretanto, conservados. Os cargos creados depois de 1914 tiveram, não obstante, os vencimentos augmentados por assemelhação aos existentes naquelle anno. Deveriam tambem ser assemelhados, quanto aos vencimentos, os cargos de funcções eguaes.

Nesses quatro principios se resumiu a lei, que evidentemente não organizou a administração publica, não reorganizou repartições, não remediou desigualdades, mas apenas procurou reajustar.

Na observancia estricta dessas regras, e com esse espirito, foi expedido e tem sido executado o respectivo regulamento.

Todos os vencimentos estipulados em 1914 foram augmentados de 100 % (art. 1º do dec. n. 18.588). Ainda que os cargos não tivessem existencia legal em 1914, mas encontradas que fossem remunerações e funcções nesse anno, fixadas sómente em leis orçamentarias, pelo principio de que antes da reforma constitucional taes leis podiam conter disposições permanentes e, portanto, crear cargos, fixar-lhes attribuições e estipular vencimentos, esses cargos tiveram os seus vencimentos duplicados em relação aos de 1914 (art. 1º do dec. n. 18.588).

Foram mantidos todos os vencimentos que, com os augmentos posteriores, desde esse anno até hoje, ultrapassaram o duplo dos estipulados naquelle tempo (parapho unico do art. 1º).

Muitos, porém, são os cargos creados depois de 1914 com vencimentos maiores ou eguaes aos valores daquella época, mas sem relação com os da actualidade. Afim de que os respectivos funcionarios participassem, justa

e equitativamente da melhoria geral, foram esses cargos assemelhados aos existentes na época da criação para dobrar os vencimentos estipulados em 1914, tomando-se o criterio da equivalencia das funções para que se encontrasse a equivalencia dos vencimentos, independentemente de arbitrio favoroso, mas subordinado a regras certas, de antemão conhecidas, e cuja applicação pôde ser examinada, reclamada pelos interessados e decidida com justiça (art. 2º, §§ 1º a 6º).

Determinava ainda a lei n. 5.622, no seu art. 1º, § 4º, que fossem assemelhados, quanto aos vencimentos, os cargos de eguaes attribuições nas diversas repartições federaes.

Examinando, com cuidado, todos os cargos das repartições federaes, o regulamento só encontrou com eguaes attribuições, para egualdade de vencimentos, os cinco cargos das portarias das Secretarias de Estado — porteiro, ajudante de porteiro, continuos, correios ou mensageiros, serventes — e a esses determinou vencimentos eguaes, subordinados á regra geral de que não poderiam exceder ao dobro dos de 1914, sendo mantidos os que já os ultrapassassem com os augmentos posteriores.

Em todos os outros cargos, mesmo para as portarias das outras repartições, foram encontradas sempre differenças de posição, de lugares, de especializações, que excluiam a egualdade de funções, característica da egualdade de vencimentos. Limitada a assemelhação de vencimentos a esses cinco cargos das portarias das Secretarias de Estado, simplificou-se essa especie de assemelhações, ficando as outras limitadas aos empregos creados depois de 1914 (art. 3º e seus paragraphos do dec. n. 18.588).

Os addidos ou em disponibilidade, em virtude de extincção de cargos, de repartições ou de reorganização de serviços, só tiveram os vencimentos augmen-

tados de 100 % quando prestassem serviços em cargos publicos de administração federal (art. 5º do decreto n. 18.588).

Evidentemente, não se deveria dobrar a remuneração a quem nenhum serviço presta; e, por outro lado, a lei só manda dobrar os vencimentos aos funcionarios publicos civis. Ora, funcionarios são os que exercem funcções, os que tralham, e vencimento é a remuneração do trabalho, da funcção. Os addidos, os que estão em disponibilidade já não têm funcções, já não pertencem á actividade, não podem ter vencimentos.

A sua posição é equivalente á dos aposentados; são elles pensionistas do Estado e a sua remuneração corresponde á pensão.

O regulamento não tocou nos seus direitos, respeitou-os, deixando-os onde estavam, reconhecendo-os assegurados e garantidos pelas leis que, em tal momento, crearam essas posições.

Adoptou o dec. n. 18.588 a prudente disposição de autorizar a correcção das tabellas, que fixaram os augmentos feitos, quando, por omissão, erro de revisão, de calculo ou de applicação, não estivessem ellas de accordo com as regras estabelecidas.

Numerosas foram as reclamações contra as tabellas; algumas tiveram procedencia.

A critica principal feita á execução da lei n. 5.622, de 1928, consistiu em se allegar que o augmento de 100 %, em 1929, não beneficiou, nesta hora, a todos funcionarios. Alguns tiveram pequena percentagem sobre os vencimentos que já percebiam e outros não obtiveram augmento algum, principalmente os pequenos funcionarios. Assim foi, de facto, mas em vista da lei ter incluido muito justamente, no augmento dos 100 %, os augmentos havidos posteriormente a 1914. Nada ou pouco houve que accrescentar agora a alguns, pela razão muito simples de que a muitos desses alguns pouco

faltava para os 100 %, e outros já tinham attingido ou já tinham ultrapassado o dobro ora concedido, o que quer dizer que, desde muito, já gozavam elles dos beneficios da duplicação.

Como quer que seja, os augmentos ora concedidos devem exceder a 70.000:000\$, que se distribuiram ao functionalismo civil.

O calculo de 100 %, sobre os vencimentos estipulados em 1914, veio estabelecer, na actualidade, para todo functionalismo civil, o dobro dos vencimentos que elles percebiam naquella época, e veio demonstrar mais que muitos já estão recebendo mais 150 %, attingindo alguns 160 %, 180 % e até 400 % mais.

O levantamento do quadro integral do functionalismo federal e a apresentação em algarismos de sua situação pecuniaria suggere reflexão attenta do Congresso Nacional. Em primeiro lugar, verifica-se que ha repartições duplicadas, funcionando nos diversos Ministerios e até nos mesmos Ministerios, exactamente para os mesmos fins, com identicos meios, apenas com dobradas despesas, e, ás vezes, mais; que ha classes, embora isoladas, perfeitamente inuteis e, portanto, dispensaveis, não obstante responderem á necessidade no momento da criação e que, só por condescendencia perdularia, têm sido conservadas; que, em muitas repartições, a quantidade de funcionarios é excessiva, embora faltem elles em outras, si bem que em bem menor numero; que ha vencimentos que, não obstante dobrados sobre a base de 1914, continuarão insufficientes; que ha outros que, duplicados, como foram, resultam excessivos em relação ao trabalho que remuneram; que é pequeno o tempo de trabalho diario para a actividade do funcionario; que, em summa, por essas razões, a administração publica federal necessita de ser reorganizada.

Não constitue ella actualmente uma carreira em que o brasileiro se inicie, se esforce, caminhe, per-

corra os diversos postos até os mais altos, de accordo com a idoneidade que possui e com a competencia que vai adquirindo, a perceber vencimentos proporcionaes ao trabalho, afim de se especializar e ser nella retido.

A exiguidade dos vencimentos, em muitos casos, afugenta as competencias.

O preenchimento dos cargos iniciaes em regra é feito pelos que não pretendem dedicar-se ao functionalismo ou por vencidos em outras especies de actividade. Taes cargos são muitas vezes considerados achegos transitorios, que auxiliam apenas a formação em outras carreiras, como o jornalismo, as profissões liberaes, o ensino, etc., por assim permittir o pequeno espaço de tempo em que são obrigados a servir e por ser insufficiente a remuneração que lhes tem sido attribuida.

Dessas informações não se deve concluir que não se encontrem na administração publica bons e honestos funcionarios. Ao contrario, existem e em não pequena quantidade, de que tambem posso dar testemunho por experiencia propria. No transcurso deste periodo presidencial tenho estado em contacto directo e em relações indirectas com a administração e folgo em reconhecer e proclamar em muitos, em muitos mesmo, a intelligencia viva, a competencia technica, a probidade incontestavel, o labor incessante que os leva a trabalhar no cumprimento do dever.

Mas o vicio é original, está na má organização existente, que, em regra, não attrahe, não retém, apesar de estarem asseguradas garantias de estabilidade nos cargos pelos accessos, por férias, por aposentadorias, pensões etc.

Urge fazer uma reforma radical no functionalismo federal.

São condições essenciaes: estabelecer um tempo de serviço diario, que absorva completamente a actividade

do funcionario, levando-o a sentir e a dedicar-se exclusivamente á carreira, evitando a dispersão prejudicial em outras; estipular vencimentos sufficientes que remunerem bastamente o trabalho e assegurem fartamente, nas diversas classes, a situação correspondente; determinar as condições de ingresso quanto á competencia, pelo concurso, como meio de selecção, sem lhes accrescentar direito especial, pela idoneidade moral verificada, e pelo limite da idade, para que nos cargos iniciaes, de menor paga, não sejam providos os velhos e carregados de familia, que não poderão sustentar-se com os vencimentos dos novos e que não poderão desenvolver-se, desenvolvendo a administração; clausulas seguras e inilludiveis de acesso ou de promoção, de licenças e férias, e, por fim, as aposentadorias para os que se invalidarem e as pensões para as familias que ficarem em abandono.

Emfim é preciso transformar o funcionalismo em uma verdadeira carreira, tal como é a Magistratura, como é o Exercito, como é a Marinha.

Não é difficil. Com a suppressão dos cargos dispensaveis, das repartições em duplicata, com o augmento das horas de trabalho e consequente diminuição do numero de funcionarios se encontrariam ensanchas largas para larga, justa e equitativa remuneração do funcionalismo necessario.

E' este o momento opportuno para realização de tal monta, em reforma indispensavel.

Ao reajustamento, que ora se faz, poder-se-ia ajuntar a reorganização que se pretende. Baseado em augmento que as condições financeiras consintam ainda conceder, deve-se fazer a revisão dos vencimentos para os pôr em relação ás attribuições, para a suppressão de cargos e de repartições, dos horarios para absorpção da actividade completa do servidor, das disposições sobre admissão, acesso, férias, licenças, aposentadorias e pen-

sões, para systematizal-as sob criterio justo e equitativo.

As economias resultantes da suppressão de cargos, de classes, de repartições serão sufficientes para a remuneração do augmento das horas de expediente.

Naturalmente, tal não se faria de chofre e bruscamente, que é obra de revolução, mas aos poucos, em periodos de transição, que é trabalho de evolução.

Qualquer que seja a modalidade por adoptar, é, entretanto, indispensavel a reforma completa, que envolve, como se vê, a organização do Executivo.

Para o desenvolvimento do Brasil, tão indispensavel é a ordem publica, a estabilidade da moeda, o equilibrio do orçamento, o aparelhamento economico, como a reorganização do functionalismo.

Um functionalismo assim concebido, e assim em actividade, será o collaborador permanente, capaz, efficiente da administração publica, que, sem elle, não pôde viver, porque elle é a propria administração em acção.

E' esse o problema maximo, que colloco sob o exame do Congresso Nacional, no qual não faltam competentes para resolvel-o efficazmente, principalmente depois de reunidos os elementos, hoje conhecidos.

Reajustamento da  
habitação

A lei n. 5.617, de 28 de dezembro de 1928, que revogou todas as leis sobre inquilinato, supprimindo todas as restricções postas á propriedade urbana na Capital Federal num momento de panico mundial, entrou em vigor tranquillamente, sem a menor perturbação, sem a menor reclamação.

Toda a agitação, que se fazia em torno desse problema, cessou como por encanto, logo que a lei foi sancionada, mostrando inequivocamente a sabedoria da medida. Hoje não resta sinão a espalhafatosa campanha de palavras, então empreendida, não se tendo verificado prejuizo algum, que nem mesmo chegou a ser allegado.

Era essa, não ha duvida alguma, a convicção geral. Jamais se esperaram prejuizos.

O que se pretendeu foi collocar o Districto Federal sob o regimen constitucional, supprimindo restricções, só comprehensíveis em periodo de emergencias, e garantir o seu desenvolvimento com edificações novas e com este o barateamento da habitação.

O silencio calmo que reinou e reina em torno da solução do problema mostra quão acertada foi a deliberação do Congresso Nacional.

Não são os applausos e muito menos os ataques que mostram o acerto ou desacerto dos actos dos poderes publicos; o julgamento sincero, o unico que ampara e estimula, está hoje no silencio natural, sem irritações e sem represalias, que acompanha a administração neste momento.

O augmento das taxas, em alguns dos serviços publicos retribuidos, foi posto em execução sem alterações materiaes, que sejam dignas de ser mencionadas, e assim cresceram calmamente as rendas industriaes da União. Nem todas ellas foram, na sessão passada, objecto de estudo completo. Nesse particular, não foi ainda attingido definitivamente o objectivo em vista, nem este póde ser obtido mathematicamente.

Taxas

Não se comprehende que serviços publicos remunerados por taxas causem prejuizos ao Thesouro.

Indices ainda da situação favoravel da nossa economia encontram-se nos algarismos seguintes.

Commercio de cabotagem

O nosso commercio de cabotagem, que subira, em 1927, a 2.802.894:190\$, attingiu, em 1928, 3.026.398:775\$ ou mais 223.504:585\$000. (Annexo n. VI.)

O movimento bancario continúa a sua marcha ascensional; muito se tem desenvolvido, manifestando-se

Movimento bancario

no volume de operações, que tem imposto a criação de muitas filiaes de estabelecimentos já existentes e na installação de novos.

Em 31 de dezembro de 1927, o balanço bancario accusou um movimento total no valor de 20.735.000:000\$, sendo 14.855.000:000\$ (71,6 %) nos nacionaes e 5.880.000:000\$ (28,4 %) nos estrangeiros. Na mesma data de 1928, esse movimento se elevou a 24.800.000:000\$, dos quaes 18.299.000:000\$ nos nacionaes, e 6.501.000:000\$ nos estrangeiros. O augmento total, em 1928, foi de 4.064.000:000\$000. (Annexo n. IX.)

Apesar disso, e talvez por causa disso, o paiz se resente da insufficiencia de seu aparelhamento bancario, principalmente sob o aspecto do credito industrial, agricola, pignoraticio, hypothecario.

Só attingirá o seu desenvolvimento completo com a installação dum Banco de Emissão e de Redesconto, órgão central, cujas funcções são imprescindiveis nos Estados modernos. Pela lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, está o Governo autorizado a reformar o Banco do Brasil, dando-lhe esse destino.

O Governo não se tem descuidado do magno assumpto. Tem já o Banco do Brasil dado seguros passos, de accôrdo expresso com o Governo, em reformas parciaes, para chegar ao fim que se tem em vista.

Entrou elle na reorganização da sua carteira commercial, que tem de ser feita com muita prudencia, para evitar abalos e perturbações no nosso commercio, afim de, reformado o Banco do Brasil, alcançarmos a conversibilidade em ouro da circulação monetaria, objectivo financeiro, base economica de toda a vida do paiz.

Ensino

O Ensino Secundario e Superior continúa a reger-se pelas disposições do dec. n. 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925.

Por decreto de 10 de setembro de 1928, passou a

depende do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, subordinada ao Departamento Nacional do Ensino, a Escola de Minas de Ouro Preto, anteriormente sujeita ao Ministerio da Agricultura.

Na Mensagem do anno findo, foi feita referencia á necessidade de estabelecer a autonomia didactica das Congregações, adoptando-se o regimen universitario na organização dos institutos de ensino superior, e, na conformidade deste ponto de vista, foi convertido em lei o projecto que estabelece as condições de criação das universidades nos Estados. Por essa lei, desenvolvida em competente regulamentação, foi conferida a essas universidades a faculdade de se organizarem didacticamente pela fórma que julgarem mais conveniente, ficando os respectivos Conselhos incumbidos de estabelecer o que disser respeito ás disciplinas dos cursos, seriação, programmas e processos de exames.

Têm esses institutos independencia economica, cabendo-lhes formar o seu patrimonio e manter a sua administração.

E' de esperar que a escrupulosa applicação da nova lei por parte dos Estados, onde se vierem a instituir universidades, satisfaça ás aspirações do professorado superior, promovendo o livre desenvolvimento desses institutos de ensino e favorecendo, de modo efficaz, o progresso da nossa cultura.

Entrou em vigor, no corrente anno, a nova seriação estabelecida para o curso secundario no Collegio Pedro II e nos institutos a elle equiparados, de accordo com o dec. n. 18.564, de 15 de janeiro de 1929, tendo sido adoptadas as providencias necessarias para a immediata adaptação do ensino nesses institutos ás normas desse decreto.

O Governo tem promovido ininterruptamente a melhoria das installações de todos os institutos de ensino, inclusive os de ensino artistico e profissional.

Em meados de fevereiro de 1928, a peste bubonica ameaçou seriamente a nossa cidade, salteando a população muridea, então densa, da orla de contorno da Capital, vizinha do Cães do Porto, onde foram contaminados 14 individuos, dos quaes seis vieram a fallecer. Combatida efficazmente, em menos de tres mezes foi o surto extinto. Desde então foi estabelecido um serviço permanente de prophylaxia especial, até agora efficiente na defesa da cidade, não só contra a reimportação da doença, como também para manter baixo o indice murino, em toda a linha maritima, compreendida entre a Avenida Bicalho e a Santa Casa de Misericordia. No serviço de aggressão prophylactica foram estabelecidas duas linhas de combate: a primeira, no mar, com a inspecção e expurgo dos navios provenientes de portos estrangeiros, onde a peste é endemica; a segunda, em terra, visando proteger os numerosos armazens de mercadorias e a desratização systematica, que alcança também as habitações particulares e os terrenos baldios do Cães do Porto.

Dos seis obitos de peste registrados, tres ocorreram em fevereiro e tres em março.

Nos mezes de maio e junho, augmentou a lethalidade pela grippe, sendo contados, respectivamente áquelles dois periodos, 176 e 162 obitos, contra 79 e 52 em eguaes mezes do anno anterior. No total annual dos obitos de grippe houve, porém, apenas um augmento de 68 unidades.

Das febres do grupo typhoidico, registraram-se, em 1928, 132 obitos, contra 111, em 1927; de dysenterias, 305, contra 258; e de diphtheria, 101, contra 84.

As cifras obituarias da lepra (57) e da meningite de Weichselbaum (17) mantiveram-se estacionarias, em relação ás do anno anterior (54 e 16 respectivamente).

Um facto auspicioso foi a ausencia da variola no Rio de Janeiro no anno passado. O obito unico attribuido á doença foi contestado.

A tuberculose, como se sabe, é a maior contribuinte do nosso obituario geral. Todavia, em 1928, a cifra de obitos por ella determinada baixou de 4.419 a 4.392.

Baixou tambem a cifra mortuaria do impaludismo, que, de 421, em 1927, passou a 372.

No anno passado, o Departamento Nacional de Saude Publica installou mais um centro de saude na zona rural, tendo continuado os serviços de prophylaxia antimalarica no Districto Federal. Os serviços emprendidos abrangem a grande hydrographia sanitaria, estando quasi terminada a dragagem do Canal do Itá, em Santa Cruz, e a drenagem horizontal, em trabalhos definitivos, levados a effeito naquella zona, em Vigario Geral e Parada Lucas.

Promissores resultados, sobretudo patentes pela ausencia do surto epidemico da malaria, não deixam duvidas sobre o proximo e completo saneamento local nos pontos trabalhados pelas medidas prophylacticas.

O Governo resolveu remodelar o Hospital São Sebastião, para doenças infecto-contagiosas, que se encontrava nas mais deploraveis condições de installação e conservação, não permittindo os cuidados de isolamento, indispensaveis ás doenças, que exigem sequestração de doentes do meio social.

Foram reconstruidos, obedecendo ás vantagens modernas das construcções hospitalares, os Pavilhões Zeferino Meirelles, Oswaldo Cruz, Vianna do Castello, Ferreira Vianna e Carlos Seild; o Pavilhão Central de Administração; pavilhões de cozinha e lavanderia, com installações completas e aperfeiçoadas; caminho de acesso a todas as dependencias; revisão e augmento das rêdes e depositos de abastecimento de agua.

Estão em construcção, com prazo fixo até fim de junho proximo, as seguintes novas dependencias: Pavilhão Miguel Couto, para isolamento rigoroso das doenças de notificação compulsoria; Pavilhões de Phy-

siotherapia e Radiodiagnostico; laboratorio; residencia do pessoal, cozinha e refeitório do pessoal; almoxarifado, necroterio, com camara frigorifica, e laboratorio annexo.

As installações respectivas estão sendo feitas na conformidade das prescrições scientificas. mais aconselhadas.

#### Febre amarella

Extincta completamente, nesta Capital, ha muitos annos, e nas vespers de ser declarada tambem expurgada dos Estados do Norte do Brasil pela Fundação Rockfeller, que tem dedicado esforços continuos e efficientes na prophylaxia em nossa terra, a febre amarella, em 1928, fez o seu reaparecimento no Rio de Janeiro.

Houve agora, em toda a parte, onde ella conservou o seu *habitat*, um recrudescimento da sua acção.

Em 12 de maio de 1928, foi constatado um caso suspeito de febre amarella em um soldado, no Quartel de Artilharia no Campinho. Removido o doente a 14 para o Hospital Central Militar, ahi falleceu a 16; embora nada fizesse acreditar na presença da febre amarella no Rio de Janeiro, foi feita a autopsia no cadaver, sendo confirmada a existencia do mal.

Provavelmente não teria sido esse o caso inicial. Casos frustros, formas attenuadas, manifestações insidiosas, facilmente confundiveis com molestias congeneres, teriam já apparecido nesta cidade.

Em 31 de maio, foi verificado o primeiro caso typico de febre amarella num morador da Rua Senador Pompeu e ahi se formou o primeiro fóco, que se propagou a alguns outros pontos mais ou menos centraes da cidade, fazendo algumas victimas.

Em agosto, o surto epidemico entrou em declinio, reaparecendo em novembro com dois casos e com sete em dezembro.

Ao todo, no anno de 1928, foram apurados 125 casos com 73 obitos, tendo sido feitas, durante esse periodo,

1.327 notificações de casos suspeitos, que não se confirmaram. O coeficiente da letalidade foi de 0,07 por 1.000 habitantes, calculada a população desta Capital em 1.700.000.

Não correram favoráveis as estações climáticas, pois foi em 1928 que a meteorologia registrou os dias mais quentes. Não houve inverno, e, a bem dizer, não houve primavera em 1928. A temperatura, durante esse período, manteve-se sempre acima de 18 graus, descendo, por poucas vezes e por poucas horas, abaixo desse número.

Com o intenso verão e com as grandes chuvas deste começo de anno — calor e humidade — condições propícias para a propagação do *stegomya*, augmentaram os casos.

Em 1929, até de 31 março, foram apurados 324 casos, com 185 obitos, dos quaes 91 confirmados pela autopsia e 94 sem verificação necroscópica.

Confirmado o primeiro caso em 31 de maio de 1928, desde a primeira hora poz o Governo todos os recursos pecuniarios e administrativos, que fossem julgados necesarios, ao dispor do Departamento da Saude Publica para combater o surto insolito, como si estivessemos a braços com uma epidemia interna e violenta, numa invasão vigorosa e exterminadora.

Nada poupasse em dinheiro e em trabalho — foi a unica exigencia imposta ao Departamento da Saude Publica.

Funcionario competente, consciencioso e honesto, o Director da Saude Publica não se poupou, nem seus auxiliares. Desde a primeira hora, recompoz, restaurou, refez o antigo aparelho de Oswaldo Cruz e o poz em acção efficiente, tendo sido contido o surto epidemico.

A prophylaxia da febre amarella é conhecida, já foi praticada entre nós com exito completo e tem sido sempre victoriosa em diversas partes.

O expurgo completo da casa em que aparece o caso amarillico e de todas as casas vizinhas num raio de 200 metros; o isolamento do doente nos hospitaes, a policia dos fócios de reproducção do mosquito, e todas as medidas hygienicas geraes têm sido realizadas com energia.

Em 1928, o serviço de expurgo foi feito em 15.510 predios, e, em 1929, até 31 de março, em 12.684.

Os doentes têm sido isolados no Hospital de São Sebastião, inteiramente remodelado, com pavilhões apropriados, e no Instituto de Manguinhos, cuja reputação ninguém desconhece.

A brigada, para policia e extincção dos fócios de mosquitos, composta de 4.750 homens, divididos em urbanos e suburbanos, subdivididos em secções, turmas, grupos, com directores, chefes, capatazes, tem estado em actividade intensa, e visitas rigorosas e semanaes, dois a dois homens, são feitas em todas as casas do Districto Federal.

O stegomya é um mosquito domestico, vive do homem e vive com o homem.

Mora nas casas e nas suas redondezas ; facil é ex-terminal-o. A acção systematica que vem realizando o Departamento da Saude Publica, auxiliado pela grande maioria da população, como demonstraram as ultimas manifestações dos principaes representantes da sociedade carioca, a disseminar e a vulgarizar os preceitos hygienicos indispensaveis, mostra que a victoria será ainda, e dentro em breve, o final da campanha empreendida.

Assistencia hospi-  
talar

A execução dos trabalhos commettidos á Assistencia Hospitalar do Brasil foi orientada pelo art. 77 do seu regimento interno, que manda inicial-os pela construcção de um hospital, que ficará depois á disposição da Faculdade de Medicina.

Dividiram-se, assim, suas obrigações em duas partes, das quaes uma destacada, urgente, a acudir a um tempo necessidade de leitos hospitalares e de instalações ao ensino clinico na Capital Federal.

A conveniencia de aparelhar um hospital de ensino num só edificio, posta em prova, com manifesto proveito, nos Estados Unidos, facilitou á Assistencia a escolha do typo de edificação preferivel.

Foi nomeado o Dr. J. Marinho director da Assistencia Hospitalar e, sob suas vistas competentes, foi organizado o plano do hospital.

Admittido este pelo Governo e pelo Conselho Hospitalar, foi encaminhado ao constructor-contractante, que já entregou o ante-projecto que elaborou e o Governo acaba de approvar.

Fixado o typo geral de construcção, determinada a lotação de 1.200 leitos, a desafiarem capacidade administrativa em lhes regular o custeio sobrecarregado de dietas, industria a tentar os medicos com mil aparelhos para seus exames e operações, doentes a exigirem numeroso pessoal, sobretudo de enfermeiras, mas lotação que não se póde diminuir sem descer de 60 o numero de leitos de cada serviço, minimo abaixo do qual não se resignam, e com razão, 19 professores das 19 clinicas do nosso ensino — ao engenheiro-architecto foi dada liberdade de desenvolver o plano, segundo lhe aconselhasse sua reconhecida competencia de tecnico experimentado.

A Inspectoria e a Assistencia do Conselho Hospitalar foram desde já incumbidas de orçar as despesas de manutenção do futuro hospital de clinicas.

Na espectativa do desenvolvimento que lhe compete, e ainda não foi dado pela urgencia de attender primeiro ao hospital, occupou-se a Inspectoria em colligir dados estatísticos de hospitaes e casas de saúde existentes no Brasil, no que tem sido grandemente auxiliada

pela Directoria Geral de Estatística, a cargo do Dr. Bulhões Carvalho.

De accordo com os dados obtidos até 1920, existem, em todo o paiz, 558 instituições hospitalares, dispondo de 47.639 leitos. No Districto Federal, 38 instituições, com 8.238 leitos, incluindo os hospitaes da Assistencia aos Alienados, do Exercito e de Marinha.

As instituições subvencionadas receberam 1.341 indigentes, que lhe foram remettidos directamente pela Assistencia Hospitalar, destacando-se a Santa Casa de Misericordia, que acolheu, incluindo o Hospital da Gambôa, 932 doentes, não tendo recusado, uma só vez, nenhum pedido dos que lhe foram feitos.

Cumpro o grato dever de consignar sentimentos de respeito e admiração a uma instituição, que ha 300 annos acóde aos indigentes do Brasil, e, ha mais de 100, ao ensino medico delle na Capital.

Hospitaes de São  
Francisco de Assis  
e de D. Pedro II

Resentem-se ambos de installados em edificios velhos adaptados.

Dado o zelo de seus dignos directores e notoria capacidade do corpo clinico, grande serviço têm prestado á população não só desta Capital como á dos Estados, que os procura.

Diante desta procura, cada dia mais facilitada pelos meios de transporte a se multiplicarem e aperfeiçoarem, difficilmente a Capital Federal algum dia será provida de hospitaes sufficientes.

O Hospital de São Francisco de Assis internou 4.166 doentes e realizou 3.186 operações. Na maternidade, com 12 leitos, houve 226 nascimentos.

Os ambulatorios foram frequentados por 50.832 consultentes, para os quaes a pharmacia aviou 47.552 receitas, sendo de 36.960 o numero das que attendeu para as enfermarias.

Grande economia resultou para o hospital elle mesmo preparar 118.138 empoas de medicamentos diversos, 1.500 vidros (de maio a dezembro) de magnesia fluida, 1.600 garrafas de agua mineral artificial, 2.100 litros de sabão liquido e 4.800 kilos de desinfectantes (typo "anosol").

Continuam nelle a funcionar quatro clinicas da Faculdade, que occupam 134 leitos.

A installação da cozinha nova, a vapor, já está funcionando ha varios mezes, com reconhecida vantagem sobre o antiquado processo, e sensivel economia. Gastava dantes, em média, 3:200\$ mensalmente e passou a gastar 1:320\$000.

Surpreendente foi a economia realizada com a installação de uma machina frigorifera. Despendia, antes, o Hospital, por anno, 40:000\$ de gelo. Reduziu o despendio a 3:600\$, fabrica maior quantidade que a adquirida nos annos anteriores, e a machina, com a respectiva installação, não chegou a custar 20:000\$000.

O Hospital D. Pedro II presta serviços dignos de todo o apreço a uma população longe da Capital.

Internou 1.615 doentes, attendeu a 6.361 consulentes de ambulatorio e aviou 25.597 fórmulas de receituário.

Acabam de se apromptar novas enfermarias e installações de cirurgia, com o que se augmenta a capacidade do hospital de 40 leitos.

Entrou e está em pleno vigor a lei n. 5.515, de Policia do Districto Federal 13 de agosto de 1928, e com ella as condições normaes para a manutenção da ordem dentro da liberdade.

Com essa lei, restaurou-se a unidade da direcção policial, antes repartida por diversos ramos e órgãos administrativos, uns pretendendo a independencia e outros a autonomia funcionaes; restabeleceram-se as fórmulas e meios civilizados para apuração dos delictos e contra-

venções, sem prejuizo dos direitos individuaes, resguardados sempre, quando offendidos, e sem remedio nos altos representantes do Poder Executivo, perante o Poder Judiciario, segundo a nossa organização constitucional.

Larga discussão, na imprensa e na tribuna legislativa, elucidou, por completo, a importante questão, cuja solução era indispensavel á tranquillidade do Rio de Janeiro, perturbada continuamente por agitadores contumazes e arruaceiros profissionaes.

A sua vigencia permittiu a acção segura para a prevenção e para o preparo da repressão dos delictos e contravenções, principalmente de peculato, prevaricação, toxicomania, jogos de azar, da vagabundagem, tendo sido instaurados e remetidos á Justiça, no anno de 1928, 12.485 processos, contra 9.360, em 1927, e cerca de 5.000, em 1926.

**Policia Militar**

A Policia Militar, disciplinada e, no seu conjunto, irreprehensivel, continúa a prestar bons e leaes serviços para a manutenção da ordem publica.

**Corpo de Bombeiros**

Com a descentralização dos serviços, problema que está sendo resolvido, com urgencia, pelo Corpo de Bombeiros, inaugurando as estações e postos dos suburbios, para melhor attender ao serviço e ás necessidades de defesa contra incendios, nota-se que o pessoal é, actualmente, insufficiente. Ha, portanto, necessidade de ser augmentado o numero de praças, elevando-se de mais 30 homens cada companhia, o que dará um accrescimo de 240 praças, sem elevação do numero de officiaes, nem de divisados, sendo o augmento da despesa annual apenas de cerca de 300:000\$ e o resultado pratico de grande eficiencia para a corporação.

**Ministerio Publico**

Foi nomeado procurador geral do Districto Federal, e exerce o cargo desde 27 de setembro de 1928, o

Dr. Jorge Americano. O cargo de procurador geral foi exercido successivamente, durante o anno, por cinco funcionarios, sendo tres effectivos e dois interinos.

As leis que têm modificado o Ministerio Publico Federal necessitam de revisão, afim de que desapareçam as infundadas duvidas que se têm levantado em torno da organização desse ramo do Executivo, seu representante directo junto ao Poder Judiciario.

Os serviços a seu cargo têm augmentado consideravelmente.

O edificio em que funciona a Bibliotheca Nacional precisa de diversas obras, que não mais devem ser adiadas, para sua perfeita installação, segurança e conservação.

Bibliotheca Nacional,  
Archivo Nacional  
e Museu Historico  
Nacional

Esse importante proprio nacional, ha muitos annos não recebe melhoramento algum.

Assumpto que não póde deixar de merecer especial attenção é o imminente perigo de incendio no velho edificio, onde se acha o Archivo Nacional, contiguo a predios particulares. De um momento para outro, póde ocorrer essa catastrophe, com a destruição completa de documentos, insubstituiveis, da nossa historia e do patrimonio nacional, além dos que se referem a direitos individuaes.

O Museu Historico Nacional continúa a prestar bons serviços, enriquecidas as suas colleccões, principalmente por meio de doações e offertas.

A 28 de outubro do anno proximo findo, effectuou-se a eleição para a constituição do Conselho Municipal, no triennio de 1929 a 1931.

Municipalidade do  
Districto Federal

Nessa eleição, regulada pelas instrucções de 13 de agosto do mesmo anno, já se observou o disposto no dec. leg. n. 5.271, de 4 de outubro de 1927, o qual estabeleceu o voto cumulativo nas eleições municipaes.

Não foi votada a lei de orçamento para 1929, de modo que a Prefeitura administra com a lei de 1928, prorogada.

A simples enunciação do facto mostra a sua grande inconveniencia em relação á população carioca.

Apesar disso, a Prefeitura do Districto Federal tem mantido e desenvolvido todos os serviços urbanos e districtaes e organizado alguns de alto valor para o Districto.

Entre estes, enumeram-se as feiras livres, a feira de amostras, de resultados incontestaveis, para a cidade e para o Districto.

Obras suspensas ha annos foram retomadas e estão em franco andamento, como as do Castello.

A remodelação dos ajardinamentos e os embellezamentos das praças publicas têm sido executados com gosto. O serviço de limpeza publica é irreprehensivel nos centros urbanos e já se estende aos suburbios afastados.

O calçamento das ruas, a pavimentação moderna das avenidas têm-se desenvolvido com cuidado e notavelmente.

Uma rêde rodoviaria utilmente se entrelaça e se ramifica por todo Districto, pondo em communicação os pontos ruraes com os centros commerciaes, actualmente bem conservada, toda ella restaurada por construcção de novas e reconstrucção de antigas, com mais de 300 kilometros.

Reclama intensamente a attenção dos administradores federaes, e immediatamente, a solução do problema da circulação no Rio de Janeiro e do esgotamento rapido das aguas pluviaes.

As altas montanhas, descalvando-se em monolithos enormes ou cobertas de mattas sempre em folhas, levantando-se na orla do mar immenso, separando valles, onde se forma a cidade em progresso continuo, dão ao

Rio de Janeiro encanto particular e inexcedível, mas indicam a todos, governantes e governados, os grandes sacrificios necessarios para conservar-lhes as bellezas ao lado da commodidade e da segurança de seus habitantes.

Os corregos e pequenos ribeirões, que serpenteiam pelas serras, com as chuvas tropicaes, bruscas e abundantes, transformam-se em verdadeiras cascatas, em rios consideraveis, que inundam as partes habitadas.

O grande desenvolvimento da cidade, na sua topographia original, atravanca as ruas, difficultando o transito, paralygando-o ás vezes.

Uma nova rêde de canalização pluvial adequada e uma rêde de circulação subterranea, embora obras de vultosissimas despesas e ambas destinadas a ficar escondidas debaixo da terra, devem desde já ser estudadas, para execução opportuna.

Reorganizado pelo dec. n. 14.383, de 1 de outubro de 1920, continúa o Territorio do Acre a se reger pelos respectivos dispositivos, e sómente a experiencia poderá aconselhar as modificações que se tornem necessarias para sua perfeita execução.

A situação administrativa do Territorio está normalizada, sob a direcção intelligente e proba do actual governador.

Foi estabelecida uma agencia do Banco do Brasil, para facilitação das relações administrativas. Foi installada uma estação radiotelegraphica para as indispensaveis communicações rapidas. Está em construcção um edificio para quartel.

A grande distancia, em transportes fluviaes e maritimos, não permittiu a remessa a tempo de informações mais completas.

E' com o mais sincero prazer que vos communico serem excellentes as relações de amizade mantidas pelo Brasil com as demais nações.

Territorio do Acre

Relações Exteriores

Os nossos esforços em prol da harmonia internacional têm sido bem compreendidos pelos povos amigos, que, todos, reconhecem a correção das nossas attitudes.

São, aliás, esses os sentimentos geraes tambem no Continente Sul-Americano.

Ainda recentemente, em dezembro ultimo, por lamentavel incidente, romperam as relações diplomaticas Bolivia e Paraguay, mas os Governos de Assumpção e de La Paz, correspondendo ao sentimento geral, resolveram submeter a uma commissão de investigação e conciliação, reunida em Washington, a questão surgida em consequencia do mencionado incidente. Os nossos votos continuam a ser pela solução definitiva, em plena paz, da velha questão de fronteiras. Não temos poupado, nem pouparemos esforços para que assim occorra, dentro do espirito da mais perfeita amizade, que nos prende, igualmente, aos dois paizes.

Aliás, os nossos sentimentos de cordialidade para com as nações do Continente Americano, como para com todos os povos, que nos honram com as suas relações, são sobejamente conhecidos. Ultimamente, elles tiveram oportunidade de se manifestar mais claramente, em relação a duas dessas nações, por occasião das visitas com que nos distinguiram os Presidentes José P. Guggiari, do Paraguay, e Herbert Hoover, dos Estados Unidos da America.

E' a primeira visita official que o Brasil recebe da digna Nação Paraguaya.

A visita do Sr. Herbert Hoover abrangeu toda a America do Sul e exprimiu um grande e cordial desejo de approximação com os povos sul-americanos.

As demonstrações de alto apreço com que, ambos, foram aqui recebidos testemunharam eloquentemente os nossos sentimentos, que não são apenas do Governo, mas de todo o povo brasileiro.

Por outro lado, as relações que mantemos com a Sociedade das Nações, apesar de nos acharmos desligados dessa grande instituição, não deixam de ser perfeitamente amistosas.

Além de collaborarmos lealmente na obra de cooperação internacional, visada pelo Instituto de Genebra, temos participado das conferencias annuaes da Organização Internacional do Trabalho e nos conservamos ligados á Côrte Permanente de Justiça Internacional, cujo estatuto basico teve a nossa assignatura.

Em fins de agosto ultimo, firmou-se, em Paris, um pacto contra a guerra de aggressão, negociado entre as grandes potencias, sob a direcção principal dos Estados Unidos da America, e ao qual adheriram, depois, numerosos Estados.

Pareceu-nos desnecessario dar-lhe adhesão contractual, porque já a nossa Constituição prohibe a guerra de aggressão e faz depender de arbitramento, por nossa parte, todas as questões internacionaes.

Nem por isto deixámos de considerar auspicioso o facto de se reunirem tantas nações, inclusive as mais poderosas, para, tão solennemente, formularem aquella condemnação da guerra.

Mezes depois, davamos ainda prova do nosso amor á paz, nos trabalhos da Conferencia de Arbitragem e Conciliação, realizada em Washington, de dezembro a janeiro ultimos, em cumprimento de resolução adoptada pela VI Conferencia Internacional Americana, reunida em Havana, e de que vos dei conhecimento na Mensagem do anno anterior.

Os nossos representantes nessa nova Conferencia, Embaixador Gurgel do Amaral e Ministro Araujo Jorge, contribuíram para o bom exito da mesma, o qual se evidenciou pelos seguintes resultados: concluíram-se uma

convenção interamericana de conciliação, um tratado de arbitragem obrigatoria e um protocollo de arbitragem progressiva, e, dois dias antes do encerramento da Conferencia, os Delegados da Bolivia e do Paraguay firmaram o compromisso, em virtude do qual se constituiu a Comissão de Investigação e Conciliação, incumbida de fazer um inquerito sobre o incidente de fronteira occorrido entre aquellas duas Republicas.

O Brasil foi signatario daquelles tres primeiros actos, não lhes fazendo a minima reserva.

Já se acham completamente definidas, em tratados ou convenções, todas as fronteiras terrestres do Brasil. Os ultimos actos relativos a esse assumpto foram celebrados no correr do anno findo e constaram de um protocollo com a Venezuela, um tratado de limites e navegação fluvial com a Colombia e um tratado de limites e communicações ferroviarias com a Bolivia, firmados respectivamente a 24 de julho, 15 de novembro e 25 de dezembro ultimos. Pelo primeiro, ficaram assentadas as bases para a demarcação dos limites do Brasil com a Venezuela e se definiu pequeno trecho da fronteira commum. No segundo, Colombia reconheceu, como linha divisoria com o Brasil, a nossa tradicional fronteira, constituida pela linha Apaporis-Tabatinga, já antes reconhecida pelo Perú. O terceiro resolveu, satisfactoriamente para ambas as partes contractantes, tres pequenos casos de limites, evitando os inconvenientes apontados em actos anteriores e resguardando os legitimos interesses das populações das zonas fronteiriças.

A Convenção Modificativa do Tratado da Divida do Uruguay ao Brasil já começou a ter execução pratica, no que respeita á construcção da ligação ferroviaria nella prevista. Com effeito, a 15 de fevereiro deste anno, o Governo Uruguayo, de accordo com o art. 5º da Convenção, poz á disposição do Governo Brasileiro 800.000

pesos, ouro, e, por outro lado, foi iniciada, por parte do Brasil, a construcção do ramal entre Passo do Barbosa a Jaguarão.

Está encarregado desta construcção o 5º Batalhão de Engenharia Militar, sob o commando do Coronel Horta Barbosa.

A construcção da ponte monumental sobre o Rio Jaguarão prosegue, de maneira muito satisfactoria. O estado de adiantamento dos trabalhos faz prever que a sua inauguração se poderá realizar dentro em poucos mezes.

A transmissão de governo, nas Republicas Argentina e do Paraguay e a coroação do Imperador do Japão, no anno de 1928, proporcionaram-nos ensejos de testemunhar a nossa sincera amizade a esses paizes.

Nas solennidades com que se celebraram esses factos, o Brasil esteve representado por missões diplomaticas especiaes, que nos tres paizes receberam acolhimento muito cordial.

Para a coroação do Imperador Hirohito, demos a categoria de embaixador, em missão especial, ao então embaixador do Brasil em Tokio, Sr. Nascimento Feitosa. Para a posse do novo presidente argentino, Sr. Hipolito Irigoyen, o nosso embaixador em Buenos-Aires, Sr. Rodrigues Alves, foi investido de igual categoria, tendo sido a missão completada com um ministro plenipotenciario, o Sr. Coelho Netto, e com varios secretarios e addidos. Para a posse do novo presidente paraguayo, Dr. J. P. Guggiari, foi designado como embaixador, em missão especial, o Sr. Nabuco de Gouvêa, ministro plenipotenciario em Assumpção, e foi enviado como ministro plenipotenciario o actual chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Conselheiro de Embaixada Pedro Leão Velloso Netto.

A organização dos serviços economicos e commerciaes do Ministerio das Relações Exteriores, iniciada ha

pouco mais de um anno e dirigida provisoriamente pelo nosso ministro plenipotenciario no Uruguay, Sr. Helio Lobo, vae produzindo os resultados que se esperavam, aproveitando os elementos informativos provindos do corpo diplomatico e consular, e de outras fontes.

Os resultados já obtidos podem ser assim resumidos: têm sido reunidas e distribuidas copiosas informações sobre o Brasil, em geral, e os Estados, em particular, ora ao publico, nacional e estrangeiro, por intermedio das agencias telegraphicas, ora ás missões diplomaticas e aos consulados brasileiros, ás camaras de commercio e outras instituições interessadas, por meio de boletins telegraphicos ou via postal; está sendo organizado um serviço de publicidade, no estrangeiro, sobre cousas capitaes da nossa vida economica e commercial; são procedidos estudos das nossas relações commerciaes com os paizes compradores, recebidas informações do estrangeiro, sobre cousas que possam interessar ao desenvolvimento economico e commercial do nosso paiz, e transmittidas promptamente aos ministerios federaes, aos governos dos Estados, ás associações commerciaes e industriaes, a jornaes e revistas etc.

O Convenio Telegraphico celebrado com o Paraguay, a 8 de outubro de 1927, teve começo de execução pratica em fevereiro do corrente anno, com a ligação das linhas telegraphicas brasileiras e paraguayas, na Cidade de Bella Vista.

Os resultados que decorrerão desse facto se hão de traduzir, de certo, numa approximação mais intima entre o Brasil e o Paraguay, ligados já por tantos laços de reciproca estima.

Obedeceu á mesma politica, tendente ao estabelecimento de communicações mais faceis com os paizes vizinhos, o convenio da mesma natureza, celebrado com o Perú em 31 de dezembro ultimo e firmado na Cidade de Lima.

Opportunamente, será submettido esse novo acto á vossa apreciação.

Merece aqui menção especial o grande acontecimento que foi, para o mundo inteiro, a solução da chamada "questão romana".

A auspiciosa noticia do restabelecimento de relações entre a Santa Sé e o Governo Italiano, em virtude do acto firmado no Vaticano a 11 de fevereiro ultimo, divulgou-se rapidamente, provocando, por toda parte, manifestações de sincero jubilo.

Associou-se a essas manifestações o Governo Brasileiro, por meio do telegramma que, em seu nome, dirigiu ao Papa Pio XI e que Sua Santidade agradeceu em termos muito cordiaes.

Por intermedio do Ministerio do Exterior e do Ministerio da Guerra tem o Governo, nestes ultimos annos, exercido uma inspecção util nas nossas fronteiras, executando trabalhos de relevancia.

Inspeção de fronteiras

Assim é que, de accordo com a Argentina, se procedeu ao restabelecimento de marcos e outros serviços complementares na linha divisoria brasileiro-argentina; se proseguiram os trabalhos de caracterização da fronteira Brasil-Uruguay.

Sob a chefia do General Candido Rondon, o serviço de inspecção de fronteiras, começado em 1927, realizou a sua segunda campanha e, de accordo com o plano adoptado, percorreu toda a parte restante da fronteira norte, apresentando, depois dum exame minucioso, em que foi excedido o quanto haviam alcançado seus predecessores na exploração das terras marginaes das nossas linhas divisorias, resultados que constituem a melhor confirmação do acerto com que foi organizado esse serviço.

As difficuldades vencidas, os sacrificios feitos pelos officiaes e praças empregados nesses trabalhos, para

ôbter o quanto se conseguiu, nesse proposito, têm a sua melhor consagração na grandeza do serviço prestado ao Brasil.

Em 1927 e 1928 foram percorridas as fronteiras das Guyanas (Franceza, Hollandeza e Ingleza), Columbia, Venezuela, num total de 6.435 kilometros, para o que se realizaram caminhamentos num percurso de 22.455.

As informações, muitas dellas originaes, são de natureza a dar plena justificação á proveitosa iniciativa de que resulta o conhecimento exacto de uma vasta extensão do territorio nacional, da qual, até hoje, se tinham vagas noticias quanto á sua população, seus recursos inexplorados, emfim, tudo quanto com ellas se relaciona.

Com a campanha de 1928, está terminada a inspecção do consideravel trecho que se estende do Oya-pock á barra do Rio Abunã, no Rio Madeira.

Os annos de 1929 e 1930 destinam-se ao estudo da fronteira boliviana, paraguaya, argentina e uruguaya.

E' essa, sem duvida alguma, uma das grandes vantagens dos serviços do Exercito em tempo de paz, que está sendo executado com patriotismo.

Dominados, como foi já annuciado na Mensagem anterior, os ultimos surtos rebeldes, que haviam afastado a quasi generalidade das unidades da sua missão normal de paz, como centros de aprendizagem do serviço das armas para a generalidade dos brasileiros e de aperfeiçoamento da instrucção dos quadros, cumpria, desde logo, fazel-as voltarem a essa util actividade e restabelecer as normas ordinarias reguladoras da existencia do Exercito.

Foi essa a tarefa principal da administração do Ministerio da Guerra no anno findo, levada a bom termo, não obstante os embaraços decorrentes de uma situação

anomala, que se prolongara por mais de cinco annos. Graças á bôa vontade das autoridades subordinadas, cujo empenho, nesse proposito, foi unanime da parte das que immediatamente dependem do Ministro, e mantida a orientação de conservar os officiaes na sua função precipua de commando, especialmente os officiaes superiores, como medida das de maior importancia para o exito obtido, medida cuja permanencia se impõe para a consolidação da ordem administrativa e disciplinar, graças a isso foi restabelecida a normalidade natural á existencia da força armada de terra.

Dentro das bôas regras da disciplina e subordinação, reintegrou-se o Exercito nos seus trabalhos ordinarios; e, assim vivendo, restaurou-se a confiança que á Nação deve elle inspirar, tão necessaria á tranquillidade, á sombra da qual se tem de desenvolver a actividade brasileira.

Além dos trabalhos indicados, avultam os que se acham entregues ao 1º Batalhão Ferroviario e 5º Batalhão de Engenharia, o primeiro encarregado da construcção de estradas de rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catharina e o ultimo empregado na construcção do Ramal Ferreo Jaguarão ao Passo do Barbosa, no Rio Grande do Sul.

A cargo do 1º Batalhão Ferroviario esteve, ha pouco, a construcção do trecho ferroviario de Santo Angelo a Passo da Pedra, tambem no Rio Grande do Sul, tarefa desempenhada com muito proveito.

A noção de que melhor mostras do seu patriotismo dá quem, dentro dos deveres profissionaes, e sómente nessa orbita limitada, procura desenvolver a sua actividade, é corrente e bem acceita no seio do Exercito, como a verdadeira orientação para quem no serviço da patria, no mistér das armas, lhe prometteu tudo, até o sacrificio da propria vida.

São, pois, lisonjeiros e promissores os resultados dos esforços tenazes empregados pelo Governo.

Na viagem que, em maio e junho do anno passado, fez o Ministro da Guerra ás regiões militares do Sul do paiz, verificou o espirito de ordem e disciplina reinante alli; a dedicação como é levado o trabalho em todas as unidades, sob a direcção dos seus commandantes; e as esperanças manifestadas por todos de que uma época de tranquillidade lhes permitta restringir-se aos affazeres inherentes ao preparo do Exercito, com o fim de tel-o, cada vez melhor, como instrumento de defesa da honra nacional, factor da ordem interna e defensor da integridade, dentro dos limites assignalados á sua actividade pela Constituição da Republica.

Bem certo é que ha falhas ainda por corrigir, mas quasi todas de ordem material, dependentes apenas de recursos financeiros.

A instrucção e a disciplina, assim como a administração, estão restabelecidas, no melhor ambiente moral, creado pela necessidade de bem cumprir cada um o seu dever, dentro da propria profissão.

Quer nas guarnições longinquas, quer nas das grandes cidades, o desejo de bem servir ao Brasil é o mesmo em todos os lugares por onde passou o Ministro da Guerra, que visitou todos os quartéis, repartições e estabelecimentos do seu Ministerio, existentes no Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Ensino militar

O plano de ensino militar, estudado pelo Congresso nas sessões de 1927 e 1928 e, afinal, traduzido na lei n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, representa um passo largo e seguro em beneficio do Exercito.

Producto da experiencia dos dez annos passados, após a terminação da grande guerra e da observação da pratica do plano de 1919, que, apesar de não realizado na integra, produziu resultados dos mais beneficos e se affirmou, na sua execução, ainda que incompleta, a mais importante das nossas conquistas nesse

terreno, o plano de 1928 tem a seu favor os melhores augúrios.

Antes de tudo, elle confirma que o Exercito é a grande escola profissional, onde todos os seus elementos pessoases, permanentes ou não, aprendem e instruem com perseverança ininterrupta. Dahi, a necessidade dos institutos correspondentes a todos os postos, desde as escolas de alphabetização dos soldados até os cursos de informações para os generaes. E, como a instrucção é sempre progressiva, impõe-se como o mais proveitoso criterio de seleccionamento na escolha dos chefes, pela acceleração do accesso aos que melhores provas tiverem dado no proposito de se instruirem para melhor poderem instruir.

A exigencia do curso de estado maior, como condição indispensavel ao generaláto, vem desde janeiro de 1919, e o decreto que a estabeleceu fixou o prazo de 10 annos para a sua execução, o que se verificou em 1929.

Os cursos de aperfeioamento para os outros postos funcionam ha varios annos, com matricula voluntaria ou quasi, sem que beneficio material ou moral algum houvessem obtido quantos a elles se sujeitaram, continuando equiparados, para os effeitos de accesso, principalmente, aos que nenhum interesse haviam demonstrado em adquirir os conhecimentos que alli se ministram, decorrentes dos ensinamentos proporcionados pelas ultimas guerras.

Seria, pelo menos, iniquo que, em condições tão differentes, no desejo de bem servir á sua profissão, continuassem nivelados officiaes que de maneiras tão contrarias cumprem o dever elementar de se preparar para a missão de instructores e educadores.

A necessidade de reformar se impunha e a execução da reforma se ha de fazer dentro dos moldes firmados na lei, de que com tanta sabedoria o Congresso houve

por bem dotar o paiz, concorrendo efficazmente para melhorar a sua defesa militar.

Os regulamentos antigos, conservados naquillo em que se mostraram uteis, têm soffrido as modificações impostas pelas novas disposições; e com os institutos, cuja existencia é, pela primeira vez, prevista em lei, sem novos onus para o Thesouro, preocupa-se o Governo com o proposito de fazel-os funcionar dentro do mais breve prazo possivel:

Todos os estabelecimentos de ensino tiveram os seus trabalhos regulares durante o anno lectivo de 1928; e, no corrente, em alguns, a abertura dos trabalhos foi adiada por pouco tempo, em consequencia das modificações introduzidas nos respectivos regulamentos, sob cuja influencia deviam funcionar.

Em todos elles, a matricula foi encerrada com a lotação completa, tendo havido na admissão o mais rigoroso espirito de selecção pelas notas apresentadas.

Providencia de relevante importancia da nova lei do ensino militar é a que systematiza a cooperação do Exercito e dos governos locais na grande campanha contra o analfabetismo.

Alguns Estados, é certo, voluntariamente já prestavam seu auxilio, fornecendo professores primarios para a direcção das escolas regimentaes, e livrando, assim, os officiaes do encargo honroso, e de que elles muito se desvaneciam, mas inadequado a seus affazeres, do ensino das primeiras letras.

Bem se comprehende a differença que vai do professor improvisado, como era o official de tropa, ao profissional especializado nesse mysterio; pelo que bem se comprehende o quanto terá de lucrar o Brasil inteiro quando, em todos os quartéis, se fizer sentir a influencia da nova medida.

A Missão Militar, composta de brilhantes officiaes

francezes, continúa a prestar bons serviços ao Exército, pela sua competencia e zelo.

No Serviço de Engenharia ha que assignalar, em 1928, entre as varias obras a seu cargo, as referidas abaixo: Obras militares

— Reconstrucção da ala esquerda do edificio do Quartel General do Exército, iniciada, cuja terminação presumivelmente se dará pelo meado de 1930, visto ter sido indispensavel distribuir a despesa, de cerca de 2.000.000\$, pelos tres exercicios de 1928, 1929 e 1930.

E' obra que se impunha, dado o estado de quasi ruinas em que se encontrava essa parte do grande edificio da Praça da Republica, e da qual resultará a possibilidade de ahi funcionarem, pelo menos, todas as Directorias, com vantagens consideraveis para o serviço, por facilitar a rapidez de communações do Ministro da Guerra com todos os seus subordinados immediatos. Por outro lado, remodelada como foi a Praça da Republica, do que resultou ficar em brilhante destaque o grande edificio do Quartel General, não se compreenderia continuasse a existir o deploravel contraste entre a parte ora em reconstrucção, e as outras duas faces.

— Foram continuadas as obras de renovação do Hospital Central do Exército, nesta Capital. Tambem repartindo-se por varios exercicios, de 1927 a 1930, as despesas necessarias á modernização daquelle importante estabelecimento, já foram reconstruidos dois grandes pavilhões e a cozinha.

— Foram terminadas as obras do grande edificio do Almojarifado da Escola de Aviação, ha muito interrompidas, não obstante a premencia da sua necessidade, agora augmentada pelo desenvolvimento da Escola.

Foi iniciada e está em bom andamento a construcção de um grande *hangar* e do edificio em que

se deve alojar a direcção da Escola, tanto a parte administrativa como a technica.

Está concluída e em funcionamento uma caixa d'agua, com a capacidade necessaria para o abastecimento de toda a Escola.

— Proseguiram as obras do Hospital de Juiz de Fóra, em estado de permittir o funcionamento no novo edificio.

— Em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), proseguem as obras de construcção de uma officina de carregamento de munição, annexa ao Arsenal de Guerra daquella cidade. Essas obras estarão terminadas dentro do corrente anno.

— Como trabalho de maior vulto, encontram-se a construcção da Fabrica de Trotyl e a ampliação da Fabrica de Polvora de Piquete.

Proprios nacionaes

Varios quartéis e estabelecimentos do Ministerio da Guerra acham-se construidos em terrenos, cuja propriedade é contestada.

Na actual administração têm sido liquidados ou se acham em via de liquidação os terrenos occupados pelo Campo de Aviação de Santa Maria (Rio Grande do Sul) e os do Deposito de Subsistencias da 1ª Região Militar, Palacio da Conceição, onde funciona o Serviço Geographico Militar, e parte do da Escola de Estado Maior.

Em litigio encontram-se, entre outros, o do Campo de Instrucção de Gericinó (parte), e os dos Fortes de Copacabana e Imbuhy. Já com soluções judiciais favoraveis á União os do Forte do Vigia e Quitaúna (São Paulo).

Aviação Militar

Dentre os factos de maior importancia para a vida do Exercito, em 1929, está o desenvolvimento da Aviação Militar, reencetado no anno anterior.

O recrutamento dos seus officiaes entrou no regimen commum ás outras armas, tendo-se diplomado os tenentes e capitães candidatos ao respectivo quadro.

Dora em diante, todos os officiaes aviadores iniciarão a carreira na nova arma, depois de frequentarem o Curso Fundamental da Escola Militar.

A formação dos pilotos e technicos na Escola do Campos dos Affonsos tem encontrado obstaculos, que vão sendo vencidos.

A disciplina foi mantida com o rigor necessario e, graças a isso, podemos registrar, sem exaggero, que a situação é promissora e o trabalho realizado digno de nota.

O numero de accidentes tem consideravelmente diminuido, e dezenas de milhares de vôos felizes têm sido realizados com exito.

No corrente anno, de accordo com o plano estabelecido, ficará funcionando a Escola com todos os seus elementos componentes, mercê do carinho com que o governo olha o caso e a dedicação dos responsaveis pelo seu funcionamento.

A situação dos sargentos commissionados no posto de 2º tenente, preenchendo e até excedendo os claros de officiaes subalternos, determinada pelas revoltas militares, encontrou a sua solução e está se normalizando.

Officiaes em com-  
missão

Essa solução foi dada pelo Congresso, sem maiores onus para o Thesouro, com a lei n. 5.561, de 1 de novembro de 1928, cujas principaes disposições permittem a esses sargentos:

1) matricula nas escolas militares, dispensada a exigencia de idade para inicio dos cursos indispensaveis á sua inclusão nos quadros de officiaes effectivos;

2) reforma, como officiaes, a pedido, depois de 20 annos de serviços;

3) reforma compulsoria na mesma idade em que são reformados os 2<sup>os</sup> tenentes effectivos, ou quando se inutilizem em acto de serviço.

São medidas sabias, moralizadoras e proprias a concorrer para a solução definitiva de uma situação nascida de circumstancias excepçionaes.

Sem abalos e em prazo relativamente curto ter-se-ão resultados aproveitaveis: — duma parte, a normalização do quadro de tenentes, occupado por officiaes com todos requisitos legaes e profissionaes saídos da Escola Militar; doutra, os cargos de administração destinados aos inactivos preenchidos por funcionarios com educação militar e tirocinio pratico considerados necessarios, e, ainda, com a precisa resistencia physica.

Educação physica

Por entendimento com as autoridades municipaes, está sendo adoptado, nos estabelecimentos civis de ensino primario, o methodo de educação physica seguido no Exercito. Uniformiza-se a educação physica, constituindo mais um elemento para a unidade do povo. O methodo adoptado no Exercito é o da Escola de Joinville, reconhecido como um dos melhores.

Actualmente frequenta a Escola de Sargentos de Infantaria um grupo de professores municipaes. E' a primeira turma de instructores civis, educados naquelle estabelecimento.

Ao mesmo tempo, intensificam-se nos estabelecimentos de ensino, onde se ministra a instrucção militar, os exercicios physicos compativeis com a idade dos alumnos. No Districto Federal, foram chamados a um estagio de aperfeiçoamento todos os sargentos instructores dos referidos estabelecimentos e sociedades de tiro.

Os governos estaduaes, consultados pelo Ministerio da Guerra, solicitamente declararam-se promptos a secundal-o nessa util iniciativa.

Os encargos attribuidos á Directoria de Intendencia foram desempenhados com a regularidade introduzida naquella repartição de dois annos a esta parte.

A tropa está paga em dia quanto a fardamento e aos outros artigos, cuja aquisição e distribuição pertencem ao Serviço de Intendencia. Com a dotação em curso, fazem-se, hoje, as aquisições correspondentes ao anno seguinte, de modo que nenhum atraso mais será possível em materia na qual as reclamações são sempre communs.

Além disso, o Estabelecimento Central de Fardamento prepara e augmenta, de anno para anno, os seus depositos de reserva, com que se attenderão ás primeiras necessidades extraordinarias de qualquer situação não provavel neste momento, mas sempre possível.

Os edificios em que funcionam a Directoria de Intendencia e repartições, que lhe são annexas, são insufficientes e estão exigindo, desde já, ampliação.

A necessidade de nos fornecermos de producto nacional, na confecção dos nossos uniformes, parece em via de ser attendida.

Em 1928, distribuiram-se a varias unidades, a titulo de experiencia, uniformes de brim kaki nacional confeccionado, offerecido por uma das grandes fabricas de tecidos desta Capital, na quantidade de 1.000 metros.

O juizo dos commandantes é favoravel ao emprego do tecido nacional com que foi preparado o fardamento distribuido ás suas tropas, confirmado, aliás, inteiramente, pelos resultados das experiencias feitas no Gabinete de Analyses da Directoria de Intendencia.

Não ha, pois, mais duvidas que o tecido nacional, em qualidade, póde substituir o estrangeiro. Resta, porém, a incerteza sobre a possibilidade da producção nacional para attender á quantidade necessaria, que oscilla annualmente entre 500.000 e 600.000 metros com a uniformidade do typo.

Em relação a essas duvidas, o seu principal fundamento está no facto de que uma fabrica, que havia contractado o fornecimento de 50.000 metros, não pôde satisfazer o seu compromisso, no anno findo.

Em todo caso, o problema está em caminho de solução para a producção nacional.

O anno de 1928 foi assignalado, ainda, no Serviço de Intendencia, pela adopção do borzeguim de campanha, que, com economia sensivel para os cofres publicos, melhor satisfaz ás necessidades do trabalho da tropa.

Nenhum recurso extraordinario foi concedido á Directoria de Intendencia, nem aos estabelecimentos seus subordinados, cujas despesas foram attendidas pelas verbas orçamentarias.

#### Reservas

Os trabalhos para a constituição das reservas indispensaveis ao Exercito correram de modo animador.

Do quanto se conseguiu no anno findo, sobreleva a lei de inactividade, com a qual obteremos a proporcionalidade indispensavel ao numero de officiaes da reserva de 1ª classe, nos differentes postos.

A anomalia desse quadro, em que os generaes representam o quintuplo dos coroneis, desaparecerá dentro de poucos annos.

As reformas em postos superiores, de officiaes validos, situação excepcional na nossa administração, perturbava profundamente a organização dos quadros de officiaes da reserva. Não sómente concedia postos elevados a quem na actividade não os pudera conquistar, como tornava hierarchicamente subordinado, por posto menor, a quem continuava na fileira, com capacidade e conhecimento dos seus commandos..

Os officiaes da reserva terão, pelas novas regras, commandos da mesma categoria dos que lhes competiam na actividade, e com os quaes se habituaram; e jamais

se encontrarão, nos dias difficeis da guerra, á frente de commandos para os quaes não se prepararam com o indispensavel tirocinio.

A par disso, nenhuma das garantias ou vantagens materiaes foi diminuida. Ao contrario, tendo respeitado todas essas garantias e vantagens, estabeleceu a nova lei sobre a inactividade a melhoria do montepio, majorando as tabellas, de modo que tranquillizou o official sobre a situação da familia no dia em que tiver elle desaparecido.

Assim, pois, sobre ser vantagem indiscutivel para a defesa do paiz, por lhe proporcionar uma organização dos quadros de officiaes de reserva compativel com as necessidades do Exercito e condizente aos preceitos sobre que se devem elles estabelecer, a lei de inactividade trouxe aos officiaes a garantia da manutenção material da familia depois da sua morte, completando, em 1928, as medidas com que a lei de vencimentos, em 1927, lhes proporcionara a tranquillidade e o conforto necessarios para que se pudessem dedicar, por completo, aos trabalhos da profissão.

— Os centros de preparação dos officiaes de reserva desta Capital e Porto Alegre, aquelle em funcionamento desde 1927 e este desde 1928, apresentam os primeiros resultados, accordes com as previsões dos seus iniciadores. Fontes das melhores e das mais vultosas para o recrutamento de officiaes reservistas, confiada a sua direcção a officiaes capazes, e merecendo especiaes cuidados dos commandantes de Regiões e demais autoridades militares, é de prever que melhore, de anno para anno.

— Apressam-se as providencias para a installação dos centros da 2ª e 5ª Regiões (São Paulo e Paraná), de modo que possam elles funcionar ainda em 1929.

Em via de organização está tambem o da 4ª Região (Minas Geraes, Juiz de Fóra).

Difficuldades de varias ordens vão sendo resolvidas para a obtenção desse *desideratum*. Mas tudo isso ha de ser vencido, de modo que, em 1930, estejam em funcionamento os centros de duas das cinco regiões do Sul, pelo menos.

— Por sua vez, as sociedades de tiro e outros nucleos de instrução militar, fóra dos quartéis, desenvolvem-se com segurança e de anno para anno augmentam o numero de reservistas alli habilitados.

E' instituição, a do Tiro de Guerra, digna da atenção, pelo auxilio que presta á constituição das reservas com o proporcionar a instrução militar aos que, por conveniencia propria, não desejam ficar sujeitos ao afastamento, ainda que temporario, dos seus trabalhos usuaes, pelo sorteio. Sem duvida, preferivel seria passarem pelos quartéis todos os brasileiros em idade de se prepararem para a defesa militar do paiz.

Conhecida a impossibilidade financeira da Nação de ministrar, na fileira, á totalidade das classes chamadas a sorteio, o Tiro de Guerra vem ajudar a preparar toda a mocidade brasileira para o cumprimento do maximo dever do cidadão, que é o de aprender a defender a patria.

#### Instrução da tropa

Sem exaggero, póde assegurar-se, com firmeza, que a instrução da tropa melhora sempre, certamente encontrando difficuldades, oriundas principalmente da situação anormal de 1922-1927.

Na realidade, suas condições, de dia para dia, modificam-se no sentido de seu aperfeiçoamento. Na 1ª Região Militar, realizam-se manobras, com resultados louvaveis.

Na 3ª Região Militar restabeleceu-se, tambem com exito muito apreciavel, a pratica das manobras de fim de anno com tropa.

Graças á tenacidade e dedicação dos seus commandantes, voltaram a seus trabalhos normaes, interrompidos desde 1922.

E, si não se pôde considerar perfeito o quanto foi obtido, é justo registrar que o esforço, tanto dos officiaes como das praças, é indice seguro de que a dedicação ininterrupta á instrucção se enraiza no espirito do Exercicio, como sendo o motivo unico da sua existencia em tempo de paz.

Nas outras regiões realizaram-se manobras de guarnição, dada a impossibilidade de ser levado a effeito o quanto se conseguiu na 1ª e na 3ª.

No Rio Grande do Sul, pôde a autoridade militar, dispondo de toda a bôa vontade das civis, organizar, com excellente resultado, um serviço systematico de captura de insubmissos, dos quaes foram recolhidos aos quartéis cerca de 4.000.

Insubmissos

Nos outros Estados, o exito não tem sido tão auspicioso, mas tudo leva a crer que nesse trabalho, tão logo se obtenha um perfeito entendimento, ainda não praticado, mas já accordado, entre as autoridades militares e as locaes, se chegará ao mesmo resultado.

A consideravel massa de insubmissos constantes dos documentos officiaes, como é de sobejo sabido, não corresponde á realidade, pois naquelle numero figura a quasi totalidade dos varões fallecidos, até aos 21 annos, não residentes, por occasião da morte, no lugar do nascimento, em cujos registros deixa de figurar o fallecimento, por falta de entendimento entre os funcionarios do registro civil. Figura tambem como insubmissos grande numero de individuos incapazes physicamente, não examinados sob esse aspecto pela impossibilidade de serem presentes ás juntas medicas. Mas sobreleva a todos esses contingentes a consideravel quantidade de não notificados, por serem desconhecidas as suas residencias, alteradas durante os 21 annos de existencia.

Não é de esperar taes factos, causa, entre outras, da precariedade do alistamento militar, se modifiquem todos de chofre, sem a adopção de medidas fóra do Regulamento do Serviço Militar. Mas certo é que em algumas circumscripções, especificadamente na 1ª (Districto Federal), vão se obtendo resultados, cada vez mais satisfactorios, graças á tenacidade e bôa compreensão que das suas importantes obrigações tem o chefe circumscripcional.

Tem concorrido para a insubmissão a prorrogação do serviço além das datas esperadas.

Circumstancias muito especiaes levam a autoridade a usar do recurso extraordinario de reter os homens sob bandeira, além do prazo ordinario.

Como providencia das mais proveitosas, capaz de diminuir esse grave inconveniente, motivo de prejuizos sérios aos interesses pessoaes dos convocados, foi adoptado o prazo de 18 mezes de serviço; dentro desse periodo, nos tres ultimos annos, têm sido licenciadas pontualmente as classes em serviço.

O indulto de 1927

O proposito de regularizar a situação de grande numero de jovens considerados insubmissos, por terem faltado á apresentação, quando convocados para prestar o serviço militar, inspirou ao governo a expedição do decreto de 17 de novembro de 1927, concedendo indulto a todos quantos, em taes condições, comparecessem para cumprir aquella obrigação, dentro de determinados prazos, ligados directamente ás datas de incorporação nas diversas zonas militares.

Divergencias appareceram sobre essa resolução do governo, que teve, entretanto, apoio inteiro do Supremo Tribunal de Justiça, quando a respeito teve que se pronunciar em ultima instancia.

Marinha

A Missão Naval, sob a chefia do Sr. Vice-Almirante Noble Edward Irwin, continúa a prestar o seu valioso

auxilio á administração naval, cooperando, com real vantagem, para o aperfeiçoamento dos serviços.

O Estado Maior tem desenvolvido a sua acção, methodica e continuamente; as suas actividades tendem, cada vez mais, para tornal-o o órgão capaz de desempenhar as altas funcções technicas que lhe devem caber, segundo o que se pratica nos meios navaes mais experimentados.

Estiveram em portos brasileiros, em visita alguns e outros de passagem, os seguintes navios de guerra estrangeiros: inglezes — cruzadores “Capetown”, “Colombo”, “Cornwall” e “Despatch”; contra-torpedeiros “Amazon” e “Ambuscade” e corveta “Wistaria”; argentinos — cruzador “Buenos-Aires”, navio escola “Presidente Sarmiento”, contra-torpedeiros “Cervantes” e “Garay”, transporte “Patagonia”, navios hydrographicos “San Luis” e “San Juan” e rebocadores “Toba” e “Mataco”; chilenos — navio escola “General Baquedano” e contra-torpedeiros “Sarrano” e “Orellal”; e o encouraçado norte-americano “Utah”, conduzindo Sua Ex. o Sr. Herbert Hoover, presidente eleito dos Estados Unidos.

Durante o anno de 1928, as forças navaes foram utilizadas em exercicios de adestramento, em viagens de instrucção e em commissões especiaes e de representação.

Os exercicios foram realizados na bahia da Ilha Grande e suas proximidades, excepto quanto aos submarinos, que se exercitaram na Bahia e Barra do Rio de Janeiro. Para treinamento e realização das provas de tiro, a esquadra saiu do Rio no dia 17 de julho, regressando a 31; a 11 de agosto, regressando a 31; a 13 de setembro, regressando a 30; a 15 de outubro,

regressando a 31; e, finalmente, a 19 de novembro, regressando a 2 de dezembro.

Em 11 de dezembro, saiu novamente a esquadra, para um cruzeiro, que se estendeu até Santa Catharina, havendo, assim, concluído o programma de exercicios organizado pelo Estado Maior da Armada, para o anno de 1928.

O encouraçado "Floriano" foi temporariamente desligado da esquadra e posto á disposição da Directoria de Navegação, para uma commissão de hydrographia no Porto de Victoria, tendo saído do Rio de Janeiro no dia 17 de abril e regressado no dia 22 de maio.

O cruzador "Rio Grande do Sul" saiu para Buenos Aires, em 5 de outubro, afim de assistir á posse do novo Presidente da Republica Argentina; no dia 20, já de regresso, se reuniu á esquadra na Ilha Grande. A 1 de dezembro, veio ao Rio receber o Exmo. Sr. Presidente, que, no mesmo dia, assistiu ás provas de tiro, a longa distancia, do encouraçado "Minas Geraes".

Os contra-torpedeiros "Pará" e "Paraná" estiveram á disposição da Escola Naval, em dias determinados, para exercicios com os aspirantes.

A aquisição de novos contra-torpedeiros e o reparo geral dos encouraçados são, para o fim da instrução e do treinamento da officialidade e das guarnições, uma necessidade equivalente á aquisição de um navio-escola, para o preparo e formação dos futuros officiaes, isto é, dos aspirantes e dos guarda-marinha.

Esse navio-escola, dotado de um equipamento completo e moderno, será, sem duvida, um elemento valioso para instruir e preparar as futuras gerações de officiaes; a sua falta, desde que foi retirado do serviço o "Benjamin Constant", se tem feito notar de modo muito frequente e sensível; a sua aquisição representará, pois, a satisfação de uma real e urgente necessidade.

Os trabalhos para a construção e instalação do novo arsenal da Ilha das Cobras continuam em franco progresso.

O grande dique secco "Arthur Bernardes" acha-se, praticamente, terminado. Os trechos de cáes, á medida que vão sendo concluidos, têm sido utilizados pelos navios da esquadra, que nelles atracam, com real economia de combustivel. No primeiro semestre deste anno, deverão estar preparados outros trechos de cáes, para a atracação dos encouraçados, que passarão a receber energia electrica de terra, como succede com os outros navios que têm atracado.

Os principaes serviços feitos no cáes e mólhes, durante o anno de 1928, foram, em resumo, os seguintes: fundações, 2 pilares; caixões collocados, 17; caixões construidos, 23; muralha construida, 510 metros; caixões em construção, 22; cavalletes collocados, 14.

Uma das alas do novo edificio do Deposito Naval deverá estar prompta em junho deste anno e a construção total do edificio deverá terminar até dezembro proximo.

O edificio da Patromoria está quasi terminado e o da futura officina de madeira em bom andamento.

Foi iniciada a construção do tunnel, a qual deverá terminar até o fim deste anno.

Foram construidos, com aparelhamento pneumatico, os dois pilares da nova ponte, devendo a superstructura metallica estar montada até meados de 1930.

Ainda durante o correr do anno de 1928, foram aterrados 229.400<sup>m<sup>2</sup></sup>, sendo a área conquistada ao mar de 20.000<sup>m<sup>2</sup></sup>; foram dragados 200.300<sup>m<sup>3</sup></sup> e foram executados 2.573<sup>m<sup>3</sup></sup> de enrocamento e 40.573<sup>m<sup>3</sup></sup> de concreto.

Durante o anno findo, a despesa média mensal foi de 1.750 contos e o numero médio de operarios que trabalharam nas diversas obras foi de 1.770. Pelo decreto n. 18.585, de 26 de janeiro de 1929, foi concedido

o credito de 21.000 contos para o custeio das obras durante o anno de 1929.

Terminadas as obras, de accordo com o plano geral adoptado, ficará a Marinha preparada para attender á conservação dos navios da esquadra, representando a construcção do novo arsenal, em seu conjunto, um dos mais solidos fundamentos para a real efficiencia da Marinha.

A Escola Naval de Guerra funcionou, em 1928, pela primeira vez, de accordo com a reorganização feita nos departamentos e nos cursos.

A divisão do ensino em duas partes — uma destinada á instrucção dos officiaes para o commando de navios e serviços de estado maior, isto é, curso de commando, e outra destinada ao preparo dos officiaes mais antigos para o commando de forças e chefia de estado maior, curso superior ou de revisão — fez que a organização da escola ficasse mais de accordo com a sua finalidade e com o que se pratica actualmente nos meios navaes mais adiantados.

O processo para admissão á Escola Naval não estava dando resultados satisfactorios; as exigencias para a matricula immediata no curso superior acarretavam sensivel deficiencia no numero de matriculandos e ausencia, cada vez mais pronunciada, de jovens oriundos dos Estados não proximos do Districto Federal.

Si essas falhas continuassem, a Marinha, dentro em breve, viria a soffrer os males decorrentes não só da insufficiencia de officiaes, como da falta de cooperação dos Estados na formação de sua officialidade.

Com a criação do Curso Prévio, recentemente levada a effeito, esses inconvenientes serão evitados, por isso que ella permittirá obter, simultaneamente:

maior affluencia de candidatos oriundos dos Estados, com a acceitação de exames prestados nas capitánias; diminuição das exigencias para admissão, sem, entretanto, prejuizo para a solidez do preparo dos aspirantes, os quaes passam a ter dois annos de estudos preparatorios na propria escola; e educação e instrucção mais apropriadas ao meio, em consequencia de ficarem os alumnos, desde mais cêdo, sob o contróle da escola.

Parece, assim, estar satisfactoriamente resolvido o relevante problema do recrutamento e da formação da nossa futura officialidade de Marinha.

O funcionamento das escolas profissionaes, para officiaes, sub-officiaes, inferiores e praças, foi levado a effeito com regularidade.

Os cursos dessas escolas se têm mantido em constante progresso, já pela evolução dos programmas e methodos de ensino, já pelo augmento das especialidades.

Os especialistas que a Marinha vem formando, para attender ás suas proprias necessidades, representam, tambem, um excellente auxilio ás industrias do paiz, nas quaes, com frequencia, se empregam, ao deixar o serviço activo.

As escolas de aprendizes continuam a ser de todo uteis á Marinha.

As pequenas lotações, que, em consequencia da limitação de capacidade de accommodações, têm de ser fixadas, prejudicam o effectivo do Corpo de Marinheiros Nacionaes e elevam a despesa por fazer com a educação e preparo dos aprendizes.

Tem-se mantido em franco progresso e desenvolvimento a educação physica na Marinha, subordinada á secção de adestramento do Estado Maior.

A primeira turma de monitores, formada pela Escola de Educação Physica, já se acha distribuida pelas escolas de aprendizes e de grumetes; a segunda turma está fazendo o curso e deverá ser diplomada no fim deste anno.

As competições e campeonatos foram effectuados de accordo com o programma preestabelecido, notando-se, além de grande frequencia, sensivel aperfeiçoamento na execução das provas.

O systema de abastecimento da esquadra e dos estabelecimentos começa a revelar alguns progressos consequentes, quasi todos elles, a maior desenvolvimento do serviço de estatisticas e informações.

A installação apropriada e completa do Deposito Naval no seu novo edificio, em construcção, será um grande auxilio para a consecução dos objectivos que se têm em vista.

Dentro dos limites das verbas orçamentarias, foi melhorado, de fórma sensivel, o fornecimento de uniformes; a alimentação das guarnições, com o municia-mento de mais uma refeição, tambem melhorou, e maiores beneficios deverão ainda ser colhidos com adopção da nova tabella de rações, em estudo.

Foram feitos diversos trabalhos para melhorar a illuminação e balisamento da costa.

Os principaes serviços effectuados foram os seguintes: montagem dos pharóes de Mandihy (Pará) e de Torres e Cidreira (Rio Grande do Sul); montagem de postes luminosos em Amarração (Piauhy), na Pedra da Baleia e na Pedra do Urubú (Espírito Santo), na Ta-  
cuatiba (Estado do Rio), na Bertioga (São Paulo), na ponta da Cruz (Paraná); transformação dos pharóes de Aracaty e Camocim (Ceará), Macau e Mossoró (Rio Grande do Norte), Sant'Anna (Estado do Rio),

além da collocação de balisamento cego e boias illuminativas em diversos pontos do littoral.

Acham-se em andamento os trabalhos de construção e montagem dos novos pharóes em Gurupy, Cabo Norte, Simão Grande, Bailique e Maracá (Pará), Itapagé (Ceará), Rio Real (Sergipe), Sarita, Conceição e Tramandahy (Rio Grande do Sul); dos postos luminosos de Coroatá (Piauhy), Baixinha (Rio Grande do Norte), Oureis e Cabeça de Negro (Bahia), Ilha dos Ratos e Abreu de Fóra (Santa Catharina) e Passo de Mucumam (Matto-Grosso).

Espera-se collocar este anno um aereo-pharol nos Penedos de São Pedro e São Paulo.

A conveniencia de reorganizar os serviços da Justiça Militar é, cada vez mais, evidente.

Torna-se frequentemente difficil combinar as necessidades disciplinares e technicas da Marinha com certas exigencias para a formação dos conselhos e para o andamento e solução dos processos.

A disparidade na fixação das penas; a repetição de depoimentos nas diversas phases do processo; o sorteio obrigatorio de todos os juizes; a pratica de reunir os conselhos nas sédes das auditorias, em lugar de ser a bordo, onde os delinquentes e as testemunhas servem e os delictos foram commettidos, tudo isso tem tido como resultado, depois de alguns annos de experiencia, uma fraca defesa da disciplina, feita por meio de uma complicada e dispendiosa organização.

Continúa a figurar, como a maior e mais urgente necessidade da Marinha, a solução do problema de acesso da officialidade, solução que só poderá obter-se com a adopção de leis que permittam: a necessaria proporcionalidade entre os effectivos dos diversos postos; a redução gradual das edades-limites para a retirada

do serviço activo; e um rigoroso processo de selecção, tudo conduzindo ao rejuvenescimento dos quadros e a uma melhor apreciação dos meritos e valores, sem o que não se poderá manter, no devido grau, a efficiencia da officialidade da Marinha.

A Aviação Naval começou este anno a cooperar, de modo mais systematico, com a esquadra, e todo o esforço será desenvolvido para aperfeiçoar o trabalho de conjunto, de modo a conseguir-se que a aviação se torne uma parte integrante da força naval, pois que será com essa força que ella terá, as mais das vezes, de operar e cooperar.

Foram melhoradas diversas installações do Hospital Central da Marinha.

A mudança desse Hospital para local mais apropriado é, entretanto, muito necessaria, para afastal-o das vizinhanças do novo arsenal.

A construcção de um pavilhão para tuberculosos, em Friburgo, que deverá ser effectuada este anno, melhorará de muito a situação e tratamento dos doentes.

As medidas hygienicas que vêm sendo postas em pratica, a bordo e nos quartéis, têm concorrido para melhorar a saúde das guarnições.

A cooperação dos chefes de serviço e das autoridades subordinadas foi leal e constante.

## VIAÇÃO

Portos

Os differentes portos da Republica podem ser divididos em tres grandes séries:

1ª, aquelles em que, realizadas as obras technicas necessarias, passaram estas a cargo de concessionarios, que as exploram industrialmente, como é o caso dos

Portos de Manaus, Belém, Recife, Bahia, Ilhéus, Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande;

2ª, aquelles em que estão sendo executados trabalhos, tendentes a permittir-lhes a exploração em condições satisfactorias, como é o caso dos Portos de Natal, Parahyba, Victoria, Nictheroy, Paranaguá e dos situados em Santa Catharina;

3ª, portos como os de Tutoya, Amarração, Ceará, Aracajú e outros, onde não estão sendo feitos trabalhos de vulto e cujas operações de embarque e desembarque se effectuam ainda por meios primitivos. Nestes ultimos portos, de accordo com os recursos orçamentarios que lhes attribue o Congresso Nacional, a Inspectoria de Portos effectua estudos e, com o seu cabedal de observações accumuladas de longa data, procede, quando é preciso, por administração ou concorrência, á execução dos melhoramentos mais urgentes.

No quadro collocado a seguir figura o movimento estatístico relativo a todos esses portos, em 1928, a saber: numero de embarcações, entradas e saídas em cada um, e tonelagem total de registro; importação e exportação, respectivamente por longo curso e por cabotagem; importancia da taxa de 2 %, ouro, arrecadada; renda bruta do porto.

**INSPECTORIA FEDERAL DE PORTOS, RIOS E CANAES**  
**MOVIMENTO ESTATISTICO DOS DIVERSOS PORTOS DA REPUBLICA, NO ANNO DE 1928**

PORTOS	MOVIMENTO MARITIMO		MOVIMENTO COMMERCIAL				2 % OURO	RENDA BRUTA
	TOTAL DE EMBARCAÇÕES	TONELAGEM DE REGISTRO	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO			
			Longo curso	Cabotagem	Longo curso	Cabotagem		
Manaus.....	1.296	438.846	17.619	76.430	34.706	20.292	—	2.609.617\$219
Belém.....	3.799	1.015.875	75.527	165.111	111.667	112.871	295.146\$459	3.624.192\$370
Tucuya.....	136	159.028	2.745	1.026	18.663	3.233	17.987\$377	—
Amarração.....	26	11.514	—	3.331	—	1.338	—	—
Ceará.....	568	860.744	22.912	20.199	11.728	9.396	121.880\$134	—
Natal.....	517	513.457	15.078	19.628	3.685	15.226	44.268\$476	—
Parahyba.....	694	709.602	28.056	19.709	9.672	29.522	63.561\$332	—
Recife.....	1.239	3.389.000	331.239	101.484	28.514	179.537	949.940\$867	5.931.585\$000
Aracajú.....	333	101.204	2.172	17.443	859	41.873	36.050\$357	—
Bahia.....	1.629	6.684.278	110.817	158.764	112.276	94.546	691.232\$504	5.012.239\$052
Ilhéus.....	379	143.456	—	28.036	23.968	20.519	—	788.290\$415
Victoria.....	713	1.189.730	20.787	50.265	58.978	11.341	104.715\$026	—
Rio de Janeiro.....	4.326	12.040.727	1.717.431	522.083	651.306	342.332	9.256.237\$385	26.921.403\$284
Santos.....	3.607	10.384.534	1.831.811	534.476	711.741	105.780	—	51.387.012\$860
Paranaguá.....	564	653.170	14.864	6.439	25.671	20.335	110.851\$555	—
São Francisco.....	948	890.964	23.422	21.749	76.303	67.902	98.973\$999	—
Itajahy.....	544	146.841	1.793	16.325	318.232	31.498	17.063\$192	—
Florianopolis.....	960	434.988	—	—	—	—	79.396\$445	—
Laguna.....	134	20.435	8.010	—	—	25.318	—	—
Grande do Sul.....	1.375	2.291.226	—	428.656	—	—	1.971.813\$855	4.710.131\$251

Ministraremos agora rapidas informações acerca dos portos do paiz, onde ha obras em andamento, nuns, ainda por inaugurar, noutros, obras já entregues ao trafego, mas actualmente em via de ampliação.

Ficou terminada, no porto riograndense de Natal, Portos de Natal e Parahyba a construcção do primeiro trecho do guia corrente, na extensão de 1.312 metros e fizeram-se, durante o anno, 46.186 metros de dragagem. Concluiu-se, numa extensão de 90 metros, a substituição do lastro da ponte de acostagem, por lages de concreto armado.

Na Parahyba, terminou-se a dragagem do canal de accesso ao Porto de Cabedello, iniciada no anno findo. O volume escavado attingiu 230.000 metros cubicos.

A dragagem effectuada no primeiro, para conservação da profundidade do ancoradouro, produziu 129.395<sup>m<sup>3</sup></sup>. Encetou-se a construcção do armazem frigorifico e a da cava para fundação do cáes de 16 metros, destinado a recebimento de carvão. Portos de Recife e de Ilhéus

Em Ilhéus, prosegue a construcção da segunda ponte e do segundo armazem.

O Estado do Espirito Santo, concessionario, concluiu a construcção da 1<sup>a</sup> secção do cáes e a de dois armazens, com a área de 3.546<sup>m<sup>2</sup></sup>, os dois. No decorrer do anno, a dragagem feita attingiu 10.610<sup>m<sup>3</sup></sup>, o aterro 9.877<sup>m<sup>3</sup></sup>. Foram extrahidos 608<sup>m<sup>3</sup></sup>,265 de rocha submarina. Montaram-se no porto quatro guindastes electricos e oito pontes rolantes. Além desses, realizaram-se em Victoria mais os seguintes trabalhos: construcção de 28 metros de cáes de saneamento e 148 metros de cáes de protecção ao aterro do continente; collocação de estrados e passeios em vãos de ponte; assentamento de dois pilares e construcção de 200 metros de linhas ferreas e 76 metros de linhas de canalização de aguas pluvias. Porto de Victoria

Porto do Rio de  
Janeiro

Da exploração deste porto é arrendataria a Companhia Brasileira de Portos, a quem está entregue o antigo cães, da Praça Mauá á embocadura do Canal do Mangue; das obras de prolongamento do porto, no trecho entre o Canal do Mangue e a Praia do Cajú, são contractantes a Société de Construction du Port de Bahia e a Companhia Nacional de Construcções Civis e Hydraulicas.

A construcção do prolongamento vae muito adiantada e, salvo obras de aparelhamento, deverá ficar prompta por todo este anno.

Em 10 de dezembro ultimo, tive a honra de dirigir-vos mensagem, em que solicitei autorização para effectuar uma operação de credito, no valor de reis 20.000:000\$, destinados ao proseguimento, no corrente anno, dos serviços de ampliação do porto da Capital, sujeitos a serem paralyzados, por esgotamento dos recursos com que, para andamento das obras, contava o Governo.

Na área conquistada ao mar, haviam sido empregados, até 31 de dezembro ultimo, 2.682.874<sup>m³</sup>,250 de aterro, com o que a extensão ganha ás aguas se eleva approximadamente a 450.000<sup>m²</sup>. A dragagem executada produziu 349.520<sup>m³</sup>,600. Construíram-se, com o capeamento e respectivos enrocamentos, 572 metros de muralha e assentaram-se 426 metros de galerias de aguas pluviaes.

Nos termos do seu contracto de arrendamento, a Companhia Brasileira de Portos terminou a estação de passageiros á Praça Mauá, que se obrigara a construir e executou reparos nos armazens internos ns. 4 e 8.

Por conta da mesma Companhia, corre a construcção, na Ilha do Braço Forte, dos armazens e deposito de inflammaveis, explosivos e corrosivos, confiados os trabalhos á Companhia Brasileira de Melhoramentos e Construcções.

Pela Companhia Nacional de Construções Civis e Hydraulicas foi concluida a construcção de uma ponte de cimento armado, na foz do Canal do Mangue.

Da renda de 26.865:116\$524, papel, apurada, em 1928, na exploração do Cães do Porto do Rio de Janeiro, coube ao governo a parte de 13.274:465\$393.

Pelo Governo do Estado, concessionario do Porto de Nictheroy, foram feitos os seguintes trabalhos: dragagem, 432.000<sup>m³</sup>; construcção do primeiro armazem e inicio da construcção do segundo; construcção do cães de oito metros, na extensão de 365 metros; ligação desse cães com o littoral, nas proximidades das marinhas do estaleiro do Lloyd Nacional; construcção do capeamento e partes accrescidas do cães de dois metros, que já tem a sua cortina completa, exceptuado um trecho de 10 metros; aterro no volume de 561.945<sup>m³</sup>, dos quaes 432.000<sup>m³</sup> de material proveniente da dragagem e 129.945<sup>m³</sup> de terras extrahidas do Morro Dr. Celestino.

Porto de Nictheroy  
e Baixada Fluminense

Para as obras do porto, effectuaram-se desapropriações no valor de 208:275\$050.

Terminou a construcção da estação inicial da Estrada de Ferro Leopoldina, que falta apenas ligar á de Maruhy.

A Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense aterrou, durante o anno, na enseada de Mangueinhos, uma área de 116.248<sup>m²</sup>,3200.

O dec. n. 18.284, de 16 de junho de 1928, autorizou a Companhia Docas de Santos a realizar, á sua custa, no porto de que é concessionaria, as obras reclamadas com mais instancia pelos interesses do importante Estado, a que esse porto serve de escoadouro.

Porto de Santos

São essas obras:

- a) ampliação das installações portuarias;
- b) aprofundamento do porto e do seu canal de acesso;

c) construção de um novo edificio destinado á Alfandega de Santos e a outras repartições federaes;

d) construção, em Itapema, da estação sanitaria de Santos;

f) construção de uma camara para expurgo de productos vegetaes importados.

Limitou o Governo a 10 mil contos de reis o custo dos trabalhos, a que se referem as alneas *c*, *d* e *f*, salvo ulterior accordo com a Companhia; para respectiva terminação, fixou-se o prazo de sete annos. As obras de que tratam as alneas *a* e *b*, a Inspectoria de Portos as avalia em 70.000 contos.

Deixou bem claro o decreto de 16 de junho, que a permissão para execução dos trabalhos não importava em ampliação, no prazo da concessão ou em modificação de suas clausulas, nem tampouco em renuncia do Governo á faculdade que lhe assiste, desde 7 de novembro de 1922, de encampar, em qualquer tempo, as obras, installações e demais propriedades da Companhia no Porto de Santos.

Durante o anno findo, a Companhia Docas de Santos transformou o armazem 16, para substituir o antigo armazem de bagagens.

Construiu edificios para escriptorio do fiel, deposito para guarda de materiaes, etc., assentou 3.678<sup>m</sup>,620 de linha de 1<sup>m</sup>,60 e 470<sup>m</sup>,600 de bitola de 0<sup>m</sup>,80, montou 13 guindastes electricos de seis toneladas, dragou 1.026.000<sup>m</sup>³, repoz, na zona do cáes, 25.155<sup>m</sup>²,50 de calçamento e assentou 2.572<sup>m</sup>²,870 de calçamento novo.

Na Ilha de Barnabé, onde ficará o deposito de inflammaveis do Porto de Santos, concluiu a Companhia Docas a muralha do cáes, na extensão de 300 metros.

Foram cravadas na ilha 151 estacas-pranchas de concreto armado, com 16 metros de comprimento, e 181 estacas de fundação com 22 e 23 metros.

Estão em andamento o aterro por trás do cães e a construção de dois armazens.

Foi aprovado um novo projecto para os melhoramentos desse porto. Porto de Paranaguá

Entre os trabalhos de dragagem effectuados durante o anno, em Paranaguá, contam-se o de 149.929<sup>m</sup>3,900, para dar accesso á carreira, e o de uma faixa de 15 metros de largura e 70 metros de comprimento, no alinhamento do cães, até á cota 5<sup>m</sup>,80, que produziu o volume de 10.052,20 metros cubicos.

No Porto de Florianopolis, procedeu-se á dragagem Porto de Santa Catharina de um canal de accesso na bacia norte, com 12 kilometros de comprimento, approximadamente, secção trapesoidal de 5 metros de profundidade e 80 metros de largura. A profundidade do canal attingiu, nos tres primeiros mezes do correr do anno 4<sup>m</sup>,0. Para leval-a a 5<sup>m</sup>,0, ha mistér dragar mais de 1.000.000 de metros cubicos.

Iniciada em 18 de outubro de 1927, até 31 de dezembro ultimo, a dragagem produzira o volume de 935.745<sup>m</sup>3,762.

No mesmo porto, reconstruiu-se o balisamento do canal de accesso, damnificado pelos temporaes e pelos proprios serviços de dragagem.

A Fiscalização do Porto fez os estudos da barra e do Porto de Tijucas, ora em elaboração, com os respectivos relatorios, plantas e desenhos, para ulterior approvação do governo.

Modificado em maio do anno findo o projecto de obras de melhoramento do Porto de Itajahy, em 30 de novembro assignou-se novo contracto com a Companhia de Mineração e Metallurgia do Brasil para a execução dos trabalhos.

Estes se restringiram, no decurso do anno, á construção de 230 metros de mólhe, de 200 do guia cor-

rente da margem esquerda e 212 do guia corrente da margem direita.

— A Comissão do Porto de Laguna promoveu a limpeza do Canal de Laguna-Araranguá, na extensão de 24.430 metros e dirigiu, no porto, varios serviços, como sejam, entre outros: construcção de 145 metros do dique enraizado no mólhe e de 64 metros do proprio molhe; construcção do dique longitudinal, ao longo da margem esquerda do canal de acesso e de 60 metros do guia corrente sul; assentamento de 6.850 metros de cerca de arame e de 15.911 metros de sébes para fixação de dunas; plantação de 183.100 pés de vegetações diversas nas dunas, etc.

Porto do Rio Grande

Nesse porto, do qual é concessionario o Estado do Rio Grande do Sul, a dragagem, effectuada durante o anno, retirou de sua bacia o volume de 436.666 metros cubicos.

Em 11 de maio, inaugurou-se o trafego do porto velho, correndo os serviços com toda regularidade.

Foram installadas, no porto novo, a illuminação electrica e a canalização de força para os guindastes e cabrestantes.

Realizaram-se, finalmente, as tomadas de contas ao Estado, relativas aos annos de 1921 a 1927.

Portos de Torres e de Pelotas

Pelos decs. ns. 18.457, de 3 de novembro de 1928, e 18.487, de 16 do mesmo mez e anno, o Governo Federal deu a concessão da construcção e exploração desses portos ao Estado do Rio Grande do Sul, de accordo com a autorização constante da lei n. 5.552, de 26 de outubro de 1928.

Navegação

Gozando do privilegio de realizar a cabotagem, servindo a um paiz novo, cujo intercambio interno e externo de mercadorias se expande constantemente, sub-

vencionada pela União com importancia que attingiu 23.056:559\$765, em 1928, a situação da Marinha Mercante do Brasil deveria ser financeiramente solida, capaz de attender a todos os serviços e a preços que não sobrecarregassem a producção nacional.

Entretanto, salvo periodos de prosperidade passageira, as condições das companhias nacionaes de navegação em geral não são folgadas, e os fretes cada vez mais altos.

Cumpre determinar as causas desse phenomeno, para lhe acudir com o remedio indicado, nos pontos dependentes da acção do governo.

Das indagações feitas nesse sentido pelo Ministerio da Viação, constata-se que o custeio das companhias de navegação, e, portanto, o custo dos transportes, é despropositadamente onerado por uma série de praxes e de exigencias regulamentares, destacando-se as seguintes:

1ª, as visitas systematicas aos navios que effectuam exclusivamente a cabotagem nacional (da Policia da Capital, das dos Estados, da Alfandega, do Correio, da Saude Publica), visitas que trazem prejuizo duplo: o pagamento que requerem e a demora na duração das viagens, com elevação consequente de todas as despesas;

2ª, o numero excessivo fixado para equipagem dos navios e as dificuldades em seleccional-a;

3ª, o regimen dos portos aparelhados, alguns com serviços demorados e exorbitantemente caros;

4ª, as gratificações obrigatorias aos guardas aduaneiros.

Essas e outras disposições precisam ser revistas e modificadas, com o intuito de fazer desaparecer, nuns casos, e, noutros, reduzir os factores do encarecimento dos transportes maritimos e fluviaes.

Em 1928, como em 1927, novas unidades vieram incorporar-se á frota da Companhia Costeira e do

Lloyd Nacional; á da primeira, os vapores "Itapé" e "Itapagé", com a marcha horaria de 14,5 milhas, accomodações para 145 passageiros de 1ª, 40 de 2ª e 90 de 3ª classe; á frota da segunda, os vapores "Araçatuba" e "Aratimbó," com a marcha horaria de 15 milhas e accomodações para 100 passageiros de 1ª classe.

A navegação mineira do Rio São Francisco recebeu tambem, em abril do anno findo, o vapor "Curvello", que desde logo entrou em trafego.

De modo geral, correu satisfactoriamente o serviço do transporte de mercadorias no littoral. Outrotanto, não se póde dizer no tocante ao transporte de passageiros: o numero de viajantes cresce diariamente e já lhes não basta a lotação dos vapores em trafego, mau grado a aquisição de novos navios pelas empresas nacionaes.

Executou-se, com regularidade, a navegação dos nossos rios, salvo a do São Francisco, onde uma vazante, sem precedentes, quasi paralysou o serviço da linha tronco Joazeiro-Pirapora, a muito custo se mantendo as communicações entre esses dois pontos.

Continúa a vigorar o convenio de fretes maritimos das companhias de cabotagem, organizado sob os auspicios do governo, para entravar a perniciosa concorrencia que se moviam aquellas empresas.

A 16 de novembro, entrou em execução nova tabella de fretes, organizada pelas signatarias do accordo. Na confecção dessa tabella, procurou-se obedecer ao criterio de zonas e á situação das praças exportadoras, em relação aos mercados consumidores. Das reclamações apresentadas, a Commissão de Tarifas Maritimas tem attendido as que se lhe afiguram fundadas. A Commissão realiza sessões semanaes, para exame das questões submettidas a seu estudo, e conta actualmente, além da collaboração da Associação Commercial do Rio de Janeiro e da Federação das Associações Commer-

ciaes do Brasil, com a da Associação Commercial de São Paulo.

Um dos melhores resultados obtidos com a organização do convenio, a que adheriram todas as empresas e companhias de navegação nacionaes, está em auferir ellas actualmente alguns lucros, sem os quaes não poderiam viver.

Esses lucros não vão além do juro de 10 % ao anno sobre os capitaes de cada uma, segundo informações colligidas pela Inspectoria de Navegação.

A renda bruta de todas essas empresas, no 1º semestre de 1928, montou a 115.647:260\$564 e a despesa total de custeio a 88.627:334\$105, de onde o saldo de 27.019:926\$459.

E' de notar que a epigraphe "custeio" não comprende despesas com a decorrente da aquisição de vapores, e outras, por sua natureza avultadas, extranhas á exploração do trafego propriamente dito.

A Commissão Especial, incumbida pelo aviso do Ministerio da Viação n. 355, de 22 de novembro de 1927, da fiscalização do emprego dos materiaes importados livres de direitos aduaneiros pelas nossas empresas de navegação, continuou, em 1928, no exercicio de suas attribuições.

Apurou a Commissão que, no anno passado, as Companhias Costeira, Lloyd Nacional, Commercio e Navegação e Empresa Hoepcke, desfructaram isenções no valor total de 2.781:415\$607, assim discriminado:

Companhia Costeira.....	1.722:106\$928
Lloyd Nacional.....	605:691\$723
Commercio e Navegação.....	386:018\$454
Empresa Hoepcke.....	67:598\$502
Total.....	<u>2.781:415\$607</u>

Além dessas companhias, gozam ainda de isenção de direitos, mas nada importaram em 1928: a Nave-

gação a Vapor do Maranhão e a Viação São Paulo-Matto Grosso.

A Companhia Costeira, afóra os favores concedidos para os seus serviços de navegação, goza de isenção de direitos de importação e de expediente, até 19 de agosto do corrente anno, para os materiaes destinados aos estaleiros de sua propriedade.

No Ministerio da Viação, lavraram-se, durante o anno, os seguintes contractos relativos á navegação: em 28 de julho, contracto com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro para um serviço de navegação fluvial, costeira e transatlantica, pelo prazo de cinco annos, mediante a subvenção annual de 18.000:000\$, papel; em 21 de março, termo de prorogação para proseguimento dos serviços de navegação, a cargo da Companhia da Navegação a Vapor do Maranhão, de propriedade do Governo do Estado; em 6 de fevereiro ultimo, o termo de prorogação, por cinco annos do contracto, da Empresa de Navegação Lloyd Maranhense, autorizado pela lei n. 5.547, de 11 de outubro de 1928, e pelo dec. numero 18.549, de 28 de dezembro do anno passado; em 30 de janeiro deste anno, o contracto com a Companhia Fluvial Maranhense e Clemente Catanhede, para os serviços de navegação dos Rios Itapecurú, Mearim e Pindaré e entre Caxias e Picos, respectivamente.

Correios

A Directoria Geral dos Correios comprehende 30 repartições-séde (administrações) e 4.538 estações (agencias), disseminadas por todo paiz, e linhas postaes em numero de 2.848, com a extensão de 168.385 kilometros, servidas por 3.376 conductores e 28 agentes embarcados.

Ao povoamento e expansão da vida economica em nosso extenso territorio hão de corresponder ramificações constantes do nosso systema postal, as quaes obrigam a despesas tanto maiores quanto custosos são

os transportes de malas, em grande parte do interior, servido apenas por primitivas vias de comunicação.

Crearam-se, assim, no anno findo, 248 agencias e 95 linhas com 1.935 kilometros, e o numero de viagens de condução de malas foi augmentado de 21.848.

A renda dos Correios, arrecadada e conhecida em todas as repartições postaes até 31 de dezembro, attingiu 54.075:841\$308, quando no anno anterior montara apenas a 35.678:488\$000. Verificou-se, assim, um augmento de 18.396:875\$820 sobre a arrecadação de 1927, e um excesso de 12.575:841\$308 sobre a estimativa orçamentaria, que a avaliou em 41.500:000\$000. Esse accrescimo de 51,5 % bem indica o desenvolvimento do serviço.

Para resultado tão satisfactorio muito concorreu a lei n. 5.353, de 30 de novembro de 1927, que aboliu as isenções de taxas e majorou as tarifas postaes, pondo-as em harmonia com a média das taxas adoptadas pelos varios paizes da União Postal, mas, ainda, na sua maioria, em razão inferior ao valor da nossa moeda.

O que fica registrado representa um attestado vivo da expansão que tiveram os multiplos serviços a cargo dos Correios; o indice dos mesmos serviços, segundo a sua renda, na ultima década, é o seguinte:

1919.....	12.580:324\$805
1920.....	14.926:838\$826
1921.....	19.377:226\$621
1922.....	22.295:784\$256
1923.....	25.925:587\$280
1924.....	28.062:434\$736
1925.....	31.173:208\$375
1926.....	33.246:562\$988
1927.....	35.678:965\$488
1928.....	54.075:841\$308

Discriminadamente por Estados, a renda dos Correios foi a que consta do seguinte quadro, em que se

comparam as arrecadações dos dois ultimos annos, com a assignalção da percentagem de augmento:

ESTADOS	1927	1928	PERCENTAGEM DE AUGMENTO
São Paulo.....	12.729 :014\$169	18.859 :654\$054	48,1
Districto Federal.....	8.497 :490\$735	13.908 :752\$752	63,5
Minas Geraes.....	3.849 :004\$416	5.564 :382\$548	44,5
Rio Grande do Sul.....	2.738 :368\$544	4.085 :075\$643	49,1
Rio de Janeiro.....	1.592 :866\$546	2.238 :776\$354	40,5
Bahia.....	1.174 :173\$243	1.744 :677\$313	44,3
Pernambuco.....	929 :861\$489	1.330 :111\$018	44,1
Paraná.....	891 :879\$050	1.289 :282\$961	44,5
Santa Catharina.....	500 :802\$258	881 :027\$166	75,9
Espirito Santo.....	494 :098\$654	706 :113\$718	42,9
Ceará.....	382 :041\$355	589 :297\$180	54,2
Pará.....	312 :847\$807	430 :918\$717	37,7
Parahyba do Norte.....	264 :861\$354	419 :391\$805	58,2
Alagoas.....	239 :655\$335	386 :252\$831	61,1
Amazonas e Acre.....	234 :467\$480	298 :441\$205	27,2
Maranhão.....	194 :192\$019	305 :847\$197	57,4
Sergipe.....	146 :582\$371	245 :734\$535	67,6
Rio Grande do Norte.....	150 :850\$706	204 :465\$717	35,5
Goyaz.....	122 :410\$570	160 :825\$843	31,3
Piauhy.....	64 :027\$990	131 :166\$175	106,4
Matto Grosso.....	169 :469\$397	295 :887\$576	53,3
Percentagem da renda total..	35.678 :965\$488	54.075 :841\$308	51,5

A despesa effectuada, durante o anno, elevou-se a 60.953 :275\$183.

Comparada com a votada, que foi de 65.198 :223\$588, verifica-se o saldo de 4.244 :948\$405.

Confrontada a despesa com a renda arrecadada e conhecida até 31 de dezembro, na importancia de reis 54.075 :841\$308, verifica-se um *deficit* de 6.877 :433\$875, inferior ao do anno anterior, que attingiu 12.833 :571\$332.

Já é bem notavel o desenvolvimento do serviço postal aereo. Iniciado a 22 de fevereiro de 1927 pela Companhia Sindicato Condor, executam-no, actualmente, essa Companhia, a Compagnie Générale Aéropostale e a Empresa de Viação Aerea Rio Grandense.

Pelo Correio aereo expediram-se, no anno transacto, 114.521 objectos de correspondencia, contidas em 6.274 malas, e receberam-se 116.359 objectos em 6.465 malas.

No anno de 1927, haviam sido recebidos 3.200 objectos em 44 malas e expedidos 1.906 objectos em malas.

A' só comparação do movimento nesses dois annos, patenteia-se, em favor do anno encerrado, o extraordinario augmento de 112.615 objectos expedidos em 6.251 malas e de 113.159 objectos recebidos em 6.421 malas.

A renda da Repartição Geral dos Telegraphos, no exercicio encerrado, montou a 35.384:306\$688; sua despesa a 55.073:661\$676.

Telegraphos

Houve, não obstante, a diminuição de 2.189:521\$620 na despesa relativa ao anno de 1928, confrontada com a do anterior, mercê das economias realizadas nas sub-consignações orçamentarias concernentes a esse ramo de serviço publico.

Da despesa votada, não foi gasta a importancia de 5.455:050\$824.

A elevação das tarifas não redundou, ao contrario do que se suppunha, em elevação consideravel da receita, mas no pequeno augmento de 113.136:614\$, computando-se o *deficit* do exercicio recem-findo em reis 19.689:354\$988.

Comparado o trafego de 1927 com o de 1928, nota-se neste a differença de 1.791.312 telegrammas e de 46.500.821 palavras para menos.

Explicam a differença o decrescimo da correspondencia official e a concorrência inevitavel do serviço radiotelegraphico, a titulo precario ou permanente, e os serviços das estradas de ferro e das companhias de cabos, estes desde longos annos.

A estas vieram juntar-se as empresas telephonicas, com o serviço a curta e longa distancia, os serviços radio-

telegraphicos, permanentes uns e precarios outros, todos privados, e os de alguns Estados da União, que possuem estações radiotelegraphicas proprias.

O progresso e a diversidade das communicações são notaveis.

Faz-se urgentemente necessario disciplinar, por disposições novas, os serviços de cabo e radiotelegraphicos, para permittir uma collaboração mais ampla da iniciativa particular e assegurar, ao mesmo tempo, a organização e unidade de serviços que, sendo de interesse publico, devem ficar sujeitos á acção reguladora e fiscalizadora do Governo.

Mais que qualquer outro serviço, a radiotelegraphia requer uma unica disciplina e uma unica fiscalização em todo o territorio nacional, para evitar perturbações nas communicações radioelectricas internas, attribuidas a um unico órgão a localização das estações, fixação de frequencia e de indicativos de chamada, e para regularidade do serviço internacional, como estão a exigir os interesses do paiz e os compromissos assumidos pelas convenções internacionaes. E' necessario regular a circulação nos ares, do mesmo modo que já está em terra,

Construíram-se, durante o anno, 69 linhas, respectivamente nos Estados do Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso.

Têm as novas linhas a extensão de 2.510.763 metros e o desenvolvimento de 5.919.692 metros, o que eleva a extensão total das linhas de postes da Repartição a 55.209.711 metros e a dos conductores a 105.522.795 metros.

Importantes trabalhos de reconstrucção realizaram-se no Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul,

Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso, na extensão total de 4.190.919 metros e 9.437.766 metros de desenvolvimento.

Em 31 de dezembro do anno passado, existiam 1.350 estações telegraphicas, tendo sido inauguradas 61, fechadas 16 e reabertas 14.

No decorrer do anno, installou-se um curso de radio da Repartição, no Pavilhão da Praia Vermelha, com aparelhagem moderna e variada para a instrucção theorica e pratica do pessoal. Compreende installações transmissoras e receptoras dos principaes typos reconhecidos pela technica actual, assim como dispositivos e instrumentario completo para toda a sorte de medidas, provas e ensaios electrotechnicos.

Procedeu-se tambem á installação de estações radiotelegraphicas, de ondas curtas, em São Gabriel, São Paulo de Olivença, Teffé, Blumenau, Victoria e Nata e cuida-se da montagem das de Villa Feijó, Brasília, Parahyba, Bello Horizonte, Nictheroy, São Paulo, Curityba, Paranaguá, São Francisco, Corumbá, e outras, bem como de novos transmissores em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e Porto Alegre.

Estão servidas por installações de ondas curtas as estações de Manaus, Belém, Conceição do Araguaia, Marabá, Altamira, Maués, Humaytá, Boa Vista do Rio-Branco, Benjamin Constant, Soure, Itaituba, São Gabriel, São Paulo de Olivença, Guaruary, Teffé e Rio-Branco, no Districto Radiotelegraphico do Amazonas, e Fortaleza, Natal, Recife, Bahia, Victoria, Rio, Florianopolis, Blumenau e Porto Alegre.

Em onda longa, funcionam as estações costeiras de Salinas, Fortaleza-Radio, Olinda, Amaralina, Victoria-Radio, Rio-Radio, Santos-Radio, Florianopolis-Radio e Juncção, e as interiores, pertencentes ao Districto Radiotelegraphico do Amazonas, localizadas em Cruzeiro do Sul, Labrea, Manaus, Porto Velho, Rio-Branco,

Santarém, Senna Madureira, Tarauacá, Xapury, Bocca do Acre, São Felippe, Alcobaça e Belém.

Em 31 de dezembro, além de 4.668 postos receptores radiotelephonicos, existiam 485 estações radiotelegraphicas, exlusive as pertencentes aos Ministerios da Marinha e da Guerra:

Da Repartição Geral dos Telegraphos, sendo 9 costeiras e 46 interiores.....	55
Da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	4
Da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes	3
Do Governo do Estado de Minas Geraes.....	13
Pertencentes a particulares.....	410

sendo:

Para serviço publico.....	35
Para serviço de imprensa.....	7
Movéis (de bordo).....	147
Fixas (internacionaes).....	6
Comunicações particulares.....	48
Radio-difusão (broad-casting).....	19
Ensaio technicos e scientificos.....	2
Amadores.....	143
Receptores internacionaes.....	3

Houve, em relação ao anno de 1927, o accrescimento de 421 postos receptores radiotelephonicos e de 109 estações radiotelegraphicas.

Procedeu-se, durante o anno, á montagem dos apparelhos Murray destinados a trafegar o circuito interior Rio - Bello Horizonte - Carinhanha - Barra - Remanso - São Raymundo Nonato - Therezina - Belém do Pará, através das translações de Juiz de Fóra, Bello Horizonte, Montes Claros, Carinhanha, São João do Piauhy, Engenho Central e Bragança e das retransmissões automaticas de Barra e Therezina.

Em 29 de setembro, iniciou-se o estabelecimento do trafego directo com a Cidade de Barra do Rio Grande.

Em 29 de outubro, conseguiu-se estabelecer boa correspondencia com Therezina, através da retransmissão de Barra do Rio Grande, em uma extensão total

de 2.900 kilometros, e em 22 de dezembro inaugurou-se o trafego entre Belém e Therezina.

Remodelaram-se as installações de aparelhos Baudot das Estações de São Paulo, Curityba, Porto Alegre, Ponta Grossa, Rio Grande, Recife e Belém.

Eguaes melhoramentos pensa-se introduzir, dentro em breve, nas Estações de Bello Horizonte, Pelotas, Santa Maria e nas que de futuro dispuzerem de aparelhos Baudot.

Transitaram pelas linhas federaes, durante o anno, 5.752.181 telegrammas, tendo 91.547.828 palavras, contra 7.543.493 com 138.048.649, em 1927, donde a diminuição, já registrada, de 1.791.312 telegrammas e 46.500.821 palavras.

O anno de 1927 marcou o inicio do trafego aereo commercial no Brasil, achando-se em 1928 em plena e regular actividade de exploração tres companhias de aviação commercial.

A Compagnie Générale Aéropostale, que explora a linha aerea internacional entre a Europa e a America do Sul, faz o transvôo do nosso territorio, no trecho Natal á fronteira com a Republica do Uruguay, na extensão de 4.200 km., em viagens semanaes, tendo percorrido, durante o anno de 1928, 481.185 km., com 53 viagens no sentido Sul, e 50, no de Norte transportando, respectivamente, nessas direcções, 3.005.473 kilos e 5.107.347 kilos de correspondencia postal.

Aviação

A Empresa de Viação Aerea Rio Grandense, companhia nacional, faz o serviço da Lagôa dos Patos, entre Porto Alegre e Rio Grande, com 280 kilometros de extensão e escala em Pelotas e executou, em 1928, 370 vôos, com um percurso total de 108.860 kilometros, conduzindo 203,318 kilos de correspondencia postal, 1.530 passageiros e 11.365,352 kilos de bagagem e carga.

Uma linha do Rio de Janeiro a Porto Alegre, com 1.530 kilometros de extensão, e escalas em Santos, Paranaguá, São Francisco e Florianopolis, além de um ramal aereo, para servir aos pequenos portos, é trafegada por aviões do Sindicato Condor Limitada que, em 1928, realizou 772 viagens, com 366.224 kilometros de percurso, e transportou 5.224 passageiros, 8.106.500 kilos de correspondencia postal e 52.465 kilos de bagagem e cargas.

Todas essas empresas pretendem ampliar os seus serviços.

O quadro abaixo mostra o trafego aereo em 1928 e em 1927 :

COMPANHIA	ANNO	VÔOS	PERCURSO EM KILOMETROS	CORRESPONDENCIA POSTAL	PASSAGEIROS	BAGAGEM E CARGA
Compagnie Générale Aéropostale	1927	25	69.415	156.421	—	—
	1928	103	481.185	8.112.820	—	—
Companhia de Viação Aérea Rio Grandense.	1927	109	35.060	146.645	668	6.235.355
	1928	370	108.860	203.318	1.530	11.365.352
Sindicato Condor Limitada .....	1927	29	24.060	257.300	551	—
	1928	772	366.224	8.106.500	5.224	52.465.000

A superintendencia da navegação aérea acha-se affecta a uma commissão composta de quatro membros, sendo dois aviadores militares, technicos de aviação dos Ministerios da Guerra e Marinha, e funciona annexa ao Gabinete do Ministro da Viação, o que torna mais rapido e expedito o andamento dos assumptos referentes á aviação.

Abastecimento  
de agua

O anno de 1928, ao contrario do de 1927, apresentou estiagem manifesta. Entre as médias diarias do volume de agua distribuido á população, existe a differença de 16.376.157 para menos, do primeiro sobre o segundo.

A renda correspondente, de 4.984.960\$, em 1927, estimada pelo Poder Legislativo em 5.100.000\$ para o exercicio de 1928, é insufficiente para o custeio do serviço.

Verdade é que ha bases seguras para se acreditar num real augmento na arrecadação de pennas de agua.

Emquanto não fôr generalizado o hydrometro, emquanto não tiver repressão o desperdicio, que consome cerca de 40 % do volume total distribuido, não haverá abastecimento de agua que possa satisfazer, de modo estavel, á capital da Republica. Com tal generalização, melhorará o rendimento no serviço de distribuição, pois augmentará a quota de consumo util, unica que interessa á collectividade.

Impossibilitado de realizar obras de abastecimento notaveis, tratou o Governo de promover a execução de trabalhos de menos vulto, de accordo com os recursos orçamentarios de que dispunha, como sejam: abastecimento de Sepetiba; melhoria do abastecimento dos bairros Cosme Velho e Laranjeiras, mediante augmento da capacidade do açude do Morro do Inglez, que accumula agora 3.420.345 litros de agua; substituição, na extensão de 2.185<sup>m</sup>,00, de linhas submarinas de tubos flexiveis, que ligam o continente (Engenho de Pedra) á Ilha do Governador (Ponta do Galeão) e ainda o continente (Ponta do Tibau) á Ilha do Bom Jesus; assentamento de uma ponte de cimento armado de 5<sup>m</sup>,0 de vão sobre o Rio Cantagallo, a qual servirá de apoio á linha de 0<sup>m</sup>,60, que alimenta o Reservatorio do Barrelão, e ao trafego para vehiculos; construção de uma cobertura de cimento armado no Reservatorio da Pedra de Guaratiba, afim de evitar o lançamento de impurezas na agua armazenada.

Como serviço mais importante, avulta o da conclusão do novo reservatorio distribuidor, no Morro do Barata, em Campo Grande, da capacidade util de 15.250.000 litros.

Desde agosto do anno findo, abastece esse reservatorio não só a localidade em que está situado, como as de Santissimo, Inhoahyba, Paciencia e Santa Cruz.

Prosegue a construção do novo reservatorio de distribuição em Jacarépaguá, com a capacidade util de 10.000.000 de litros, destinado a Regularizar as condições do abastecimento local e do de Cascadura, Quintino Bocayuva e Piedade, do reservatorio do Morro de Cantagallo, em Copacabana, para 15.000.000 de litros, e de outro, na Ilha do Governador, que fornecerá, logo esteja em condições, a contribuição diaria de 700.000 litros.

Além desses trabalhos, durante o anno executaram-se obras complementares indispensaveis no Reservatorio Francisco Sá e serviços na Floresta da Tijuca, tendentes á melhoria da adducção das aguas do Açude Joaquim de Almeida e dos mananciaes Miquelina e José Maria.

Poços tubulares profundos

Na Ilha do Governador foi concluida a excavação de um poço tubular profundo, que ha cinco mezes, aproximadamente, funciona com regularidade, cêrca de seis horas todos os dias, e produz a média de 23.446 litros por hora, havendo sido ligado ultimamente á rêde de distribuição, á vista da analyse favoravel do Laboratorio Bromatologico do Departamento Nacional de Saude Publica, que a considerou perfeitamente potavel.

O custo de tal poço foi de 89.680\$950.

Sendo consumidos mais de 10.000.000 de litros na irrigação e lavagem das ruas, foi assignado um termo entre a Inspectoria e a Prefeitura, mediante o qual as responsabilidades se dividiram para perfuração de poços proprios ao fornecimento para tal fim.

Dois primeiros poços nessas condições estão sendo abertos um em Copacabana, outro em Laranjeiras.

Os poços tubulares profundos poderão ser muito uteis para melhoria de determinados abastecimentos locais; não parece possam constituir solução de ordem geral para reforço do abastecimento de agua á cidade.

Teve o accrescimo, em 1928, de 144.487<sup>m</sup>,40 de Rêde distribuidora canalizações com diversos diâmetros, attingindo, em 31 de dezembro, 1.984.294<sup>m</sup>,60 o total das canalizações, assentes, exclusive ramaes de derivação dos predios e das bicas publicas.

No mesmo periodo, installaram-se 5.067 pennas de agua e 965 hydrometros; tiveram baixa, por demolição ou mudança de occupação dos predios, 546 pennas e 174 medidores.

Os accrescimos liquidos montaram, assim, a 4.521 pennas e a 791 hydrometros, que, somados á quantidade anterior de taes aparelhos, lhes elevou o total, em 31 de dezembro, a 118.153 pennas e 15.360 hydrometros.

A Companhia City Improvements installou es- Esgotos urbanos gotos, no anno passado, em 1.838 predios, dos quaes 1.616 novos e 222 reconstruidos.

Assentou collectores, de dimensões variadas, na extensão de 14.520 metros. A installação de ventiladores attingiu o total de 123 e a construcção de entradas a 204. No serviço de conservação da rêde, procedeu-se á limpeza de galerias geraes e collectores, na extensão de 28.980 metros correntes e á dos depositos, entradas, ventiladores e tanques fluxiveis, em numero de 13.307. Providenciou-se para as descargas de tanques fluxiveis de funcionamento facultativo e para a remoção da terra dos depositos geraes e da lama accumulada nos tanques das estações depuradoras.

Em 31 de dezembro, montava a 83.421 o numero de taxas de esgoto, por cujo pagamento annual responde o governo perante a Companhia.

**Recita e despesa dos serviços de agua e esgotos em 1927**

SERVIÇOS	DESPEZA	RECEITA	"DEFICIT"
Agua.....	9.599:334\$837	4.984:960\$726	4.614:374\$111
Esgotos.....	16.196:731\$920	3.066:833\$897	13.129:898\$023

Os *deficits* são de monta nesses serviços. Só nos de agua, o Governo já despendeu, desde o seu inicio, mais de 250.000:000\$, papel, e 140.000:000\$, ouro.

Iluminação do Rio  
de Janeiro

Acompanhando o passo á Prefeitura do Districto Federal, a Inspectoria de Iluminação procedeu, durante o anno, a numerosas modificações, não só nas canalizações de gaz e de electricidade, mas tambem no typo de lampadas, de modo que harmonizou este com as novas disposições estheticas da cidade.

Esta conjugação de esforços nos dois departamentos encerra a vantagem de permittir a realização de um plano unico e definitivo para os trabalhos na via publica, livre de futuras despesas de adaptação.

Passou por completa remodelação a iluminação dos seguintes logradouros : Praça da Republica, Praça Christiano Ottoni, Praça 15 de Novembro, Jardim do Russell, Praça São Salvador, Praça Vianna Drummond, Praça da Bandeira, Jardim da Gloria, Praça Suzano e praça em frente á Igreja de Sant'Anna.

Em ruas ainda não illuminadas, installaram-se: 328 lampadas de 400 velas, 190 lampadas de 200 e 96 lampadas de 100 velas.

Cerca de 50 % destas lampadas beneficiaram a zona suburbana.

De accordo ainda com a Prefeitura, a Inspectoria organizou o plano de trabalhos para 1929, e projectou iluminação para: ruas do antigo Morro do Castello, Aterrado da Gloria, Calabouço, Avenida Visconde de Albuquerque, Campo de São Christovam e Praia de Botafogo.

Em 20 de novembro ultimo, entrou em serviço o novo gazometro do Mangue, construido em substituição e no mesmo local do antigo. Tem elle a capacidade de 42.500 metros cubicos e é de typo secco, pela primeira vez usado no Brasil.

Na rede de canalização do gaz, assentaram-se 19.542 metros de canalização e retiraram-se 5.691 metros julgados imprestaveis. A tubulação de aço para adducção do gaz, sob alta pressão, foi augmentada de 4.000 metros.

O volume de gaz emittido pela fabrica attingiu 83.460.600 metros cubicos, vendidos a \$200 o metro, metade em moeda corrente, e metade ao cambio par, de accordo com a clausula xx do contracto em vigor. O preço médio em papel do metro cubico de gaz foi de \$552,94.

O atraso e escassez das chuvas, que só começaram em março, proseguiram em abril e maio, mas pararam em meados desse ultimo mez, e perturbaram, até certo ponto, o programma de serviço da Inspectoria de Obras contra as Seccas, na região do Nordéste.

Voltaram as chuvas em fins de junho e começo de julho, o que permittiu salvar as colheitas de cereaes dos brejos da Parahyba, das terras baixas do Rio Grande do Norte e de varias localidades do Ceará.

Ainda assim, manifestou-se penuria em varias partes do sertão e o Governo teve de acudir ao appello dos Estados, autorizando obras de emergencia, em que os flagellados pudessem empregar a sua actividade.

Adoptada, desde o primeiro momento, essa providencia, evitou o exodo de trabalhadores ruraes para o littoral.

A quantidade de açudes publicos, mais de 90, de capacidades diversas, disseminados pelo Nordéste, metade delles pertencentes á União, aconselha o estudo e a organização dos systemas de irrigação correspondentes, nos quaes os açudes deverão ser encarados como méro elemento.

Mas a necessidade de dar trabalho aos prejudicados pela estiagem levou a promover a terminação,

desde logo, do Açude Santo Antonio de Russas, no Ceará, e a construir outro, o do Brabo, na Parahyba.

**Grandes barragens** A conservação e guarda das installações e do material existentes nas grandes obras suspensas das projectadas barragens de Quixeramobim, Patú, Poço dos Paus, Pilões, Piranhas, São Gonçalo, Parelhas e Gargalheira custaram, no anno, cerca de 165 contos de reis; em média, 20:500\$ para cada obra.

Em Orós, proseguiram, além da conservação, os trabalhos de levantamento da bacia de irrigação. Continuaram as sondagens no boqueirão e no lugar do sangradouro, prejudicadas com a falta de sobresalentes. Ainda assim, operaram 11 perfuratrizes, com o avançamento total de 550 ms. de furo em 24 sondagens. Ultimou-se a installação do cabo aereo, bem como a construcção das muralhas da torre de commando.

**Açudes publicos** Ficaram concluidos o grande Açude de Santo Antonio de Russas, no nordeste do Ceará, e o pequeno, de Terra Nova, perto de Petrolina, no sudoeste de Pernambuco. No Rio Grande do Norte ficou virtualmente acabado o importante Açude Cruzeta (Município de Acary), iniciado ha muito tempo, mas varias vezes interrompido. A este ultimo açude só faltavam, em dezembro, o muro da soleira do sangradouro, o assentamento da comporta e o empedramento do talude de montante da barragem. Na Parahyba construiu-se, com aproveitamento de aterro da rodovia de Cabaceiras (obra de emergencia) o pequeno Açude Brabo, de real utilidade como aguada para a região, uma das mais adustas do Estado. Passou, assim, de 43 a 46, ou 47, si lhe incluirmos o Cruzeta, o numero de açudes publicos directamente conservados pela União no Nordeste. O numero dos que, construidos, reparados ou reconstruidos, estão entregues á guarda e con-

servação das autoridades locais, eleva-se a 45; donde resulta o total de 92.

Foram demarcadas as bacias hydraulicas dos açudes publicos Nova Floresta e Velame, para ulterior arrendamento dos lotes correspondentes; realizaram-se levantamentos para discriminação das terras particulares beneficiadas pelas aguas dos Açudes Sobral, Acarahú Mirim e São Vicente, para o fim da cobrança de taxas de utilização, embora taes açudes não disponham de canaes de irrigação; procedeu-se do mesmo modo em relação ao Açude Cedro (Quixadá), unico provido de canaes.

Terminaram o alargamento do sangradouro do Riacho do Sangue e o rebaixamento do Lago do Boqueirão; executaram-se reparos de certa importancia nas barragens ou sangradores dos Açudes Nova Floresta, Varzea da Volta, Riacho do Sangue, Chaval, Jangurussú, Riachão, Corredor, Malhada Vermelha e Tapera; os dois penultimos do Rio Grande do Norte, o ultimo da Bahia e os restantes do Ceará.

Estudaram-se os açudes publicos Condado e Barra do Xandú, no Estado da Parahyba, este ultimo resultante do projecto de aproveitamento de um aterro da rodovia Cabaceiras-Cochichola.

No regimen de collaboração com os Estados, effectuaram-se os estudos definitivos do açude publico Surubim, no municipio pernambucano de Bom Jardim.

Foram estudados tres no Ceará (Marequetá, Pe- Açudes particulares  
reira Filho e Monte Mór) e cinco na Parahyba (Engenho Novo, Pacatuba, Poço Doce, Ubaia e Riacho Grande), além de varios reconhecimentos. Estiveram em construção 10 no Ceará (Botija, Fonte, Severino, Leiria, São Paulo, Varzea Grande, Açudinho, Bú, Umarizeiras e Jacarehy) e concluiu-se um na Parahyba (Pocinhos).

Os premios pagos importaram em pouco menos de 200 contos de reis.

*Estradas de rodagem*

Atacaram-se ou proseguiram-se as obras das seguintes: de Fortaleza a Icó, de Fortaleza a Sobral, de Ipú a São Benedicto, de Senador Pompeu a Cachoeira e de Lavras a Varzea Alegre, no Ceará; de Campina Grande a Sousa e Ramal de Santa Luzia; de Bôa Vista a Cabaceiras e Cochichola, de Alagôa Grande a Areia e Lagôa do Remigio, e de Barra do Natuba a Aroeiras, na Parahyba; de Limoeiro a Umbuzeiro, em Pernambuco; de Natal a Entroncamento; de Caicó a Catolé do Rocha e Ramal de Serra Negra, no Rio Grande do Norte.

No 3º Districto (Bahia e Sergipe), atacaram-se os trabalhos de construcção da estrada de rodagem de Queimadas a Monte Santo, suspensos desde 1924 e os da Estrada de Annapolis a Coité.

*Poços publicos*

No Ceará, concluíram-se nove, iniciou-se um, desobstruíram-se dois e aparelharam-se cinco; na Parahyba, foram concluidos dois, iniciados dois e foi aparelhado um; no Rio Grande do Norte, pelo regimen de collaboraçã, terminaram-se dois e desobstruiu-se um; em Alagôas, realizaram-se duas perfurações, sem resultado; em Sergipe, ficaram concluidos dois e aparelhado um; na Bahia concluiu-se um e tentou-se, sem exito, a desobstrucção de alguns.

Ao Estado de Pernambuco, a Inspectoria cedeu, por emprestimo, duas perfuratrizes para abertura de poços, por conta do Estado.

A Usina de Clinker, em Fortaleza, funcionou regularmente, mas com pouca intensidade; produziu, ainda assim, 972 toneladas de cimento, ao custo médio de 69\$ por tonelada. Desse total, 154 toneladas saíram para diversas obras e o restante ficou nos depositos.

No Brasil de outróra, despovoado e com vida economica incipiente, justificavam-se, de alguma fórma, a execução e exploração, por parte do Estado, de melhoramentos materiaes, pouco importando os sacrificios que a sua manutenção viesse a exigir do Thesouro. Era a politica do lucro indirecto, a da exploração deficitaria de serviços industriaes, então preconizada como incentivo ao progresso economico do paiz. O que, entretanto, podia ser uma norma politica de conjuntura, passou a ser orientação administrativa permanente, dando origem, em bôa parte, aos males financeiros que nos affligem.

São os *deficits* desses serviços, os juros e amortizações de empréstimos realizados para essas obras, são os grandes apparatus burocraticos, com despesas que crescem todo o dia e que geraram uma legião superflua de funcionarios, tudo isso consumindo parte apreciavel das rendas publicas e recaindo sobre a bolsa da maioria dos contribuintes brasileiros, que não se utiliza dos serviços industriaes.

Com o predominio sempre maior dos factores economicos na vida dos povos, a acção politica tem de estar submettida ao criterio economico. Por mais fortes razões ainda nos casos em que o governo apparece como industrial, produzindo e fornecendo utilidades.

Vem felizmente abrindo caminhó, entre nós, a compreensão de que serviços industriaes, embora explorados pelo Estado, têm de ser equiparados a quaesquer outras empresas, como estas produzindo utilidades e vendendo a preços compensadores das despesas de producção e das do capital applicado.

Si o Governo vem permittindo elevação nas tarifas das empresas de capital privado para dar-lhes, além da cobertura das despesas de custeio, a razoavel remuneração do capital invertido, não se justifica que, em seus proprios serviços industriaes, elle não procure cobrir com a receita as despesas de custeio.

Já basta que o serviço de juros e amortização do capital nelles applicado corra á conta de sacrificio geral para beneficio de determinadas regiões e populações.

E' indispensavel collocar cada um dos serviços sobre bases commerciaes.

Não admira que o contrario tenha conduzido aos resultados a que chegámos. As despesas com o pessoal vêm subindo assustadoramente, a renda não se eleva na mesma proporção e, em alguns serviços, mantêm-se a mesma, e até decresce, como nos Telegraphos, pela inevitavel concorrência das descobertas modernas.

A' falta de recursos orçamentarios, que as dotações para pessoal vão absorvendo, as verbas para material são sacrificadas, com prejuizo para a renovação e aperfeiçoamento dos serviços.

Demonstração da receita e da despesa das repartições industriaes  
EXERCICIO DE 1928

	RECEITA INDUSTRIAL	DESPESA INDUSTRIAL
Correios.....	54.075 :841\$308	(1) 60.830 :039\$674
Telegraphos.....	(2) 33.102 :039\$925	(2) 55.073 :661\$676
Estrada de Ferro Central do Brasil..	174.433 :493\$387	173.433 :389\$595
Estrada de Ferro Oeste de Minas...	19.192 :351\$640	24.250 :461\$446
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil..	19.958 :226\$910	(3) 21.562 :317\$978
Rêde de Viação Cearense.....	8.019 :046\$910	(4) 9.735 :061\$689
Estrada de Ferro São Luiz a Theresina.....	1.168 :325\$709	(5) 3.101 :773\$802
Estrada de Ferro Central do Piauhy	276 :593\$410	1.218 :702\$834
Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.....	931 :686\$628	1.472 :882\$585
Estrada de Ferro de Petrolina a Theresina.....	97 :116\$019	1.110 :336\$654
Estrada de Ferro Theresopolis.....	758 :163\$993	1.858 :708\$618
Estrada de Ferro Goyaz.....	3.189 :497\$112	3.177 :102\$750
Inspectoria de Portos.....	13.445 :553\$895	15.671 :686\$290
Inspectoria de Aguas.....	5.476 :303\$697	(6) 7.999 :523\$297
Serviços de Esgotos (I. A. E.).....	3.061 :001\$368	(7) 16.245 :076\$943
Estrada de Ferro Rio d'Ouro.....	696 :425\$475	3.469 :367\$711
	337.881 :666\$623	400.210 :093\$542

(1) A importancia da despesa-ouro, no total de 235:000\$, foi convertida a papel, á taxa de 4\$567 por milreis, ouro.

As notas (2) a (7) na pagina seguinte.

Os resultados financeiros apurados em 1928, nas estradas de ferro administradas pela União, indicam, na significação dos seus valores, que a industria de transporte tende á autonomia financeira com a firme e continua orientação de reduzir despesas, paralelamente ao decidido empenho de melhor aproveitar as capacidades offerecidas á circulação das utilidades, e de pôr em execução outras medidas administrativas conducentes a uma mais rapida expansão das rendas.

E' o que se verifica da comparação dos resultados do trafego, no ultimo biennio, com registrar-se a redução dos *deficits* de 72.866:262\$722, em 1927, para 8.519:379\$829, em 1928, conforme a discriminação do quadro seguinte:

ESTRADAS	1927	1928
	SALDOS (+) "DEFICITS" (-)	SALDOS (+) "DEFICITS" (-)
E. F. Central do Brasil.....	- 56.299:655\$885	+ 1.809:777\$742
E. F. Noroeste do Brasil.....	+ 1.227:340\$922	+ 1.990:527\$633
E. F. Oeste de Minas.....	- 6.102:125\$369	- 4.139:825\$456
Rêde de Viação Cearense.....	- 2.818:387\$891	- 1.115:720\$086
E. F. Theresopolis.....	- 577:236\$687	- 1.102:919\$625
E. F. Rio do Ouro.....	- 1.407:789\$941	- 1.416:425\$591
E. F. São Luiz a Theresina.....	- 2.322:215\$001	- 1.704:273\$243
E. F. Central do Piahy.....	- 1.283:237\$266	- 905:596\$764
E. F. Central do R. G. do Norte.....	- 804:693\$897	- 294:043\$185
E. F. Petrolina a Theresina.....	- 706:681\$273	- 812:595\$930
E. F. de Goyaz.....	- 2.115:637\$564	+ 6:538\$071
E. F. Quarahim a São Borja.....	- 655:952\$970	- 834:823\$393
Somma dos <i>deficits</i> .....	74.093:603\$644	12.326:223\$275
Somma dos saldos.....	1.227:340\$922	3.806:843\$446
<i>Deficit</i> total.....	72.866:262\$722	8.519:379\$829

(2) A importancia da despesa-ouro, no total de 353:796\$730, e a da receita-ouro, no total de 1.284:949\$, foram convertidas a papel, á taxa de 4\$567 por milreis ouro.

(3) Foi excluida da despesa a quantia de 1.684:301\$816, relativa a obras novas — serviços executados na variante de Jupia.

(4) Foi excluida da despesa a quantia de 2.480:676\$346, relativa ao serviço de obras novas — prolongamentos e officinas.

(5) Foi excluida da despesa a quantia de 511:460\$623, relativa ao serviço de construção da Ponte Benedicto Leite.

(6) Foi excluida da despesa a quantia de 3.458:669\$121, relativa ao serviço de obras novas.

(7) A importancia de 3.551:801\$389, despendida em ouro com o serviço de esgotos, a cargo da The Rio de Janeiro City Improvements, foi convertida a papel, á taxa de 4\$567 por milreis, ouro.

Os resultados financeiros das rêdes melhoraram, portanto, em 1928, em relação aos do anno anterior, em 64.346:882\$893, cabendo, na composição desse total, respectivamente, a percentagem de 56,2 %, como expansão de rendas, e a de 43,8 %, como redução de despesas.

Argumento ponderavel e que se não deve omittir, para apreciação mais exacta dos resultados de trafego das estradas, é o de que, nas despesas de custeio, pesou a incorporação da Tabella Lyra, respectivamente, no anno de 1926, na importancia de 31.996:130\$280, e em cada um dos annos subseqüentes; na de 42.661:507\$037.

Para melhor exame da situação de cada uma das estradas, não só nas administradas pela União, como também nas concedidas e arrendadas, seguem-se, discriminadamente, os elementos referentes ás mesmas ferrovias, com a indicação das respectivas extensões kilometricas trafegadas em 31 de dezembro proximo passado.

Estrada de Ferro  
Central do Brasil

Extensão kilometrica, 2.934,951, inclusive 34<sup>km</sup>,0  
do Ramal de Austin.

Receita.....	175.243:167\$537
Despesa.....	173.433:389\$595
Saldo.....	1.809:777\$742

No ultimo quinquennio, a despesa da Central do Brasil foi de:

1924.....	141.657:520\$891
1925.....	145.145:715\$518
1926.....	167.409:456\$652
1927.....	203.320:564\$942
1928.....	173.433:389\$595

A redução maior de despesa fez-se na verba combustivel, e foi de 18.130:816\$453, sem que se tivesse alterado, em 31 de dezembro de 1928, o *stock* de 60.000 toneladas existentes na mesma data de 1927.

Contribuiu principalmente para esse decrescimo de despesa a diminuição do preço médio do combustivel, como se vê do quadro á pag. 152.

Apesar do numero de kilometros percorridos pelas locomotivas ter subido de 24.371.044, em 1927, para 25.713.385, em 1928, o consumo total do combustivel decresceu de 435.529.827 kgs., em 1927, para 425.373.502 kgs., em 1928, reduzindo-se, assim, a taxa por locomotiva-kilometro de 17.870 kgs., em 1927, para 16.540 kgs., em 1928, o que demonstra maior eficiencia e ordem nos serviços de tracção e trafego.

O restante da reduccão de 7.978:857\$528, conseguida nas despesas, distribuiu-se pelas outras rubricas orçamentarias.

As receitas industriaes, isto é, excluidas as arrecadações para impostos e fundo de obrigações ferroviarias, foram:

1924.....	114.880:455\$792
1925.....	127.969:988\$124
1926.....	131.659:803\$969
1927.....	147.020:909\$057
1928.....	175.243:167\$337

Apesar da reduccão notavel nas despesas, não foram descuradas a conservação das linhas e do material rodante e a melhoria dos serviços de signalização e bloqueio.

Foram substituidos 476.209 dormentes, em 1928, contra 381.159, em 1927.

Installaram-se as cabines electricas do systema "handgenerator", em 18 estações do Ramal de São Paulo. Fez-se o bloqueio automatico do trecho entre Queimados e Belém, com a installação de duas cabines nessas estações da linha do centro. Fez-se, igualmente, o bloqueio semi-autômatico com a montagem de cabines, na Linha Auxiliar, entre Alfredo Maia e Honorio Gurgel.

Pelas verbas de custeio, foi continuado o programma de suppressão de passagens de nivel, com a construcção das passagens inferiores para pedestres na Estação de São Francisco Xavier e no Kilometro 11,500, e a de vehiculos, em Bento Ribeiro, para ser entregue ao trafego, depende ainda de uma desapropriação.

Por essas mesmas verbas, foram fechadas as Estações de São Christovam, Mangueira, Oswaldo Cruz, Deodoro, Nilopolis, na linha do centro, e Alfredo Maia, Triagem, Cintra Vidal, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Tury-Assú, Sapé, Belford e Galdino Rocha, na linha auxiliar.

Pelo quadro seguinte, observa-se o augmento de receita produzido por esses fechamentos, embora alguns com caracter provisorio.

**Movimento médio mensal das estações fechadas na linha auxiliar**

ESTAÇÕES	DATA DO FECHAMENTO	ANTES DO FECHAMENTO		DEPOIS DO FECHAMENTO	
		Viajantes	Renda	Viajantes	Renda
Alfredo Maia.....	18-81-927	139.706	17:326\$000	309.377	43:923\$000
Triagem.....	15-4-1928	14.457	2:137\$000	30.669	5:201\$000
Cavalcante.....	1-5-1928	—	—	52.679	8:852\$600
Engenheiro Leal...	1-9-1928	10.463	1:537\$000	13.570	2:371\$500
Tury-Assú.....	15-4-1928	25.376	3:380\$200	60.326	8:753\$000
Sapé.....	1-5-1928	—	—	55.377	7:778\$500
São João de Merity	1-10-1928	45.499	5:878\$000	47.020	7:722\$000
Galdino Rocha....	1-7-1928	69.349	8:479\$400	104.371	14:132\$700

**Movimento médio mensal das estações fechadas na linha do centro**

ESTAÇÕES	DATA DO FECHAMENTO	ANTES DO FECHAMENTO		DEPOIS DO FECHAMENTO	
		Viajantes	Renda	Viajantes	Renda
São Christovam...	18-2-1928	28.508	4:147\$000	42.421	6:571\$000
Cascadura.....	1-8-1928	365.180	101:830\$000	532.428	120:252\$000
Madureira.....	15-11-1928	302.825	49:464\$000	344.375	64:856\$000
Oswaldo Cruz.....	1-9-1928	109.399	17:089\$000	126.013	18:964\$000

E' interessante a comparação entre os serviços de passageiros do interior e dos suburbios, nos annos de 1927 e 1928, visível no quadro seguinte:

	RENDA TOTAL	PERCENTAGEM	PASSAGEIRO-KILOMETRO	PERCENTAGEM	RENDA POR PASSAGEIRO-KILOMETRO
<b>1927</b>					
Interior.....	32.217.000\$000	69,6	475.775.000	25,2	\$068
Suburbios....	14.501.000\$000	30,4	1.407.004.000	74,8	\$010
	46.718.000\$000	100,0	1.882.779.000	100,0	
<b>1928</b>					
Interior.....	39.118.000\$000	72,0	434.640.000	21,2	\$090
Suburbios....	15.213.000\$000	28,0	1.690.333.000	78,8	\$009
	54.331.000\$000	100,0	2.124.973.000	100,0	

Nota-se que, emquanto o producto médio do passageiro-kilometro do interior subiu, pela elevação de cerca de 30 % nas tarifas, de \$068, em 1927, para \$090, em 1928, o de suburbios desceu de \$010 para \$009, em consequencia da extensão do abatimento de 75 % em assignaturas, concedidas, em 1928, pelo Congresso, a todos os funcionarios publicos com menos de 7.200\$ de vencimentos annuaes.

O numero de passageiros-kilometro de suburbios representa cerca de  $\frac{1}{4}$  partes do numero total ; porém, a sua renda é pouco superior a  $\frac{1}{4}$  da que corresponde ao movimento global.

Vê-se pelo quadro que a tarifa média suburbana é apenas de  $\frac{1}{10}$  da de grande velocidade, quando em diversos paizes ella regula ser de  $\frac{1}{3}$ .

Mesmo na Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1897, cobrava-se mais do que se cobra hoje, conforme se constata no quadro seguinte:

ANNOS	BILHETE DE UMA SECÇÃO	POR PASSAGEIRO — KILOMETRO — (Suburbios)
1897.....	1ª classe... (Não havia ida e volta). \$400 2ª classe... (Não havia ida e volta). \$200	1ª classe .... \$035 2ª classe..... \$025
1928.....	1ª classe... { Simples..... \$300 Ida e volta..... \$500 2ª classe... { Simples..... \$200 Ida e volta..... \$300	Médio..... \$009

A regularidade do serviço de movimentação de mercadoria pôde ser verificada pelo quadro das reclamações apresentadas no ultimo quinquennio:

Annos	Numero de reclamações	Valor
1924.....	2.564	3.343:331\$000
1925.....	2.638	2.331:686\$000
1926.....	1.016	777:836\$000
1927.....	579	353:826\$000
1928.....	250	110:394\$000

O decrescimo, quer em numero, quer em valor, é devido, principalmente, á organização, em 1926, da comissão especial com funcções policiaes, a quem cabe apurar as responsabilidades das faltas e avarias reclamadas.

#### Preços médios de combustivel

ESPECIFICAÇÃO	1924	1925	1926	1927	1928
Carvão Cardiff (tonelada)...	—	—	247\$741	—	56\$754
Carvão americano (tonelada)	73\$560	63\$140	81\$325	88\$584	65\$339
Carvão do Rhur (tonelada)...	—	—	—	—	58\$898
Lignito (tonelada).....	—	—	—	74\$375	—
Carvão nacional (tonelada)..	69\$280	63\$726	72\$632	73\$492	60\$000
Óleo combustivel (tonelada)..	156\$518	142\$468	106\$326	156\$913	112\$500
Lenha (metro cubico).....	7\$030	8\$998	12\$096	—	—
Briquetagem (tonelada).....	25\$000	25\$000	20\$000	—	—

## EXTENSÃO KILOMETRICA

A extensão kilometrica da estrada se discrimina : Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

Linha tronco de Baurú a Porto Esperança.....	1.272,236
Ramal de Pirajuhy.....	10,100
Variante Araçatuba-Jupia.....	25,800
Total.....	1.308,136

Incluidos triangulo de reversão e linhas accessorias, o total conservado attinge 1.386<sup>km</sup>,608.

## RESULTADOS FINANCEIROS

	1927	1928
Receita industrial.....	17.070:663\$100	19.825:987\$260
Despesa de custeio.....	15.843:322\$178	17.835:459\$627
Saldo.....	1.227:340\$922	1.990:527\$633

Verifica-se um excesso de 763:186\$711 do saldo de 1928 sobre o de 1927, provindo exclusivamente da expansão de renda, que teve de attender maior despesa de custeio no anno proximo passado, comparada com a do anno anterior.

E' que esta Estrada atravessa uma zona cuja expansão exige, de anno a anno, maior dispendio para movimentar as utilidades, seja no necessario a mais cuidada conservação da via permanente, seja no de maior consumo de combustivel, justificados por mais intenso trafego.

## VARIANTE JUPIÁ

Em 1928, os serviços feitos discriminavam-se:

Linha assentada.....	28 <sup>km</sup> ,00
Leito prompto.....	50 <sup>km</sup> ,00

Concluida esta variante, numa extensão de 178 kms., irá ella substituir o trecho de 183, que se desenvolve pela margem do Tieté, em zona que, pela sua insalu-

bridade, é de pouca expansão agrícola e commercial, obrigando a uma conservação difficil, em vista do terreno em que a linha actual está implantada.

#### EXTENSÃO DAS LINHAS

Estrada de Ferro  
Oeste de Minas

Com a inauguração do ultimo trecho de 19<sup>km</sup>,762, ligando Barra Mansa a Angra dos Reis, a extensão das linhas da Estrada attingiu 2.271<sup>km</sup>,941. Além dessas linhas, a Estrada mantém regular serviço de navegação no trecho de 208 kms. do Rio Grande, entre Ribeirão Vermelho e Capetinga.

#### MOVIMENTO FINANCEIRO

	1927	1928
Receita industrial.....	15.604:870\$849	18.958:998\$940
Despesa de custeio.....	21.706:996\$218	23.098:824\$396
<i>Deficit</i> .....	6.102:125\$369	4.139:825\$456

Dos resultados apurados, verifica-se que a redução do *deficit* proveio da maior expansão das rendas que, em parte, foi absorvida por uma maior despesa de custeio, em 1928, comparada com a de 1927.

O excesso de receita resultou mais da majoração das bases tarifarias do que mesmo da evolução dos transportes.

A circumstancia de registrar-se no anno proximo passado 72.388.470 toneladas-kilometro contra 69.069.126, em 1927, indica que a densidade de trafego se manteve, desde que se considere a maior extensão trafegada, em 1928, determinando um maior percurso médio.

#### ELECTRIFICAÇÃO

De accordo com o respectivo contracto, foi, mediante termo, recebido o trecho electrificado de 73 kms., comprehendido entre as Estações de Barra Mansa e Augusto Pestana.

Extensão do trafego..... 1.251.154

Rêde de Viação  
Cearense

### MOVIMENTO FINANCEIRO

	1927	1928
Receita industrial.....	7.185:536\$314	8.019:046\$147
Despesa de custeio.....	9.673:577\$714	9.134:766\$233
<i>Deficit</i> .....	2.488:041\$400	1.115:720\$089

### Construção de prolongamentos e ramaes:

No serviço de construção dos prolongamentos e ramaes, foi despendida a importancia de 1.280:922\$023 e, com as novas officinas, a de 1.199:754\$323, por conta de recursos orçamentarios.

Extensão em trafego..... 37<sup>km</sup>,347

Estrada de Ferro  
Therezopolis

Os serviços continuam sob o regimen de trafego mutuo com a Leopoldina Railway, conforme o termo de accordo de 1923.

### RESULTADOS FINANCEIROS

	1927	1928
Receita industrial.....	865:520\$314	755:788\$993
Despesa de custeio.....	1.442:557\$001	1.858:708\$618
<i>Deficit</i> .....	577:236\$687	1.102:919\$625

Pelos resultados do biennio, verifica-se que o *deficit* avultou em 1928, por se ter impropriamente classificado, na receita industrial de 1927, a quota de trafego mutuo entregue á Companhia Leopoldina, quando os resultados do ultimo anno se acham escoimados dessa parcella.

Extensão em trafego..... 136<sup>km</sup>,265

Estrada de Ferro  
Rio d'Ouro

	1927	1928
Receita industrial.....	1.047:368\$077	1.123:830\$681
Despesa de custeio.....	2.455:158\$018	2.540:256\$272
<i>Deficit</i> .....	1.407:789\$941	1.416:425\$591

ESTRADAS SUBORDI-  
NADAS A' INSPEC-  
TORIA FEDERAL DAS  
ESTRADAS

## a) Estradas administradas pela União:

		1927	1928
Estrada de Ferro São Luiz a Therezina	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	450km,652	456km,872
	Receita propria do trafego.....	1.213:039\$856	1.229:370\$479
	Despesa de custeio.....	3.535:254\$857	2.933:643\$722
	<i>Deficit</i> .....	2.322:215\$001	1.704:273\$243

Melhores serão os resultados de trafego desta estrada uma vez inaugurada a Ponte Benedicto Leite, em vias de conclusão, que, evitando a baldeação das cargas no Canal dos Mosquitos, permittirá a circulação continua dos trens entre a capital do Maranhão e a do Piauhy.

		1927	1928
Estrada de Ferro Central do Piauhy	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	152km,237	151km,094
	Receita propria do trafego.....	257:383\$395	276:593\$410
	Despesa de custeio.....	1.540:620\$661	1.182:190\$174
	<i>Deficit</i> .....	1.283:237\$266	905:596\$764

Os trabalhos de construcção do prolongamento a Campo Maior acham-se paralyzados desde 1925, havendo 165 kilometros com estudos aprovados.

		1927	1928
Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	175km,891	175km,891
	Receita propria do trafego.....	841:422\$413	930:374\$928
	Despesa de custeio.....	1.646:116\$310	1.224:418\$113
	<i>Deficit</i> .....	804:693\$897	294:043\$185

Acha-se suspensa a construcção, já adiantada (44km,5), do prolongamento de Lages para Caicó (150 kms.), e da linha de contorno em Natal (5km,156) destinada a ligar a nova estação á explanada Sil Jardim.

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	140 <sup>km</sup> ,510	164 <sup>km</sup> ,310	Estrada de Ferro Patrolina a Therezina
Extensão inaugurada durante o ano.....	—	23 <sup>km</sup> ,800	
Receita propria do trafego.....	115:525\$670	97:116\$019	
Despesa de custeio.....	822:206\$943	909:711\$949	
<i>Deficit</i> .....	706:681\$273	812:595\$930	

Está paralyzada a construcção de 59 kms. do prolongamento e approvados os estudos até Therezina, com 582<sup>mk</sup>,314.

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	349 <sup>km</sup> ,363	349 <sup>km</sup> ,363	Estrada de Ferro de Goyaz
Receita propria do trafego.....	2.494:439\$762	3.205:270\$821	
Despesa de custeio.....	4.610:077\$326	3.198:732\$750	
<i>Deficit e saldo</i> .....	2.115:637\$564	6:538\$071	

Não houve trabalhos de construcção, estando suspensos o prolongamento para Goyaz e o Ramal de Goyandira para Catalão.

No prolongamento até Goyaz (359 kms.) achavam-se em construcção 15 kilometros, estando 12 com trilhos assentados; e no Ramal de Goyandira 30 kilometros, sendo 6 com leito prompto e 24 com trabalhos de terraplenagem.

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	175 <sup>km</sup> ,597	175 <sup>km</sup> ,597	Linha de Quarahim a Itaquy
Receita propria do trafego....	564:575\$279	659:302\$846	
Despesa de custeio.....	974:699\$516	1.097:000\$000	
<i>Deficit</i> .....	410:124\$237	437:697\$154	

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	123 <sup>km</sup> ,870	123 <sup>km</sup> ,870	Linha de Itaquy a São Borja
Receita propria do trafego.....	247:561\$294	249:864\$761	
Despesa de custeio.....	493:390\$027	647:000\$000	
<i>Deficit</i> .....	245:828\$733	397:135\$239	

## Total das linhas:

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	299 <sup>km</sup> ,467	299 <sup>km</sup> ,467
Receita propria do trafego.....	812:136\$573	909:167\$607
Despesa de custeio.....	1.468:089\$543	1.744:000\$000
<i>Deficit</i> .....	655:952\$970	834:832\$393

Estas duas linhas são administradas pela Inspectoria por conta da Great Southern Railway Company, que, em 30 de junho de 1924, suspendeu o trafego, tanto do trecho de concessão, Quarahim a Itaquy, como do trecho pertencente á União e arrendado, Itaquy a São Borja.

## b) Estradas da União arrendadas:

	1927	1928
Estrada de Ferro Madeira-Mamoré		
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	366 <sup>km</sup> ,485	366 <sup>km</sup> ,485
Receita propria do trafego.....	3.505:517\$140	2.562:000\$000
Despesa de custeio.....	2.896:684\$210	2.153:000\$000
Saldo.....	608:832\$930	409:000\$000

	1927	1928
Estrada de Ferro de Bragança		
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	291 <sup>km</sup> ,870	291 <sup>km</sup> ,870
Receita propria do trafego.....	1.520:236\$483	1.554:000\$000
Despesa de custeio.....	1.530:875\$442	1.549:000\$000
<i>Deficit</i> ou saldo.....	10:638\$959	5:000\$000

## EXTENSÃO EM TRAFEGO

Estrada de Ferro de Mossoró		
Linha de concessão estadual (de Porto Franco a Mossoró).....	37 <sup>km</sup> ,690	
Linha federal, arrendada (de Mossoró a São Sebastião).....	39 <sup>km</sup> ,551	
Total.....	77 <sup>km</sup> ,241	

*Resultado financeiro do trafego nas duas linhas em 1928:*

Receita propria.....	325:997\$271
Despesa de custeio.....	292:553\$912
Saldo.....	33:443\$359

No prolongamento, a partir da ultima estação em trafego, São Sebastião, ha 43<sup>km</sup>,100 de linha com os serviços de construção adiantados, sendo 23 kilometros com trilhos assentados.

Esses serviços ficaram suspensos desde principios do referido anno.

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	1.628 <sup>km</sup> ,458	1.628 <sup>km</sup> ,458	Rêde Great Western Railway Company
Receita propria do trafego.....	31.512:195\$331	33.012:000\$000	
Despesa de custeio.....	24.579:098\$451	24.176:000\$000	
Saldo.....	6.933:096\$880	8.836:000\$000	

#### TARIFAS

A clausula XL do contracto de 1920, actualmente em vigor, estabelece a revisão triennial das tarifas, de modo que garanta o justo equilibrio entre a receita e a despesa, inclusive o serviço de capital applicado na construção das linhas transferidas ao dominio da União.

Necessitando a Companhia para esse justo equilibrio, inclusive quotas de arrendamento e annuidades do emprestimo, feito pelo Governo para aparelhamento da rêde, de uma receita que orçasse em cerca de 40.000 contos, pleiteou a revisão de tarifas, consentindo o Governo, depois de verificar os resultados financeiros do trafego, que ella apresentasse a seu estudo o respectivo projecto.

Examinadas rigorosamente as bases propostas e não convindo onerar, tão sómente, a economia da região, como aconteceria si o justo equilibrio fosse produzido exclusivamente pelo augmento das bases tarifarias, foi dada autorização ao Congresso para alterar-se o contracto, afim de se transferir o debito proveniente das quotas de arrendamento em atraso e as annuidades do emprestimo feito, para quando os resultados do trafego apresentassem, e considerar, tão sómente, o augmento

de tarifas para equilibrar a receita e despesa, inclusive o serviço de capital, na conformidade do contracto.

Estas novas bases, assim estudadas e aprovadas, entraram em vigor em 1 de outubro de 1928.

#### SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Na conformidade do accordo de 13 de novembro de 1926 e com pagamento em apolices emittidas pelo Governo e depositadas no Bank London South American, foi iniciada a construcção, respectivamente, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, de Rio-Branco a Flores e Petrolina, com 70 kms. de extensão, do Ramal de Bom Jardim, com 30 kms., do Ramal de Molungú a Cajazeiras, de Alagôa Grande a Pocinhos, com 37<sup>km</sup>,500, e de Quebrangulo a Collegio, com 106 kilometros.

#### *Estrada de Ferro São Francisco e ramaes:*

	1927	1928
Companhia Ferroviaria Este Brasileiro (Rêde Bahiana)		
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	1.250 <sup>km</sup> ,073	1.250 <sup>km</sup> ,073
Reccita propria do trafego.....	11.654:747\$394	13.485:937\$405
Despesa de custeio.....	13.712:111\$539	14.276:363\$265
<i>Deficit</i> .....	2.057:364\$145	790:425\$860

#### *Estrada de Ferro Central da Bahia e ramaes:*

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	489 <sup>km</sup> ,404	525 <sup>km</sup> ,372
Extensão inaugurada durante o anno.....	2 <sup>km</sup> ,410	35 <sup>km</sup> ,968
Reccita propria do trafego.....	3.246:071\$062	4.139:182\$014
Despesa de custeio.....	3.671:616\$993	3.675:081\$954
<i>Deficit e saldo</i> .....	425:545\$931	464:100\$060

#### *Estrada de Ferro Bahia e Minas:*

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	517 <sup>km</sup> ,478	517
Reccita propria do trafego.....	3.423:240\$520	4.027:5
Despesa de custeio.....	3.504:546\$022	4.572:
<i>Deficit</i> .....	81:305\$502	544:

## RESUMO GERAL

	1927	1928
Extensão total em trafego.....	2.256 <sup>km</sup> ,955	2.292 <sup>km</sup> ,923
Extensão inaugurada durante o ano.....	2 <sup>km</sup> ,410	35 <sup>km</sup> ,968
Receita propria do trafego.....	18.324:058\$976	21.652:703\$568
Despesa de custeio.....	20.888:274\$554	22.523:820\$340
<i>Deficit</i> .....	2.564:215\$578	871:116\$772

Acham-se em construção: a linha de Bomfim-Paraguassú, a partir de Itahyba, na extensão de 73 kms.; a linha Machado Portella a Carinhanha, atacada na extensão de 137 kilometros, e a variante de Conceição da Feira a Buranhen, com 24 kilometros.

Na conformidade do contracto entre o Governo Federal e esta Companhia, as vultosas despesas de construção são liquidadas mediante creditos especiaes, solicitados ao Congresso, correndo, apenas, por conta do deposito feito de 40.000 contos (apolices), um quarto das effectuadas com o aparelhamento da rêde.

Para obviar o inconveniente de onerar o erario publico com encargos novos, quando se verifica um saldo no alludido deposito que poderia, com prioridade, atender á execução do programma contractual de construções, foi solicitada autorização ao Congresso para se alterar o contracto no que diz respeito ao financiamento dos serviços.

	1927	1928	
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	65 <sup>km</sup> ,180	65 <sup>km</sup> ,180	Estrada de Ferro Maricá (Trecho Federal - prolongamento)
Receita própria do trafego.....	418:855\$344	437:890\$100	
Despesa de custeio.....	632:445\$572	571:500\$214	
<i>Deficit</i> .....	213:590\$228	133:610\$114	

A construção do prolongamento até á Cidade Cabo (25 kilometros), cujos estudos e orçamentos foram aprovados pelo dec. n. 17.456, de 6 de outubro de 1926, onde da verba orçamentaria que fôr autorizada.

		1927	1928
Rêde Sul Mineira	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	1.250 <sup>km</sup> ,200	1.265 <sup>km</sup> 9,790
	Extensão inaugurada durante o ano.....	55 <sup>km</sup> ,700	15 <sup>km</sup> ,590
	Receita propria do trafego.....	16.165:363\$336	16.863:805\$090
	Despesa de custeio.....	23.011:707\$812	21.493:991\$317
	<i>Deficit</i> .....	<u>6.846:344\$476</u>	<u>4.630:186\$227</u>
		1927	1928
Estrada de Ferro Santa Catharina	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	69 <sup>km</sup> ,700	69 <sup>km</sup> ,700
	Receita propria do trafego.....	661:073\$311	701:224\$465
	Despesa de custeio.....	616:863\$884	581:143\$540
	Saldo.....	<u>44:209\$427</u>	<u>120:080\$925</u>
		1927	1928
Estrada de Ferro D. Thereza Christina e ramaes	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	232 <sup>km</sup> ,758	232 <sup>km</sup> ,758
	Extensão inaugurada durante o ano.....	23 <sup>km</sup> ,115	—
	Receita propria do trafego.....	1.103:203\$703	900:000\$000
	Despesa de custeio.....	1.686:829\$541	1.320:000\$000
	<i>Deficit</i> .....	<u>583:625\$838</u>	<u>420:000\$000</u>

Esteve paralyzado o serviço de construcção, com 21<sup>km</sup>,807.

O trecho de Morretes a Araranguá tem 11 kilometros com trilhos assentados.

#### LINHAS GARANTIDAS

*Extensão em trafego em 31 de dezembro:*

		1927	1928
Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande	Linha de Itararé-Uruguay.....	883 <sup>km</sup> ,304	883 <sup>km</sup> ,304
	Linha de São Francisco.....	463 <sup>km</sup> ,332	463 <sup>km</sup> ,332
	Linha de Serrinha.....	44 <sup>km</sup> ,980	44 <sup>km</sup> ,980
Total das linhas garantidas.		<u>1.391<sup>km</sup>,616</u>	<u>1.391<sup>km</sup>,616</u>

#### LINHAS ARRENDADAS

		1927	1928
Estrada de Ferro do Paraná..	Ramal do Paranapanema.....	354 <sup>km</sup> ,024	354 <sup>km</sup> ,024
		166 <sup>km</sup> ,457	174 <sup>km</sup> ,000
	Total das linhas arrendadas	<u>520<sup>km</sup>,481</u>	<u>528<sup>km</sup>,024</u>

## LINHAS DE REGIMEN ESPECIAL

	1927	1928
Linha de Barra Bonita e Rio do Peixe.....	76 <sup>km</sup> ,496	76 <sup>km</sup> ,496
Total das linhas de fiscalização federal.....	1.988 <sup>km</sup> ,493	1.997 <sup>km</sup> ,073

*Extensão inaugurada durante o anno:*

Ramal do Paranapanema.....	14 <sup>km</sup> ,266	8 <sup>km</sup> ,480
----------------------------	-----------------------	----------------------

*Receita propria do trafego:*

## LINHAS GARANTIDAS

	1927	1928
Linha Itararé-Uruguay.....	13.903:712\$382	15.330:883\$533
Linha de São Francisco...	8.080:961\$327	7.800:082\$572
Linha de Serrinha.....	1.640:550\$571	1.784:003\$560
Total.....	23.625:224\$280	24.914:969\$665

*Receita propria do trafego:*

## LINHAS ARRENDADAS

	1927	1928
Estrada de Ferro do Paraná.....	12.407:389\$817	13.690:991\$162
Ramal do Paranapanema...	941:593\$408	1.000:746\$681
Total.....	13.348:983\$225	14.691:737\$843

## LINHAS DE REGIMEN ESPECIAL

	1927	1928
Linha Barra Bonita e Rio do Peixe.....	299:250\$927	242:206\$399

*Receita propria do trafego de todas as linhas:*

	1927	1928
Total das linhas de fiscalização federal.....	37.203:458\$432	39.848:913\$907

*Despesa de custeio:*

## LINHAS GARANTIDAS

	1927	1928
de Itararé-Uruguay..	16.764:135\$168	16.750:000\$000
de São Francisco...	5.957:295\$134	5.300:000\$000
de Serrinha.....	588:813\$368	585:000\$000
Total.....	23.310:243\$670	22.635:000\$000

## LINHAS ARRENDADAS

	1927	1928
Estrada de Ferro do Paraná.	8.282:874\$054	8.350:000\$000
Ramal do Paranapanema...	1.011:031\$621	1.080:000\$000
Total.....	9.293:905\$675	9.430:000\$000

## LINHAS DE REGIMEN ESPECIAL

	1927	1928
Linha de Barra Bonita e Rio do Peixe.....	478:785\$690	430:000\$000

## DESPESA DE CUSTEIO DE TODAS AS LINHAS

	1927	1928
Total das linhas de fiscalização federal.....	33.082:935\$035	32.495:000\$000

## Saldos e "deficits"

## LINHAS GARANTIDAS

	1927	1928
Linha de Itararé-Uruguay .	- 2.860:422\$786	- 1.419:116\$467
Linha de São Francisco.....	+ 2.123:666\$193	+ 2.500:082\$572
Linha de Serrinha.....	+ 1.051:737\$203	+ 1.199:003\$560
Total.....	+ 314:980\$610	+ 2.279:969\$665

## LINHAS ARRENDADAS

Estrada de Ferro do Paraná.	+ 4.124:515\$763	- 5.340:991\$162
Ramal do Paranapanema...	- 69:438\$213	- 79:253\$319
Total.....	+ 4.055:077\$550	+ 5.261:737\$843

No Ramal do Paranapanema acham-se em construção 16<sup>km</sup>,247 até Jacarézinho, estando com estudos aprovados 26<sup>km</sup>,973 até Ourinhos.

## LINHAS DE REGIMEN ESPECIAL

	1927	1928
Linha de Barra Bonita ao Rio do Peixe.....	- 249:534\$763	- 187:79

Acham-se em construção 24 kms. e, por com estudos aprovados, 18 kilometros.

## Resumo de todas as linhas federaes da Companhia

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	1.988 <sup>km</sup> ,593	1.997 <sup>km</sup> ,073
Extensão inaugurada durante o anno.....	14 <sup>km</sup> ,266	8 <sup>km</sup> ,480
Receita propria do trafego...	37.203:458\$432	39.848:913\$907
Despesa de custeio.....	33.082:935\$035	32.495:000\$000
Saldo.....	4.120:523\$397	7.353:913\$907

	1927	1928
Extensão em trafego.....	2.606 <sup>km</sup> ,275	2.649 <sup>km</sup> ,492

Vição Ferrea do Rio Grande do Sul (linhas ferreas arrendadas ao Estado)

## RESULTADOS FINANCEIROS DO TRAFEGO

Receita industrial.....	63.560:529\$880	68.636:240\$010
Despesa de custeio.....	61.925:159\$140	66.154:306\$560
Saldo.....	1.635:370\$740	2.481:933\$450

## PROLONGAMENTO E MELHORAMENTOS

Encampada a rēde pelo Governo Federal e contratada a exploração do trafego com o Estado do Rio Grande do Sul, ficou estabelecida a obrigação deste despende, em melhoramentos, fornecimentos e obras, a importancia de 200 milhões de francos belgas, tanto quanto despende a União para a encampação.

O programma dessas obras concorreu para que a execução se prolongasse por dilatado prazo, de modo que os orçamentos deixaram de corresponder ao custo dos empreendimentos, ficando por se executar outros melhoramentos indispensaveis e se concluir prolongamentos e ramaes para completar o systema de viação do Estado.

A' vista da necessidade de recursos em elevada cifra, pedida autorização ao Congresso para adopção de providencia que pudesse attender ás instantes necessidades da rēde, reclamadas pela expansão economica do Estado.

Assim se fez a modificação do contracto, approvada pelo dec. n. 5.609, de 21 de dezembro de 1928, para crear-se um fundo de melhoramentos constituído dos saldos verificados no trafego, durante a execução das obras, de 10 % sobre as tarifas e importancias de contribuição do Estado e levadas á conta de seu capital.

Ficou, outrosim, estabelecida a faculdade do Estado fazer operações de credito, mediante exame e aprovação do Governo Federal, com serviço da divida feito pelos recursos do alludido "fundo" e de modo que o programma de melhoramentos e construcções fosse iniciado em conjunto e continuado sem interrupções.

Construção por  
conta do Go-  
verno Federal

Em 1 de novembro de 1928, foi entregue ao trafego o prolongamento do Ramal Ferreo de Cruz Alta a Santo Angelo em direcção a Porto Lucena, sendo de 43<sup>km</sup>,217 a extensão inaugurada entre a Villa de Santo Angelo e Giruá, ponto de convergencia de estradas de rodagem da zona colonial. O referido trecho, ora em trafego, foi construido pelo 1º Batalhão Ferroviario.

c) Estradas de concessão federal:

		1927	1928
Estrada de Ferro Victoria a Minas	Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	530 <sup>km</sup> ,200	530 <sup>km</sup> ,200
	Extensão inaugurada du- rante o anno.....	11 <sup>km</sup> ,570	—
	Receita propria do trafego....	8.768:132\$200	8.858:972\$300
	Despesa de custeio.....	8.993:846\$720	9.641:000\$000
	<i>Deficit</i> .....	225:714\$520	782:027\$700

O trecho em construcção é de 19<sup>km</sup>,200 em direcção a Itabira.

Na linha da Barra do Rio Santo Antonio, o trecho é de 3<sup>km</sup>,260.

		1927	1928
The Leopoldina	Linhas federaes.....	1.209 <sup>km</sup> ,509	1.209 <sup>km</sup> ,509
Railway C., Ltd.	Linhas estaduaes.....	1.776 <sup>km</sup> ,894	1.776 <sup>km</sup> ,894
	Total.....	2.986 <sup>km</sup> ,403	2.986 <sup>km</sup> ,403

	1927	1928
Extensão em trafego.....	2.986 <sup>km</sup> ,403	2.986 <sup>km</sup> ,403
Receita propria do trafego.	96.208:062\$071	96.527:000\$000
Despesa de custeio.....	63.124:839\$790	62:795 :000\$000
Saldo.....	<u>33:083:222\$281</u>	<u>33.732:000\$000</u>

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	3 <sup>km</sup> ,824	3 <sup>km</sup> ,824
Receita propria do trafego.	221:523\$100	253:146\$500
Despesa de custeio.....	183:405\$590	180:453\$020
Saldo.....	<u>38:117\$510</u>	<u>72:693\$480</u>

Estrada de Ferro  
Corcovado

RELAÇÃO DOS PASSAGEIROS TRANSPORTADOS:

	N. de passageiros
Em 1927.....	107.625
Em 1928.....	109.637

LINHA DO RIO GRANDE E CALDAS

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	268 <sup>km</sup> ,137	268 <sup>km</sup> ,137
Reccita propria do trafego..	4.756:457\$293	4.911:860\$176
Despesa de custeio.....	4.803:174\$826	4.659:276\$208
Deficit e saldo.....	<u>46:717\$533</u>	<u>252:583\$968</u>

Companhia Estrada  
de Ferro Mogy-  
ana (Linhasfe-  
deraes

LINHA DO CATALÃO

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	281 <sup>km</sup> ,118	281 <sup>km</sup> ,118
Receita propria do trafego....	3.562:867\$170	3.733:954\$690
Despesa de custeio.....	4.035:278\$324	4.010:849\$364
Deficit.....	<u>472:411\$154</u>	<u>276:894\$674</u>

LINHA IGARAPAVA-UBERABA

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	47 <sup>km</sup> ,763	47 <sup>km</sup> ,763
Receita propria do trafego..	978:620\$181	1.021:173\$080
Despesa de custeio.....	760:094\$741	732:420\$360
Saldo.....	<u>218:525\$440</u>	<u>288:752\$720</u>

	1927	1928
Linha de Tuyuty a Passos e Ramal de Biguatingua		
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	277 <sup>km</sup> ,299	277 <sup>km</sup> ,299
Receita propria do trafego..	2.335:526\$012	2.107:006\$650
Despesa de custeio.....	2.751:158\$472	2.855:163\$643
<i>Deficit</i> .....	415:632\$460	748:156\$993

## RESUMO DAS LINHAS FEDERAES

	1927	1928
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	874 <sup>km</sup> ,317	847 <sup>km</sup> ,317
Receita propria do trafego .	11.633:470\$656	11.773:994\$596
Despesa de custeio.....	12.349:706\$363	12.257:709\$575
<i>Deficit</i> .....	716:235\$707	483:714\$979

	1927	1928
São Paulo a Railway		
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	139 <sup>km</sup> ,466	139 <sup>km</sup> ,466
Receita propria do trafego....	95.450:093\$380	100.074:311\$290
Despesa de custeio.....	65.871:220\$670	66.519:644\$810
Saldo.....	29.578:872\$710	33.554:666\$480

	1927	1928
Estrada de Ferro Sorocabana (todas as linhas)		
Linhas de concessão federal.....	839 <sup>km</sup> ,031	839 <sup>km</sup> ,031
Linhas de concessão estadual.....	1.025 <sup>km</sup> ,377	1.025 <sup>km</sup> ,377
Extensão em trafego em 31 de dezembro.....	1.864 <sup>km</sup> ,408	1.864 <sup>km</sup> ,408
Receita propria do trafego.	73.962:154\$918	81.704:740\$268
Despesa de custeio.....	57.341:855\$819	54.753:454\$307
Saldo.....	16.620:299\$099	26.951:285\$961

Contadoria Central  
Ferroviaria

São em numero de 11 as estradas filiadas á Contadoria Central Ferroviaria, discriminadamente, a saber: Estrada de Ferro Central do Brasil, Estrada de Ferro Oéste de Minas, Rêde de Viação Sul-Mineira, The Leopoldina Railway Company Limited, Estrada de Ferro Victoria a Minas, Estrada de Ferro [Paracatú, Estrada de Ferro Therezopolis, Estrada de Ferro Rio do Our, Estrada de Ferro Maricá, Navegação Mineira do F, São Francisco e Empresa de Viação do Rio São Franc

Impondo-se, cada vez mais, a necessidade de os serviços ferroviarios por um systema tanto qu

possível uniforme, dadas as dificuldades consequentes da diversidade de métodos adoptados no regimen de transporte, tornaram-se extensivas ás estradas filiadas á Contadoria, e de propriedade e administração da União, as instrucções organizadas para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Embora não filiadas, adoptaram o regimen tarifario da Contadoria as Estradas The Great Western Brazilian Railway, Companhia Ferroviaria Este Brasileiro, Estrada de Ferro Bahia e Minas, Estrada de Ferro de Goyaz, Estrada de Ferro Petrolina a Therezina, Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, Estrada de Ferro Central do Piauhy e Estrada de Ferro São Luiz a Therezina.

Poucas alterações soffreram as tarifas em vigor nas varias estradas filiadas, registrando-se, apenas, o augmento das bases da Estrada de Ferro Paracatú, que adoptou as da Central do Brasil, Oéste de Minas e Rio do Ouro, e o da Rêde Sul Mineira do Brasil, com bases idênticas ás da Leopoldina, Victoria a Minas e Therezopolis.

#### Trechos ferroviarios abertos ao trafego em 1928

Foi de 264<sup>km</sup>,853 a extensão total dos trechos ferroviarios inaugurados, durante o anno de 1928, como abaixo se discrimina:

	Total
Estrada de Ferro Petrolina-Therezina (Afranio a Mafrense).....	23 <sup>km</sup> ,800
<i>Rêde de Viação Bahiana :</i>	
Estrada de Ferro Central da Bahia (Sincorá a Contendas), em 2 de julho.....	24 <sup>km</sup> ,520
Linha Bomfim-Paraguassú (Itaberaba a Itahyba), em 2 de outubro.....	11 <sup>km</sup> ,448
<i>Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande :</i>	
Trilho do Paranapanema (Platina a Engenheiro S. Imarães Carneiro), em 7 de setembro....	8 <sup>km</sup> ,480

*Via Ferrea do Rio Grande do Sul :*

Ramal de Cruz Alta a Santo Angelo, prolongamento (Santo Angelo a Giruá), em 1 de novembro.....	43km,217
Estrada de Ferro Oeste de Minas (Jussara a Angra dos Reis), em 15 de abril.....	20km,000
Total das linhas federaes inauguradas.....	131km,465

Além destes, foram inaugurados os seguintes trechos estaduais:

*No Estado do Espirito Santo:*

	<b>Total</b>
Estrada de Ferro do Littoral (Painceiras a Rio Novo), em junho.....	13km,605

*No Estado de São Paulo:**Estrada de Ferro Paulista:*

Ramal de Agudos (Gallia a Marilia).....	48km,384	
Ramal de Santa Rita (Moema a Vassununga).	12km,089	
Estrada de Ferro São Paulo e Minas.....	43km,720	104km,193

*No Estado de Minas Geraes:*

Estrada de Ferro Machadense, em 14 de abril. ....	15km,590
Total dos trechos estaduais inaugurados. ....	133km,388

Taxas adicionais nas redes arrendadas ou concedidas

A instituição do adicional de 10 % sobre as tarifas veio atender as necessidades de melhoramento nas estradas arrendadas ou concedidas, e satisfazer, assim, á economia das zonas mediante pequena contribuição do publico, dada a expressão do valor do onus em relação ao custo do transporte da tonelada-kilometro.

Sem se incorporar propriamente ás receitas das redes, o producto da arrecadação, recolhido mensalmente ao Banco do Brasil ou suas agencias, proporciona recursos para fazer face a despesas imprescindiveis, que não poderiam ser supportadas pelas verbas de custeio.

O exame dessas despesas e a fórmula da respectiva escripturação em conta separada, para distinguil-as de custeio ou de capital, foram regulados por instrucc

muito precisas, tornando, destarte, patrimonio da União todas as aquisições e melhoramentos provenientes do fundo da taxa adicional.

Conforme as autorizações estabelecendo as normas que devem ser obedecidas, e que se incorporaram, como obrigação, nos accordos firmados, a applicação da alludida taxa tem ficado restricta ao aparelhamento, fornecimentos, serviços e obras que representem augmento patrimonial.

Para se julgar das vantagens do regimen, basta considerar que serviços reclamados pelas rêdes eram procrastinados por significarem um onus do concessionario com a classificação no custeio, ou por onerarem o erario publico com a inscripção das despesas em conta de capital, base do custo de encampação.

Agora, porém, são as proprias rêdes que, vigilantes em supprirem as suas necessidades, solicitam autorização para execução de melhoramentos de importancia, taes como edificios e dependencias do trafego, lastramento da via permanente, reforço de pontes, substituição de trilhos, aparelhamento de officinas e instalação de novas, e até mesmo a construcção de prolongamentos e ramaes que completem o seu systema de viação.

O montante da arrecadação da taxa adicional sobre as tarifas, nas rêdes arrendadas e concedidas, attingiu a importancia de 13.736:025\$465, no anno ultimo, assim discriminada:

Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (incluidas as additionaes da portaria de 21 de janeiro de 1921).....	7.150:437\$172
Companhia Mogyana de Estradas de Ferro.....	1.107:258\$650
Companhia Estrada de Ferro Victoriosa a Minas.....	696:224\$700
Estrada de Ferro Sorocabana....	2.527:038\$010
Estrada de Ferro Thereza Christina.....	15:906\$796

Madeira Mamoré Railway Com- pany.....	230:644\$600
Estrada de Ferro Maricá.....	7:840\$500
Estrada de Ferro Quarahim a São Borja .....	100:005\$737
Estrada de Ferro Santa Catharina	57:285\$500
Leopoldina Railway Company....	1.843:383\$800
Total!.....	13.736:025\$465

Fonte permanente de recursos, que avultam com a evolução dos transportes, entretanto a cifra attribuida a cada uma das rêdes, como se vê acima, nem sempre permite executar em conjunto e, de modo continuo, um programma de melhoramentos.

Remediando esse inconveniente, estabeleceu-se a faculdade, nos accordos firmados, das rêdes fazerem operações de credito, mediante prévio exame e aprovação do governo, attendendo o serviço da divida, assim contrahida, com os recursos das taxas addicionaes.

#### Estradas de rodagem

A 5 de maio de 1928, foi inaugurada a Estrada de Rodagem Rio-São Paulo e, a 27 de agosto do mesmo anno, a Rio-Petropolis. Esta, ligada, como ficou, á antiga União-Industria, de Petropolis a Juiz de Fóra, já é a Rio-Minas, e ambas, com a orientação federal e com os desenvolvimentos estaduaes, que lhes estão sendo dados, deverão ser, a primeira, a Oéste-Sul do Brasil, e a segunda, a Norte-Este do Brasil.

Foram reentregues ao transito publico, em meados tambem de 1928, alargadas, melhoradas nas suas rampas e curvas, restauradas umas e continuadas algumas, numa extensão de 15 kilometros, as estradas a léste da Tijuca.

A Estrada de Rodagem de São João a Barracão, na nossa fronteira com a Republica Argentina, já tem construidos 60 kilometros, e, em construcção adiantada mais de 28 kilometros, desde a Serra do Papuan, K. 6 até Taipinhas, K. 88; a locação attingiu o K. 95. Foram, ao todo, explorados 168<sup>m</sup>,687 em duas linhas.

uma de 115,000, de Papuan a Clevelandia, pelo divisor das aguas do Chopin e Chapecó, e outra de 53,687, paralela ao divisor, transversal aos valles dos affluentes do Chopin.

Terá essa estrada a extensão total de cerca de 500 kilometros, que tantos são os que vão do ponto inicial, na Estação de São João, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, até Dyonisio Cerqueira, nome actual da pequena povoação Barracão, na nossa linha divisoria com a Republica Argentina, entre as cabeceiras dos Rios Pepiry-Guassú e Santo Antonio.

As duas primeiras foram inauguradas, com grandes festas, feitas pelas povoações, villas, cidades e municipios, em que se desenvolveu o seu traçado, pelos Estados de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, nas quaes tomou parte o Governo Federal.

As de léste da Tijuca foram inauguradas com a installação de modestos, mas justos monumentos do Visconde do Bom Retiro, do Barão de Taunay e do Barão de Escragnoille, commemorativos da acção desses tres homens no reflorestamento e conservação dessas mattas.

Esse grupo de estradas de léste, junto aos outros que o Prefeito do Districto Federal reconstruiu, restaurou e construiu nos outros pontos, tornou facil o accesso ao macisso da Tijuca, de modo que todos podem admirar, dentro da Capital Federal, a belleza conjugada da montanha e do oceano, da floresta e da cidade, em panoramas, cujos aspectos empolgantes dispensam descrições.

A construcção desses tres grupos de estradas esteve sob a direcção do Engenheiro Timotheo Pen-teado; o quarto grupo está sob a direcção do 5º Batalhão de Engenharia Militar, sob o commando do Coronel João Osorio.

O desenvolvimento das duas primeiras estradas devece ao traçado logico que foi estabelecido e que de-

verá ser continuado. Tendo como ponto de partida a Capital da Republica, ambas galgam a Serra do Mar, a norte e a léste, e, constituindo dois grandes troncos, attingem o planalto central do Brasil, no qual se devem ramificar, successivamente, e cada vez mais, para todos os pontos cardeaes, formando uma rêde, que deve ligar, entrelaçar, apertar, ajuntar todo territorio brasileiro em seu desenvolvimento economico, para maior unidade politica, para integração completa da Patria, para que nelle possa habitar um povo intelligente, rico, prospero, livre e respeitador.

Está, assim, esboçada a duplicação dos meios terrestres de communição, abrangendo, além de estradas de ferro, tambem as de rodagem.

Galgada está a serra e em dois de seus pontos dorsaes, attingido está o planalto. A obra vai continuar, na qual o esforço federal tem encontrado decidido apoio na collaboração efficaz dos governos estaduaes de Minas, Rio, São Paulo, nesta primeira arrancada da Capital da Republica para o interior do paiz.

Breve, nessa avançada em que vamos, teremos encontrado as estradas locaes, que se fazem em todas as outras partes, com o mesmo decidido apoio, na mesma collaboração efficaz, que demonstram os outros Estados, como Bahia, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande, junto ás que no Nordéste fez o serviço das obras contra as seccas, o que permittirá a completa circulação interior bem mais depressa do que se possa esperar.

Grandes foram os gastos feitos até agora pelo Governo Federal, neste biennio, com as estradas de rodagem, todas ellas, porém, realizadas com rigor technico, com a maior probidade e correspondentes á magnitude da obra empreendida.

Encontrou-se o Governo diante de duas situações que, embora conhecidas, excederam de muito a expectativa.